



Projeto Agenda 21

Contrato PNUD/MMA

Produto III

Relatório Analítico-Descritivo contendo
proposições preliminares de atualização
da Agenda 21 Brasileira

Ficha Técnica:

Título: Produto III – Relatório Analítico-Descritivo contendo proposições preliminares de atualização da Agenda 21 Brasileira

Pesquisa e Texto: Silvia Dias, Ana Cecília de Siqueira Nogueira, Silvia de Castro, Rubens Born, Rodrigo Garcez, Rafaela Brito, Jefferson Silva, Rafael Poço, Bárbara Gonçalves, André Goldman

Colaboração Especial: Adriane Goldoni e Jose Vicente Freitas

Coordenação Geral: Rubens Harry Born

Supervisão: Marcelo Cardoso

Revisão: Rafael Poço

Capa e Diagramação: Nathany Paola da Silva

Apoio Institucional:



Projeto contratado por PNUD e MMA:

Projeto contratado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Ministério do Meio Ambiente – MMA, no âmbito da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Contrato de prestação de serviço numero BRA10-1119/2010 – Apoio às Políticas Públicas na Área Ambiental – SubProjeto I – Agenda 21.



O Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundado em 1989, objetiva promover o desenvolvimento sustentável por meio de apoio da implementação participativa de políticas públicas integradas; o fortalecimento de iniciativas geradoras de renda e emprego associadas à sustentabilidade ambiental; gerar

e disseminar conhecimento e práticas nas áreas de clima, energia, águas, cidades, ecoturismo, conservação de florestas e de serviços ambientais; e fortalecer organizações e iniciativas de sociedade civil em tais áreas.

Presidente do Conselho Deliberativo: Percival Maricato

Vice-Presidente do Conselho Deliberativo: Francisco Rodrigues

Conselheiros: Alceu Rodrigues de Freitas, Bianca Regina Zello Pereira, Gemima Cirilo Cabral Born, Julio Weiner e Neide Yumie Takaoka.

Coordenador Executivo: Marcelo Cardoso

Coordenador Executivo Adjunto: Rubens Harry Born

Equipe do Vitae Civilis: Aron Belinky, Bárbara Gonçalves, César Pegoraro, Danny Rivian, Fabrizio G. Violini, Francisco Biazini, Morrow Gaines Campbell III, Nathany Paola da Silva, Rafael Poço, Rodrigo Garcez.

Para saber mais acesse:

www.vitaecivilis.org.br

www.ecoturismosls.org.br

www.climaeconsumo.org.br

www.cidadessolares.org.br

www.tictactictac.org.br

Vitae Civilis – São Paulo (sede)

Rua Itápolis, 1468

CEP 01245-000 / Pacaembu

São Paulo – SP

Tel.: +55 11 3662-0158

e-mail: vcivilis@vitaecivilis.org.br

São Paulo, dezembro de 2010.

Ficha Técnica do Projeto:

Entidade executora:

Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz (São Paulo, SP)

Entidades parceiras:

Associação Civil Alternativa Terrazul (Fortaleza, CE)

Onda Verde (Nova Iguaçu, RJ)

Coordenação Geral do Projeto:

Rubens Harry Born

Coordenação Financeira Administrativa:

Danny Rivian

Coordenação de Pesquisa:

Silvia Dias e Esther Neuhaus

Supervisão:

Marcelo Cardoso

Equipe Técnica do Projeto:

Núcleo de São Paulo (SP)

Rubens Harry Born

Marcelo Cardoso

Danny Rivian

Bárbara Gonçalves

Rafael Poço

Doroty Martos

João Bório

Núcleo de Nova Iguaçu (RJ)

Gitanaci Vanderlei Coelho

Hélio Vanderley

Núcleo de Fortaleza (CE)

André Goldman

Gabriela Batista

Núcleo de Brasília (DF)

Rodrigo Garcez.

Jefferson dos Santos Silva,

Rafaela Brito

Agradecemos a todos que colaboraram direta ou indiretamente com este trabalho, especialmente aqueles e aquelas que tiveram a gentileza e a paciência de responder à pesquisa realizada através do site www.vitaecivilis.org.br.

Igualmente, manifestamos distinto agradecimento aos representantes do Ministério do Meio Ambiente, José Vicente Freitas e Adriane Cristine Goldoni, pelo suporte e colaboração para o desenvolvimento do projeto, particularmente por meio do fornecimento de informações.

Sumário:

1. Apresentação do PRODUTO III	04
2. Agenda 21 Brasileira – Em retrospectiva	05
3. Metodologia	21
4. Estágio e desafios de implementação da Agenda 21 Brasileira	24
5. Agenda 21 e o Plano Nacional de Mudança do Clima.....	153
6. Atualização da Agenda 21 Brasileira.....	160
7. Conclusões e recomendações.....	172
8. Bibliografia	175
ANEXO I	177
ANEXO II.....	177
ANEXO III	187
ANEXO IV	191
ANEXO V	195

1. Apresentação do PRODUTO III

O presente documento é Produto da Análise e Proposta de Atualização de Agenda 21 Brasileira, objeto do Edital de Concorrência Pública Nacional (RFP) nº 7103/2009, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, sob a égide do acordo básico e assistência técnica celebrado entre a República Federativa do Brasil e a ONU, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. O Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, foi vencedor de concorrência de edital para a execução do presente Produto, tendo como fim o Projeto BRA/00/011 – Apoio às Políticas Públicas na Área Ambiental – SubProjeto I – Agenda 21, que resultou na assinatura do contrato em 18.09.2010.

O contrato prevê a elaboração de quatro produtos, a saber: uma consultoria para a elaboração de propostas que visam a atualização da Agenda 21 Brasileira e a reestruturação e revitalização da CPDS; documento contendo a sistematização de 100 Experiências de Agendas 21 Locais, selecionadas a partir da Pesquisa Nacional de Agenda 21 Locais, do conjunto das Agendas fomentadas direta ou indiretamente pelo MMA e de experiências espontâneas construídas pela sociedade, em um universo de 1.652 agendas mapeadas pela pesquisa realizada pelo IBGE em 2002; uma análise e proposta de atualização de Agenda 21 Brasileira; e a proposição de um evento nacional sobre o tema da atualização da Agenda 21 Brasileira.

O Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz – é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, com mais de 20 anos de atuação, contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis, com o objetivo de conciliar o desenvolvimento humano, em todas as suas dimensões (econômica, cultural, social etc.), associado à conservação ambiental, tendo o fomento da cidadania, da democracia e da justiça social como pilares das transformações individuais, sociais e institucionais.

Este documento refere-se ao terceiro produto, cujo foco foi a avaliação sobre necessidade e oportunidades de atualização da Agenda 21 brasileira, seja sobre seu conteúdo (notadamente os capítulos 3 e 4 do volume “Ações Prioritárias” ou sobre seu processo de participação e engajamento de atores da sociedade na definição e implementação de ações e políticas voltadas à transição para o modelo de desenvolvimento sustentável”.

A metodologia proposta considerava uma consulta preliminar aos membros da CPDS, por um lado, e coleta de opiniões, comentários e sugestões junto a eventuais interessados e organizações engajadas na implementação da Agenda 21 Brasileira.

Para tanto, foi disponibilizado na internet um questionário com espaços para livre preenchimento com comentários, informações e sugestões, seja sobre a implementação do que já está inserido na Agenda 21 Brasileira como relativamente quanto às eventuais medidas que possam ser incorporadas dada a realidade atual.

Para a assinatura do contrato e realização do projeto, houve intenso e constante diálogo entre o Vitae Civilis e os representantes do Ministério do Meio Ambiente e do PNUD. Ocorreram diversos encontros em São Paulo e em Brasília, antes e depois da assinatura do contrato, para garantir a boa execução das atividades. Visou-se aprimorar os meios de coleta de informação, os prazos, as condições e a forma de se encontrar as melhores possibilidades para avaliação de obtenção de resultados. Esta interação foi

essencial, por exemplo, para que alguns produtos desse Projeto fossem aperfeiçoados progressivamente e atingissem um resultado capaz de colaborar para tornar a Agenda 21 brasileira uma referência processual, metodológica e de conteúdo para orientar políticas nacionais, estaduais e locais para fazer o país avançar na direção do desenvolvimento sustentável.

A metodologia de trabalho está descrita em capítulo específico, após esta apresentação.

Nossa tarefa nesse trabalho foi a de colher informações, proceder análises e consolidar sugestões sobre os vários desafios pertinentes ao desafio de atualização da Agenda 21 brasileira. Entendemos que as deliberações sobre o processo para essa atualização cabem aos membros da CPDS. Por isso, reafirmamos nossa disposição de colaborar com os debates desse colegiado, caso o mesmo julgue oportuna a nossa participação como convidados, para aprofundar a reflexão sobre as questões pertinentes destacadas nesse documento.

2. Agenda 21 Brasileira – Em retrospectiva

2.1 Contexto e funções da Agenda 21

"A Agenda 21, em qualquer esfera, constitui-se em processo e instrumento de transformações do conteúdo e das formas de elaborar e gerir políticas de desenvolvimento. A Agenda 21 global, assinada na Rio-92, configurou um produto que refletiu um processo de negociação multilateral de programas para a transição para o desenvolvimento sustentável, que envolveu e pactuou atores bastante diversos (agricultores, empresários, cientistas, indígenas, sindicalistas, jovens, mulheres, ONGs ambientalistas, autoridades locais, etc.), com atuação local, nacional ou internacional, não obstante no Sistema Nações Unidas somente os Estados Nacionais tomam decisões formais. A Agenda 21 baseou-se, pelo menos formalmente, em princípios de equidade, precaução, transparência, salubridade e seguridade ambiental, gestão participativa, entre outros expressos na Declaração do Rio de Janeiro para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, necessários para caracterizar os esforços de construção da sustentabilidade socioambiental, econômica e cultural do desenvolvimento" (Born, 2004).

"O ambicioso plano de ações da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, realizada no Rio de Janeiro (Rio-92), contendo compromissos que os Estados nacionais comprometeram-se, politicamente, a implementar antes do início do século 21, teve seu décimo aniversário à época que uma versão brasileira, a Agenda 21 nacional, finalmente estiver sendo concluída. Nesse período, algumas dezenas entre os mais de cinco mil municípios brasileiros desenvolveram ou iniciaram processos de Agenda 21 local, por vezes sequer identificada como tal mas denominada de processo DLIS– Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Na outra esfera federativa, a dos Estados, poucos resultados foram efetivados ainda naqueles que deram início à construção de Agendas 21 específicas, mesmo que inspiradas na Agenda 21 global.

A Agenda 21 global incorporou, ao longo de sua negociação e do amplo leque de temas e medidas, algumas das características que permitiram, depois de 1992, ser interpretada como um produto de processo participativo de planejamento das ações e políticas para a transformação do padrão de desenvolvimento e governança dos interesses e conflitos humanos, lastreado no diálogo e pactuação entre atores sociais, inclusive governo e parlamentares, com base no ideário da sustentabilidade.

No plano global, a Agenda 21 da Rio-92 configurou-se como uma “soft law”, ou seja um acordo que não cria vínculos legais que tornam sua implementação mandatória para os atores (países) que a assinaram. Na época da Rio-92, a sua visibilidade ficou parcialmente ofuscada pelos acordos “hard-law” (que criam obrigações jurídicas para as partes) firmados por aproximadamente 170 países: a Convenção Quadro de Mudanças de Clima e a Convenção de Diversidade Biológica. Ganharam, então, relativa notoriedade os outros dois produtos soft-law da Rio-92: a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios sobre Conservação e Usos Sustentáveis de Florestas (Declaração de Florestas)”.

Entendemos que a “Agenda 21 global, como produto de uma dinâmica que buscou questionar a conceituação e aplicação em políticas, globais, nacionais e locais, de um foco quase unidimensional (crescimento econômico) do desenvolvimento, como se as demais dimensões (social, ambiental, política, etc.) fossem efeito direto da realização daquela, continua a engendrar iniciativas de Agenda 21 local ou nacional, que de alguma maneira apontam para a transformação paradigmática dos “estilos” de desenvolvimento, individual, comunitário, nacional e planetário. Assim, a análise de qualquer experiência de Agenda 21 deve levar em conta a amplitude de temas, de um lado, e os desafios inerentes à uma necessária cultura de participação na formulação e gestão de interesses públicos, o que certamente encontra a inércia dos atores hegemônicos ou daqueles que esperam do Estado ou do Mercado as soluções prontas para seus problemas” (Born, 2002).

Nesse sentido, e complementando o caráter de instrumento de planejamento participativo, a Agenda 21 (local ou nacional) pode servir para sensibilizar a população e suas lideranças quanto aos desafios da construção de sociedades, plurais, justas e ambientalmente sadias, contribuindo para fortalecer as responsabilidades individual e corporativas, sinais de cidadania planetária, assentadas na base das diversidades biológica, étnica, racial, religiosa, etc.

Conforme citado por Born, R.H. em outro trabalho , a Agenda 21 configura-se “também em instrumento de transformação da práxis da política, seja por promover uma prática distinta (participativa) dos moldes usuais de se fazer política, bem como propor a política da prática, enfim a definição e efetivação de programas e ações consistentes, integrados e eficientes para os objetivos de curto, médio e especialmente de longo prazo (a sustentabilidade do desenvolvimento humano), cujo monitoramento e envolvimento é acessível às organizações da sociedade civil. Faz parte inerente (embora isso não esteja explícito formal ou informalmente) do processo-instrumento Agenda 21 a proposição de valores e de ética subjacente às sociedades sustentáveis, e portanto a Carta da Terra e a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com seus 27 princípios, devem formar o conjunto básico para qualquer experiência e projeto de Agenda 21”.

2.2 A CPDS

A CPDS foi criada por meio de decreto presidencial, no ano de 1997, depois de singular processo de diálogo entre lideranças do Governo e da sociedade, semanas antes da Sessão Especial da Assembléia da ONU sobre as realizações dos países cinco anos após a Rio-92¹. Então, parte do debate internacional estava direcionado à criação de mecanismos institucionais, domésticos (internos a cada país) para zelar pelo cumprimento dos compromissos da CNUMAD – a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente, o nome oficial da Rio-92. Fundamental compreender o contexto internacional, que cobrava também do país anfitrião da Rio-92, a parte que lhe cabia para a promoção da sustentabilidade nacional.

A CPDS – Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira foi instituída em 1997 com 10 membros, sendo 5 de seus membros representantes de diferentes áreas do governo federal (MMA – Ministério do Meio Ambiente, MRE – Ministério de Relações Exteriores, Ministério de Planejamento, Ministério de Ciência e Tecnologia e Câmara de Políticas Sociais da Presidência da República) e os demais 5 membros eram oriundos de organizações de distintos setores da sociedade (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, Fundação Getúlio Vargas, Universidade Federal de Minas Gerais, Fundação Ondazul e o FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. A CPDS é presidida pelo Ministério do Meio Ambiente.

A Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, teve por finalidade inicial (até 2004) propor estratégias de desenvolvimento sustentável e coordenar a implementação e revisões da Agenda 21 Brasileira, conforme determina o artigo 2 do Decreto (s/número) de 1997. Mas o objetivo fundamental – que permanece até a atualidade, agora como a única finalidade da CPDS – é de propor estratégias de desenvolvimento sustentável, para o qual a Agenda 21 é instrumento e processo participativo de interação governo-sociedade.

Em 2001, a CPDS discutiu a necessidade de sua reformulação para garantir melhores condições no desempenho de suas funções acima e na efetiva coordenação e implementação da Agenda 21 brasileira. Uma minuta de decreto e correspondente exposição de motivos foi elaborada, para que pudesse ser encaminhada pelo então Ministro de Meio Ambiente, José Sarney Filho, ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquele momento, registrou-se, como já havia acontecido anteriormente, a sugestão de que a Presidência da Comissão ficasse com o Ministério do Planejamento ou a Casa Civil da Presidência da República.

Na primeira reunião da CPDS no Governo Lula, realizada em 24-4-2003, o MMA apresentou proposta de revisão da composição da Comissão. Após discussões iniciais, um grupo de trabalho ficou encarregado de recolher propostas e consolidar uma formulação para a nova composição, que foi efetivada mediante decreto, inicialmente publicado em novembro de 2003 e republicado no início de 2004

¹ Os diálogos se intensificaram por ocasião da realização de um evento internacional, em março de 1997 no Rio de Janeiro, organizado pelo Conselho da Terra, FBOMS e outras entidades da sociedade civil para avaliar os esforços de cada país na implementação da Agenda 21 e na criação de mecanismos nacionais, uma vez que a CIDES – Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecida em 1994 por decreto do Presidente Itamar Franco jamais foi operacionalizada.

Art. 2º Compete à Comissão:

I – propor à Presidência da República estratégias, instrumentos e recomendações voltadas para o desenvolvimento sustentável do País;

II – elaborar e submeter à aprovação da Presidência da República a Agenda 21 Brasileira;

III – coordenar e acompanhar a implementação da Agenda 21 Brasileira.

Conforme mencionado em reunião de 24 de abril da CPDS por Dr. Rubens Born, membro da Comissão como representante do FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Desenvolvimento e Meio Ambiente, o debate sobre a possível e necessária mudança da composição dessa instância deveria considerar obrigatoriamente os papéis que se espera exercer efetivamente, assim como os principais critérios de funcionamento. Disse ainda que era chegado o momento da CPDS, a partir da Agenda 21 brasileira já concluída, zelar não somente pela sua implementação mas especialmente pelo que está expresso na primeira parte de sua própria denominação: (propor) políticas de desenvolvimento sustentável.

De fato, um grande desafio coloca-se para a CPDS: firmar-se como instância coordenadora da incorporação da Agenda 21 nas políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável do país. Para tanto, a CPDS terá que ser fortalecida politicamente, bem como estar estruturada, no que concerne aos aspectos administrativos e financeiros, para dar conta de suas atribuições. Pelo decreto de 2004 o acompanhamento, fomento e disseminação das iniciativas de Agenda 21 tornaram-se parte das atribuições de competência da Comissão.

Por isso, esse colegiado terá que colaborar com a mobilização e o diálogo inter-setorial, por meio de seus membros para o respectivo envolvimento e acompanhamento, nos próximos anos, da formulação e da implementação do PPA – Plano plurianual, das leis de diretrizes orçamentárias (LDOs) e leis orçamentárias anuais (LOAs), além de fomentar a implementação dos programas já previstos e discutidos na Agenda 21 brasileira. A CPDS deverá articular e fomentar a realização de Agendas 21 locais, que podem ser apoiadas por diversos organismos e instituições federais e estaduais e não somente pelo MMA e seu FNMA, além de reconhecer outras experiências relevantes de processos participativos de planejamento e gestão do desenvolvimento, muitos deles que não se denominam de agendas 21 mas guardam características comuns com critérios de Agenda 21. Além disso, tendo em vista as propostas da Agenda 21 brasileira sobre meios de financiamento do desenvolvimento sustentável, a CPDS não pode ser omissa em relação ao debate sobre meios de implementação, mobilização de recursos e reforma tributária.

Enfim, a CPDS poderá ser, se assim for pactuado e aceito pelo governo, instância auxiliar na consolidação da “transversalidade” das políticas públicas brasileiras no marco da sustentabilidade, servindo de “pano de fundo” para programas e iniciativas tão diversas e importantes associadas à construção ampliada e progressiva da sustentabilidade (conceito da Agenda 21 Brasileira) como o Bolsa Família, o PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar, o PPCS – Plano de Ação sobre Produção e Consumo Sustentável, o Plano da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o PNMC – Plano Nacional de Mudanças de Clima, Programa Minha Casa Minha Vida.

2.3 A Agenda 21 Brasileira

Com o início do funcionamento da CPDS, em junho de 1997, pouco antes da Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre os Cinco anos da Rio-92 (Rio+5), a primeira tarefa foi de coordenar a elaboração e implementação de uma Agenda 21 nacional. A primeira etapa do trabalho foi a definição da metodologia da elaboração da Agenda 21, que incluiu a definição de seis temas básicos (agricultura sustentável; gestão de recursos naturais; cidades sustentáveis; infra-estrutura e integração regional; redução das desigualdades sociais, e finalmente ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável), a partir dos quais foram preparados, por consórcios contratados e em duas etapas de workshops com especialistas e lideranças nos temas, os documentos de subsídios para a versão preliminar da Agenda 21.

Esses documentos temáticos, elaborados no final de 1998 e início de 1999, continham as propostas de estratégias e ações que constituíram a parte programática da *Agenda 21 brasileira: bases para discussão*, o texto aprovado pela CPDS em dezembro de 1999 como a versão inicial. Para a composição dessa versão preliminar, a CPDS contou com consultor que, com base nos diagnósticos temáticos e nas discussões políticas da Comissão, indicou os desafios e os entraves ao desenvolvimento sustentável no Brasil. Naquele período, coube também à Comissão adotar, para a Agenda 21 brasileira, um conceito de referência de sustentabilidade do desenvolvimento. A base conceitual da Agenda 21, a idéia de uma construção progressiva e ampliada da sustentabilidade em suas várias dimensões (ambiental, social, econômica, político-institucional, técnico-científica, cultural, etc.) permitiu compor propostas, oriundas de diversos segmentos sociais, que ousam inovar práticas, instrumentos e regras ao invés de se resguardar nas condições que perpetuam o *status quo*.

Não obstante, após a conclusão dos documentos temáticos o processo ficou travado e ameaçado, por quatro motivos ou desafios fundamentais. Primeiro, a ausência de debate prévio na CPDS e, portanto, de orientação estratégica e metodológica, de como utilizar e consolidar os seis produtos temáticos como subsídios e instrumentos do processo de construção da agenda 21. Segundo, a dificuldade de consolidação do documento-instrumento de discussão pública da Agenda 21, dado que os seis produtos temáticos (cidades sustentáveis; agricultura sustentável; infra-estrutura e integração regional; gestão dos recursos naturais; redução das desigualdades sociais, e, por fim, ciência e tecnologia e desenvolvimento sustentável.) adotaram distintos conceitos de desenvolvimento sustentável como referência, implicando na potencial criação de dificuldades políticas ou mesmo de propostas contraditórias. Terceiro, a necessidade de se definir uma estratégia de disseminação da Agenda, com a mobilização da e mobilizando a sociedade, em seus vários segmentos, e em especial da mídia, para que se pudesse, de um lado, obter a participação mais ampla possível, e de outro lado contribuir para o quarto e não menos importante desafio: o respaldo e inserção social para a efetiva implementação da Agenda. Nesse aspecto, alguns setores governamentais pensavam que a mera consolidação dos seis textos temáticos já eram suficientes para a composição da Agenda 21 brasileira. Representantes de segmentos da sociedade civil e outros membros da CPDS entendiam que a Agenda 21 brasileira deveria ser fruto de amplo debate nacional, o que favoreceria sua implementação em etapa posterior.

Em meados de 2000, após a apresentação pública ao Presidente Fernando Henrique Cardoso do documento *“Agenda 21 brasileira: bases para discussão”*, iniciou-se a etapa de recebimentos de emendas e sugestões, de forma estadualizada, tendo sido realizados 26 debates nos 27 Estados². A fase seguinte, de junho a outubro de 2001, tratou de consolidar os consensos e explicitar as prioridades, propostas específicas e eventuais dissensos em cada uma das cinco regiões do país, a partir da perspectiva regional, com base nas emendas apresentadas na etapa anterior.

Concluída as etapas dos debates estaduais e regionais da Agenda 21 brasileira, uma certeza havia sido estabelecida por todos os membros da CPDS: o processo da Agenda brasileira, até então, destacava-se não somente no âmbito internacional mas também como um singular processo nacional de elaboração participativa de programa (ou política) pública. Naquela etapa dos debates estaduais, receberam-se 5839 emendas propostas por organizações de todos os segmentos, sendo que nos eventos participaram quase 4000 pessoas. Os debates regionais envolveram também centenas de pessoas e diversas organizações de fomento (Caixa Econômica Federal, BASA – Banco da Amazônia; Banco do Nordeste, Banco do Brasil, etc.) engajaram-se no processo de discussão pública da Agenda 21.

Estima-se que pelo menos 40.000 pessoas não somente leram o documento *Agenda 21 brasileira: bases para discussão*, mas sobretudo envolveram-se nas ações que marcaram essas etapas, ou seja a discussão das propostas nas suas respectivas organizações e comunidades; a exposição pública de suas sugestões e emendas; o exercício do diálogo e da negociação, com vistas a um país sustentável e impulsionados pelas demandas e interesses específicos de cada segmento. Tratou-se de significativa experiência de participação civil em processo nacional para o estabelecimento de plano (política) nacional, com base nas realidades e perspectivas locais, regionais, nacionais e globais. Os quadros A e B, no final desse texto, apresentam dados que ilustram o grau de participação na construção da Agenda 21 brasileira.

Nesse sentido, a Agenda 21 brasileira, fruto de singular processo participativo, pode desenhar linhas do cenário futuro, desejado pelas pessoas que acreditam ter o direito e as oportunidades de empreender as ações transformadoras da sociedade brasileira rumo à sustentabilidade. Elencando problemas atuais, cenários desejados, a base de valores e princípios, os partícipes do processo da Agenda 21 escreveram também um conjunto amplo e diverso de propostas de estratégias e ações para o desenvolvimento integrado, sustentável, justo e participativo do país.

Após os debates públicos estaduais e regionais, mais uma vez a CPDS viu-se frente ao desafio de consolidar a versão final da Agenda 21 brasileira. No início de 2002, a Comissão iniciou a etapa final, mediante a contratação de consultoria para a consolidação das ações e estratégias oriundas daqueles debates, e definiu a realização de seminário nacional com lideranças, formadores de opinião e tomadores de decisões dos principais segmentos da sociedade, com vistas à identificação das ações prioritárias e dos meios de implementação da Agenda 21. Para esse fim, foram deflagrados consultas setoriais, e a CPDS resolveu que a versão final da Agenda 21 deveria refletir e reunir as propostas apresentadas nos debates públicos, mas tendo um elenco de ações e estratégias principais como uma agenda de prioridades da Agenda 21 nacional, para servir de instrumento de sensibilização e mobilização para a implementação. O processo

² Somente no Amapá não foi realizado debate estadual sobre a Agenda 21 brasileira

de elaboração da Agenda 21 brasileira deveria, segundo a CPDS, estar concluído em meados de 2002, dez anos após a Rio-92.

Tendo em vista a referência conceitual adotada, a da sustentabilidade multi-dimensional³, a Agenda 21 brasileira incorporou propostas que revelam a interdependência das várias dimensões; a necessidade de operacionalizar instrumentos e políticas, que a partir do atual padrão de desenvolvimento, possam propiciar as transformações de critérios e práticas econômicas, sociais, culturais, de governo e de governança da sociedade. Como promover a construção da sustentabilidade em todas as dimensões, se persistem ainda os valores que contrapõem a conservação ambiental aos princípios reguladores da economia, que não considera ainda, por exemplo, a eficiência ecológica no uso de recursos naturais ?

Assim, na etapa de debates regionais, a CPDS buscou organizar as propostas com base nas diversas dimensões (geo-ambiental, político-institucional, social, econômica e de conhecimento e tecnologias), com vistas à explicitação das estratégias e eixos de ações estruturantes do desenvolvimento nacional. O quadro I, elaborado pela CPDS, foi utilizado para organizar as propostas da Agenda 21 brasileira em aproximadamente 21 linhas estratégicas de ações e medidas. Nesse campo também revelaram-se conflitos e questões políticas relevantes, com opções de respostas que podem levar a caminhos distintos do idealizado como o da sustentabilidade. Por exemplo, qual deve ser a inserção do país em um mundo globalizado, que se movimenta pela lógica do comércio, da competitividade, da exploração da mão de obra barata nos países em desenvolvimento, pela "integração das diversas localidades ao mercado global, quando muitas vezes o "mercado local" é frágil, pela fragilidade da renda de sua população? Deve o Brasil ser "exportador" de recursos naturais, dado que sua "vocação"    valer-se de sua rica biodiversidade e riqueza mineral ou como aproveitar suas características específicas e formar uma na  o justa e solidária, no âmbito interno e externo, em um mundo cada vez mais fragmentado e competitivo? Como promover a indispensável desconcentra  o da renda em termos planetários, nacionais e regionais? Com que estratégias e políticas específicas? Como internalizar todas essas políticas em todas as áreas de todos os governos? Que papel está reservado ao Estado nesse novo contexto? Qual o papel dos diversos setores da sociedade? (M  dia, empresas, sindicatos, etc..) Como construir os instrumentos econômicos, os indicadores ambientais e sociais capazes de guiar e auxiliar as transform  es estruturais da sociedade brasileira em dire  o ao ideário da sustentabilidade?

³ Segundo Roberto Guimarães, da CEPAL, há que se considerar a sustentabilidade planetária (que guarda rela  o direta com os problemas que extrapolam as fronteiras dos Estados nacionais); a sustentabilidade ambiental (manuten  o da capacidade funcional e de carga dos ecossistemas); sustentabilidade ecológica (base física, que demanda conserva  o e uso racional dos recursos naturais); sustentabilidade demográfica (associada    capacidade de suporte dos ecossistemas); sustentabilidade cultural (respeito    diversidade de conhecimentos, tecnologias e práticas de adapta  o antrópica ao meio); sustentabilidade social (referente    provisão e ao acesso universal aos serviços e condi  es determinantes para a qualidade de vida); a sustentabilidade política (associada    no  o do fortalecimento da democracia participativa e da cidadania local e planetária) e institucional (associada    cria  o e valoriza  o de instâncias e instrumentos para a regula  o da sociedade e da economia). Ver em Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasil Século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92. Rio de Janeiro, FASE, 1997)

Quadro I – Linhas estratégicas estruturadoras da Agenda 21 brasileira, segundo as diferentes dimensões da sustentabilidade.

DIMENSÕES				
(A) GEO- AMBIENTAL	(B) SOCIAL	ECONÔMICA	(C) POLÍTICO- INSTITUCIONAL	(D) DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
Uso sustentável, conservação e proteção dos recursos naturais.	Medidas de redução das desigualdades e de combate à pobreza.	Transformação produtiva e mudança dos padrões de consumo.	Integração entre desenvolvimento e meio ambiente na tomada de decisões.	Desenvolvimento tecnológico e cooperação, difusão e transferência de tecnologia.
Ordenamento territorial.	Proteção e promoção das condições de saúde humana e seguridade social.	Inserção econômica competitiva.	Descentralização para o desenvolvimento sustentável.	Geração, absorção, adaptação e inovação do conhecimento.
Manejo adequado dos resíduos, efluentes, das substâncias tóxicas e radioativas.	Promoção da educação e cultura, para a sustentabilidade.	Geração de emprego e renda, reforma agrária e urbana.	Democratização das decisões e fortalecimento do papel dos parceiros do desenvolvimento sustentável.	Informação para a tomada de decisão.
Manejo sustentável da biotecnologia.	Proteção e promoção dos grupos estratégicos da sociedade.	Dinâmica demográfica e sustentabilidade.	Cooperação, coordenação e fortalecimento da ação institucional.	Promoção da capacitação e conscientização para a sustentabilidade.
			Instrumentos de regulação.	

Fonte: MMA/CPDS. Roteiro Metodológico para os encontros regionais da Agenda 21 brasileira. Agosto de 2001.

Em qualquer das várias formas de organização das propostas, revelou-se a necessidade de enfrentar a polarização entre as visões de condução liberal, via ação livre do mercado, ou da direção do Estado dos rumos do desenvolvimento nacional. Para o ex-ministro de planejamento, e consultor da CPDS na fase final de elaboração da Agenda 21, Prof. Paulo Haddad *“é fundamental esclarecer, também, o indispensável papel do Estado na construção do processo de desenvolvimento sustentável no Brasil. A obrigação social de sustentabilidade, como tem insistido Amartya Sen., não pode ser deixada inteiramente por conta do mercado, uma vez que o futuro não está adequadamente representado no mercado – pelo menos o futuro mais distante. O Estado deve servir como gestor dos interesses das futuras gerações, por meio de políticas públicas que utilizem mecanismos regulatórios ou de mercado, adaptando a estrutura de incentivos a fim de proteger o meio ambiente global e a base de recursos para as pessoas que ainda vão nascer. A Agenda 21 Brasileira, ao estimular o uso de mecanismos descentralizados de mercado para operacionalizar os objetivos das políticas de desenvolvimento sustentável, deve dar ênfase igualmente às necessidades dos excluídos e não apenas às demandas presentes e futuras do mercado”*.

Já no documento *“Agenda 21 brasileira: bases para discussão”*, consolidado pela CPDS com o consultor jornalista e ambientalista Washington Novaes, afirmava-se a urgência da modificação do quadro de distribuição de renda para a construção da sustentabilidade social, o que ensejaria, além de políticas compensatórias – inclusive de renda mínima – políticas de emprego, de apoio a agricultura familiar, programas oficiais de crédito que privilegiem as atividades econômicas geradoras de postos de trabalho, e

sobretudo um sistema tributário capaz de evitar a sonegação de impostos (que atingiriam 40 % da atividade produtiva), de um lado, e capaz também de desonerar progressivamente o trabalho e o capital e onerar o consumo e desperdício de recursos naturais.

A versão final da Agenda 21 brasileira deveria, na visão de vários integrantes da CPDS, compartilhada por ONGs e movimentos sociais conforme consulta setorial realizada em abril de 2002, explicitar, em linguagem de fácil comunicação, os conjuntos de ações considerados prioritários e fundamentais para iniciar a implementação da Agenda. Trata-se da agenda de prioridades. Originalmente proposta por integrante da CPDS (Dra. Aspásia Camargo) como uma indicação de 21 eixos de ações para a construção da sustentabilidade, o documento submetido à apreciação das lideranças nas consultas setoriais realizadas em abril e maio de 2002, incluía ações agrupadas nos seguintes objetivos estratégicos, entre outros⁴:

Quadro II – Proposta dos 21 eixos de ações para a sustentabilidade – Agenda 21 brasileira (versão preliminar de abril de 2002)

1. Disseminar e consolidar a base ética e de valores da sustentabilidade, para o compromisso de todos os cidadãos, empresas, governos e instituições do país nas metas do desenvolvimento sustentável.
2. Retomada do desenvolvimento, mas com sustentabilidade.
3. Redução das Desigualdades Sociais, via o combate as causas e focos de pobreza, incluindo programas universalizantes como os de Renda Mínima e Bolsa Escola.
4. Promover a saúde, evitar a doença, com forte ação na manutenção da salubridade ambiental.
5. Promoção de padrões de Consumo Sustentáveis e uma Campanha Nacional contra o Desperdício.
6. Promoção de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e a sustentabilidade, e como prioridade absoluta, maior participação dos recursos humanos qualificados da ciência e da tecnologia nacionais no valor agregado da produção agrícola e industrial brasileira e no desenvolvimento de nichos competitivos, na área da ciência e da tecnologia, especialmente no referente à biotecnologia e biodiversidade, recursos hídricos e saneamento básico e energia renovável, tendo em vista a acelerada expansão e inovação tecnológica destes produtos.
7. Ecoeficiência e Responsabilidade Social das empresas, pela promoção da adoção, pelas empresas brasileiras, de padrões internacionais de ecoeficiência e de responsabilidade social, que incorporam valores éticos e culturais ao processo de decisão dos negócios.
8. Promoção da gestão e autoridade metropolitana, com foco na gestão integrada e participativa dos serviços e infraestrutura urbanos.
9. Universalizar o saneamento ambiental nos assentamentos humanos, elevando em uma década para 60% o nível de população atendida por coleta e tratamento secundário de esgoto.
10. Implantação de transporte público (de massa) nas grandes cidades e metrópoles com concomitante planejamento e ordenamento do uso do solo, para tornar as cidades mais apropriadas a vida humana sadia e digna.

⁴ Ver. CAMARGO, A. Agenda 21 brasileira: por um Brasil Sustentável. Como mudar o país em uma década. Brasília, versão de 22/4/02.

11. Promover a Agenda 21 local como instrumento de descentralização, gestão e planejamento participativo do desenvolvimento local, regional integrado e sustentável.
12. Promover as 10 medidas para tornar sustentável o desenvolvimento humano no espaço rural brasileiro.
13. Elevar e integrar as ações de políticas florestal e de biodiversidade para a conservação, uso sustentável e recuperação de áreas degradadas de biomas e ecossistemas do país, inclusive baixando para zero o desmatamento de novas áreas de florestas primárias nos biomas mais ameaçados (Cerrado e Mata Atlântica).
14. Implementar a política nacional de águas, com a gestão participativa e integrada das bacias hidrográficas (melhorar a quantidade e qualidade de água e combater a poluição do ar e do solo).
15. Promover energia e infra-estrutura adequada ao desenvolvimento sustentável.
16. Implantar a administração integrada e o uso de instrumentos econômicos de gestão ambiental.
17. Fortalecer a governança e as parcerias entre a sociedade e os governos.
18. Integrar as regiões brasileiras e promover ações exemplares em seus biomas ameaçados.
19. Valorizar as novas identidades e a diversidade cultural e ambiental.
20. Ampliar o protagonismo ambiental como prioridade da política externa, com base na consistência das ações internas e participação da sociedade.
21. Desenvolver atividades para ampliar e fortalecer a consciência e cidadania ambiental da população brasileira, e sobretudo de suas elites.

Para organizações do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento, o “foco das ações prioritárias deve ser a erradicação da pobreza por meio de desenvolvimento local, integrado e sustentável e o fortalecimento das instâncias locais, onde os 6 eixos temáticos⁵ perpassem—na transversalmente. Além disso, é preciso ressaltar que este processo deve estar pautado pelo equilíbrio ambiental e na equidade do desenvolvimento nacional e global”. Para os integrantes do Grupo de Trabalho da Agenda 21 desse Fórum “a elaboração e a implementação da Agenda 21 Brasileira não pode ficar subordinada apenas à lógica econômica, já que foi essa lógica que nos colocou na crise político-sócio-cultural-ambiental em que nos encontramos. Dessa forma, se torna imprescindível a inversão processual de prioridades, recolocando como princípios valores centrados na ética da vida e na sustentabilidade ampliada”⁶.

A versão final da Agenda 21 Brasileira, lançada ao público em julho de 2002 em evento no Palácio do Planalto, agrupou diretrizes para políticas e recomendações de ações e medidas, inclusive legais e institucionais, em uma plataforma de 21 “ações” prioritárias em 5 blocos, destacados no Quadro III:

⁵ Redução das Desigualdades Sociais, Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infra-Estrutura e Integração Regional, Gestão dos Recursos Naturais, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável

⁶ Ver: Vitae Civilis. Relatório do GT – Grupo de Trabalho da Agenda 21. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais. Reunião de 23 e 24 de abril de 2002.

Quadro III – Plataforma das 21 ações prioritárias – AGENDA 21 BRASILEIRA (julho de 2002)⁷.

A economia da poupança na sociedade do conhecimento

- Objetivo 1 : Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício
- Objetivo 2: Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas
- Objetivo 3: Retomada do planejamento estratégico, infra-estrutura e integração regional
- Objetivo 4: Energia renovável e a biomassa
- Objetivo 5: Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável

II – Inclusão social para uma sociedade solidária

- Objetivo 6: Educação permanente para o trabalho e a vida
- Objetivo 7: Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS
- Objetivo 8: Inclusão social e distribuição de renda
- Objetivo 9: Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde

III – Estratégia para a sustentabilidade urbana e rural

- Objetivo 10: Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana
- Objetivo 11: Desenvolvimento sustentável do Brasil rural
- Objetivo 12: Promoção da agricultura sustentável
- Objetivo 13: Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável
- Objetivo 14: Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável

IV – Recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas

- Objetivo 15: Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas
- Objetivo 16: Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade

V – Governança e ética para a promoção da sustentabilidade

- Objetivo 17: Descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local
- Objetivo 18: Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos
- Objetivo 19: Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável
- Objetivo 20: Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação
- Objetivo 21: Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade

⁷ BRASIL. Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias. Por Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Brasília, MMA/PNUD. 2002.

Preocupados com a efetividade da Agenda 21 Brasileira, a CPDS procurou também apontar os meios de sua implementação, com destaque para os mecanismos institucionais e instrumentos fiscais e financeiros. Considerou conflitos de interesses que surgem na esperada transição para o desenvolvimento sustentável, como os que resultam da busca de eficiência econômica, de sustentabilidade ambiental e de equidade social; os conseqüentes aos regionalismos e a escassez, absoluta ou relativa, de "recursos" naturais, e finalmente entre políticas de curto prazo ou de governos com políticas de desenvolvimento e do Estado Brasileiro.

Destacamos o que segue:

A Agenda 21 brasileira, portanto, deve ser entendida como uma possível agenda de transição, ou melhor de transformações. Isso significa ir além das ações exemplares, dos projetos e ações fragmentados, para poder gerar progressivamente a "cultura" e políticas integradas da sustentabilidade.

Como será possível verificar neste produto, mais de uma centena das ações propostas pelo documento Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias já tiveram eco nas ações e programas das diversas áreas do governo, em suas 3 esferas de poder. Provavelmente muitas dessas ações estão em curso apesar de que seus agentes ou mesmo formuladores não conheçam ou não tenham participado da construção da Agenda 21. Mas isso não diminui o potencial papel da Agenda 21 como uma plataforma de referencia, um pano de fundo de integração e articulação de medidas setoriais e transversais para o Poder Público e para a sociedade.

Pode-se dizer que do processo participativo de elaboração da Agenda 21 Brasileira sejam obtidas lições importante seja para o atual modelo de Conferências Nacionais temáticas, lançado no primeiro mandato do Governo Lula, como também dos eventos dos diversos fóruns, comissões, comitês que objetivam construir planos, programas e políticas para o seu setor no País. Mas uma diferença significativa é que o instrumento (processo e conteúdo) denominado de Agenda 21 ousa, repitimos, ousa desafiar as prática política e de planejamento participativo uma vez que busca articular ações frente a visões integradas, holísticas, do desenvolvimento humano. Enfim, busca articular distintos setores e esferas de atuação, que na organização do Estado e na pratica governamental encontram-se distribuídas em campos departamentalizados que carecem de melhor integração.

Apesar desse grande envolvimento, Born (2002) alerta que, no que tange ao conteúdo, a Agenda revela conflitos latentes de visões e interesses subjacentes às expectativas da população. O autor analisa que as áreas que mais receberam atenção e emendas durante os debates públicos foram as de gestão de recursos naturais e de agricultura sustentável. Entretanto, o processo aponta para a necessidade de transformar e aprimorar o papel da Agenda 21 nas políticas de conservação e gestão dos recursos naturais, de forma integrada, para que o planejamento de uso e ocupação do território possa assegurar a proteção da biodiversidade regional e a mitigação e adaptação as mudanças do clima. Para isso, é necessário que programas e projetos negociados nos processos de Agenda 21 possam ser veículos de toda a integração proposta.

Agenda 21: desafios para governos e sociedade

Dr . Rubens Harry Born(*)

Texto escrito em 2004.

A Agenda 21, em qualquer esfera, constitui-se em processo e instrumento de transformações do conteúdo e das formas de elaborar e gerir políticas de desenvolvimento. A Agenda 21 global, assinada na Rio-92, configurou um produto que refletiu um processo de negociação multilateral de programas para a transição para o desenvolvimento sustentável, que envolveu e pactuou atores bastante diversos (agricultores, empresários, cientistas, indígenas, sindicalistas, jovens, mulheres, ONGs ambientalistas, autoridades locais, etc.), com atuação local, nacional ou internacional, não obstante no Sistema Nações Unidas somente os Estados Nacionais tomam decisões formais. A Agenda 21 baseou-se, pelo menos formalmente, em princípios de equidade, precaução, transparência, salubridade e seguridade ambiental, gestão participativa, entre outros expressos na Declaração do Rio de Janeiro para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, necessários para caracterizar os esforços de construção da sustentabilidade socioambiental, econômica e cultural do desenvolvimento.

Entendemos⁸ que Agendas 21 locais devem ser compreendidas e realizadas no marco de processos participativos de planejamento e gestão do desenvolvimento humano para a transição e construção de sociedades sustentáveis.

Para os integrantes do Grupo de Trabalho para Agendas 21 do FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (FBOMS)⁹, rede nacional criada em 1990 para articular grupos da sociedade civil brasileira em torno dos processos de negociações e implementação dos compromissos da Rio-92, processos de Agenda 21 locais são necessários e oportunos, pois permitem maior engajamento de cidadãos e organizações comunitárias na busca de soluções para a melhoria da qualidade de vida e gestão do desenvolvimento local. Ao discutir os desafios da realidade de cada comunidade, no marco da gestão participativa, as Agendas 21 locais contribuem para o exercício e construção de sociedades democráticas; valorizam percepções e condições de titularidade (ownership) e transparência (accountability) e facilitam a consideração das peculiaridades de cada localidade, tanto nas suas características culturais ou ambientais. As Agendas 21 locais contribuem também para sensibilizar técnicos e gestores municipais, levando-os a considerar as propostas de desenvolvimento local, integrado e sustentável ao lado dos demais instrumentos e processos de planejamento e administração pública.

A elaboração da Agenda 21 Brasileira, entre 1997 e 2002, inaugurou um momento singular e de grande importância para toda nossa sociedade. Na elaboração da Agenda 21 brasileira, para se ter uma idéia, todos os segmentos interessados foram mobilizados em debates públicos em 26 estados. O texto Agenda 21 brasileira: bases para discussão recebeu aproximadamente 6 mil sugestões, sendo que seu conteúdo foi alvo de leitura e reflexão por pelo menos 40 mil pessoas, segundo a CPDS – Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável.

⁸ Na perspectiva do Vitae Civilis Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz
www.vitaecivilis.org.br

⁹ Ver www.fboms.org.br

A Agenda 21 nacional elegeu 21 eixos prioritários, que cobrem praticamente todas as áreas de políticas públicas. Dada a abrangência temática, a referência de processos de construção gradativa da sustentabilidade e a extensão territorial, a versão brasileira da Agenda 21 tem caráter de diretrizes gerais de princípios e políticas públicas, mas indica também uma ampla diversidade de ações e medidas específicas, necessárias para a transição do país para padrões de desenvolvimento consistentes com os princípios consagrados na Agenda 21 global. A elaboração da Agenda 21 brasileira foi finalizada pouco antes da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (WSSD – World Summit on Sustainable Development) realizada em Joanesburgo, em agosto de 2002.

Em 2003, o Governo federal desencadeou diversos processos participativos de discussão de políticas públicas setoriais, com conferências nacionais nas áreas de cidades, pesca, meio ambiente, entre outras. Relevantes por trazer para a Administração federal as contribuições e sugestões de atores muito diversos, a partir de debates públicos nos municípios e estados, tais processos poderiam ter servido para alavancar iniciativas já previstas na Agenda 21 brasileira ou, ainda, para disseminar e fomentar Agendas 21 locais. No processo da 1ª. Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em novembro de 2003, a Agenda 21 brasileira foi tomada como um documento de referência mas, lamentavelmente, o tempo (timing) do processo não permitiu que soluções e propostas já amplamente discutidas pudessem ser trabalhadas suficientemente na perspectiva de sua implementação imediata. A repetição naquelas conferências nacionais de debates já realizados na Agenda 21 brasileira é sinal de um enorme desafio comum: a disseminação do conteúdo e objetivos da Agenda 21.

De fato, há grande desconhecimento sobre o que venha a ser a Agenda 21 por parte de muitos técnicos, lideranças e representantes de órgãos governamentais, de ONGs, de movimentos sociais e populares, sindicatos, empresas e demais grupos principais (major groups), especialmente os que ainda não atuam diretamente com questões ambientais. Visões setoriais, ao invés de sistêmicas e transversais, além de interesses imediatos, embora muitas vezes legítimos, são também parte do desafio a ser lidado por aqueles que pretendem valer-se da Agenda 21, em qualquer escala, como instrumento de integração de políticas para assegurar a integridade da Vida.

Nesse sentido, vale registrar o esforço do FBOMS e do MMA – Ministério do Meio Ambiente com a reformulação das atribuições e da composição da CPDS – Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 brasileira. Com base em proposta de consenso, o Presidente da República assinou, em novembro de 2003, decreto que amplia a participação de 5 para 17 membros representativos de diversos segmentos da sociedade civil, e prevê a participação de igual número de representantes de diversos setores e esferas governamentais. A CPDS, cumprida sua primeira missão – de elaborar a Agenda 21 brasileira – passa a ter maior responsabilidade, pois incorpora em suas atribuições, funções de acompanhar o PPA – Plano Plurianual de desenvolvimento nacional, o estímulo às Agendas 21 locais, e a colaboração com outras áreas e instâncias governamentais, incluindo o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, para a contínua inserção e implementação de propostas de desenvolvimento sustentável nas políticas do país.

Implementar Agendas 21 locais ou dar efetividade aos objetivos da CPDS, incluindo a implementação da Agenda 21 brasileira, não são tarefas fáceis. Analogamente, são complexos os desafios da Comissão de Desenvolvimento Sustentável

da ONU em assistir na criação das condições e políticas para a implementação dos acordos da Rio-92. Continuamos a presenciar muitos obstáculos, inclusive vários que dificultaram o resultado esperado da Cúpula de Joanesburgo, entre os quais a pouca adesão de alguns países e organizações fortes aos compromissos multilaterais da Conferência do Rio-92 (por exemplo, na mitigação de causas e efeitos de mudança de clima; na cooperação financeira internacional, com destino de 0,7% do PIB para ajuda aos países em desenvolvimento; na mudança de padrões de consumo, etc.). Instituições globais e nacionais, como o FMI – Fundo Monetário Internacional, OMC – Organização Mundial do Comércio – e bancos regionais ou nacionais de fomento entre outros, continuam a operar com instrumentos de uma visão de crescimento econômico que só se “sustenta, lamentavelmente, com a contínua externalização de efeitos sociais (pobreza), e ambientais (degradação e poluição).

Agendas 21 locais ou a Agenda 21 brasileira são, em nossa opinião e na visão do GT Agenda 21 do FBOMS, oportunidades e instrumentos de se obter resultados práticos, por um lado, e o diálogo com a sociedade e os tomadores de decisões, por outro, para mudar o rumo das políticas. Superar o “voluntarismo” da Agenda 21, tornando-a parte da dinâmica do processo decisório é desafio em sua implementação. A concretização das propostas da Agenda 21 dependerá, entre outros fatores, de torná-la instrumento de referência para a sociedade brasileira, como um todo, e especialmente para lideranças dos vários segmentos, inclusive nos três níveis de governo e nas instituições dos Poderes legislativos. Importante ressaltar que o setor empresarial deve tomar as diretrizes da Agenda 21 com esse mesmo empenho, mudando a forma e conteúdo da atividade econômica e não simplesmente restringindo-se a atingir marcas de eco-eficiência, uma vez que a Agenda 21 brasileira aponta também para mudanças efetivas nos atuais padrões de produção e consumo.

Para esse fim, precisaremos também de indicadores que possam apontar, ao cidadão leigo ou aos técnicos e dirigentes do país, se as transformações em nossa sociedade estão no rumo da sustentabilidade e melhoria progressiva das condições de vida. Um conjunto de indicadores, que sem perder a especificidade do que deva ser avaliado, permitam uma leitura sistêmica de nossa realidade, com a devida credibilidade, certamente dependerá do empreendimento e envolvimento de diversas organizações.

Finalmente, é preciso que as autoridades públicas coordenem forças para popularizar – sem banalizar – a Agenda 21, tornando a idéia de sustentabilidade tão conhecida e factível a ponto de qualquer cidadão, dos quatro cantos do planeta, possa facilmente entender sua importância social e política e cobrar sua implementação.

(*) Engenheiro civil com especialização em engenharia ambiental; mestre em saúde pública (gestão de águas e reuso de esgotos) e doutor em saúde pública e ambiental (regimes internacionais ambientais). Diretor executivo do Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz; Membro da CPDS – Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 brasileira como representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente; membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê; representou e coordenou delegação de ONGs brasileiras nas sessões preparatórias da ONU e na Rio-92.

Atualmente, a mudança do clima é uma das grandes pautas que inferem na matriz das políticas de desenvolvimento do País. Sendo assim, a articulação destes dois importantes documentos, o PNMC e a Agenda 21, se torna imprescindível para o avanço da Agenda, e relevante para se avançar na avaliação e desenho dos próximos passos para a continuidade da implementação da Agenda 21 Brasileira. Cabe aqui salientar que se trata de uma agenda para o desenvolvimento sustentável do País, que foi construída com base em extensas consultas públicas que tiveram a participação de aproximadamente 40 mil pessoas dos setores governamental e não-governamental, incluindo o produtivo.

Ainda em retrospecto, esta articulação também se vincula ao fato de que, nos últimos quinze anos, a estreita relação entre exclusão social, matriz de desenvolvimento e degradação ambiental passou a ser amplamente discutida, tornando-se questão fundamental para toda a sociedade global e nacional. Pode-se dizer que a conservação ambiental é hoje uma questão social, cultural e política. Diversidade biológica, desertificação, manutenção das florestas e dos recursos hídricos, aquecimento global, mudanças climáticas se tornaram estratégicos tanto para a sobrevivência da vida no planeta quanto para a ação política. É um ciclo de grandes transformações.

Mas embora se tenha avançado em várias dimensões da sustentabilidade do desenvolvimento, a realidade brasileira apresenta desafios e dilemas no que concerne à política ambiental e à construção progressiva e integrada da sustentabilidade. Por um lado, são fortes e expressivos os questionamentos da legislação ambiental em vigência, como se essa fosse barreira inexorável a atividades que se realizam no campo do desenvolvimento humano; são fortes as abordagens de crescimento econômico ilimitado que fundamentam as visões de responsáveis pelas políticas econômica, de infraestrutura ou por iniciativas do setor privado. Um grande desafio é o da prática da transversalidade nas políticas públicas, tendo como alicerce e quadro referencial os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 brasileira é e pode ser instrumento processual e de conteúdo que oriente a transição e integração de tais políticas.

Neste cenário, a Agenda 21 Brasileira, por sua vez, se consagra como um valioso instrumento – talvez o mais amplo – de integração das dimensões ambiental, educacional, cultural, social tecnológica, econômica na matriz do desenvolvimento, com o desafio de aproximar as ações do Governo Federal das instituições governamentais e da sociedade brasileira..

Pode-se dizer que, ao longo da implantação do Programa Agenda 21 até os dias de hoje, houve um exercício de promover ações da Agenda de forma local e territorializada. Esta territorialização foi constatada, ao longo do trabalho do presente contrato, mas iniciativas voltadas para o fomento de Agendas 21 locais, que assim podem ser de grande relevância para o avanço da Agenda 21 Brasileira e de oportunidades para dar capilaridade ao processo de discussão da atualização da Agenda 21 brasileira.

Resumidamente, a Agenda 21 está sendo implementada da seguinte forma: foi construído um arranjo político-institucional abrangente para garantir um espaço político, jurídico, capaz de acolher todos os atores sociais interessados no processo. A Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira – CPDS, por exemplo, e conforme amplamente explorada no produto 1 do presente contrato, foi

reestruturada, em 2004, por meio de decreto que ampliou a participação dos atores governamentais e não-governamentais de 10 para 34 membros. Neste mesmo ano, a Agenda 21 passou a ser um Programa de Governo do PPA 2004-2007, e novamente de 2008-2011 com três ações prioritárias: implementação da Agenda 21 Brasileira, apoio aos processos de Agenda 21 Local e implementação de um programa de formação em Agenda 21. Essas conquistas contribuíram para o desafio de aproximar as ações do Governo Federal das instituições locais – governamentais e da sociedade civil. E este desafio teve como principal premissa a carência da população, sobretudo nos municípios, por informações, de conhecimento da existência desta agenda de desenvolvimento sustentável e de como operacionalizar os instrumentos de políticas públicas e torná-los verdadeiramente participativos.

Esta é uma agenda de toda a sociedade. Tornou-se um processo de parte do setor econômico, escolas, associações de bairro, movimentos sociais, e do setor governamental em suas 3 esferas. Ou seja, a proposta é de implementação coletiva das estratégias e ações que representam a visão e os anseios dos diferentes setores sociais. Contribui para uma nova forma de gestão pública, que proporcione, por um lado, maior clareza sobre o papel de cada indivíduo na busca de sociedades sustentáveis e, por outro lado, que incremente a capacidade de planejamento do conjunto da sociedade e governo e a realização de ações integradas para o desenvolvimento sustentável.

Viabilizar, na prática, esses conceitos, implica em mudanças de comportamento no plano pessoal e social, além de transformações no atual modelo de produção e consumo. E isso exige tanto o comprometimento de toda a sociedade. Desta forma, trata-se não de efetivação, mas de um processo em constante construção.

Apesar de todas as dificuldades de se trabalhar em um país tão diversificado como o Brasil, e apesar de, historicamente, a Agenda 21 não ter sido internalizada de fato nas ações de governo, o presente produto apresenta, ainda, alguns avanços verificados nos programas e ações propostas nos planos plurianuais de alguns ministérios e órgãos governamentais e federais, de 2002 a 2009, a partir dos eixos temáticos da Agenda 21 Brasileira.

3. Metodologia

O módulo de atualização da Agenda 21 brasileira, parte do projeto de atualização da Agenda 21 Brasileira e CPDS, de iniciativa do Ministério do Meio Ambiente em convênio com o PNUD-ONU, busca, entre outros objetivos, identificar conjunto de recomendações e ações para que a Agenda 21 Brasileira, que resultou de amplo processo de debates com e na sociedade, possa ser adequada, se necessário, ao contexto atual do país. O projeto determinou que se deverá elaborar também proposta metodológica para formalizar a referida atualização, a ser apreciada pela CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira.

Definiu-se que esse módulo deverá ser consubstanciado mediante a "apresentação de um documento, no formato de um relatório analítico-descritivo, contendo:

- a) texto-base preliminar elaborado e que deverá conter proposta preliminar de atualização da Agenda 21 Brasileira. Este texto-base deverá considerar as

sinergias deste documento em relação ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), bem como levar em conta e verificar em que medida os programas e ações propostas nos planos plurianuais de todos os ministérios, de 2002 a 2009, encaminham e/ou consolidam os eixos temáticos da Agenda 21 Brasileira;

- b) a indicação e contatos dos grupos sociais, pessoas, lideranças, entidades e órgãos essenciais a serem consultados para colaborar na revisão e consolidação deste texto-base;
- c) definição sobre a forma de consulta aos atores indicados, considerando, no processo, a utilização de ferramentas virtuais na interação;
- d) resultados do debate levado à termo com a CPDS sobre o conteúdo do texto-base preliminar, os atores a serem consultados e o formato desta consulta, incorporando as indicações aprovadas na comissão;
- e) realização da consulta junto aos atores e grupos sociais indicados, na forma aprovada pela CPDS;
- f) sistematizar as contribuições apresentadas ao texto-base preliminar pelos atores consultados e consolidá-las num texto-base final.

Para gerar os elementos pertinentes ao conteúdo indicado em (a), os seguintes procedimentos e atividades foram realizados:

- a1) leitura e análise das recomendações dos Capítulos 3 e 4 da Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias. Tal análise foi feita por integrantes e colaboradores da equipe do Vitae Civilis;
- a2) leitura do PNMC – Plano Nacional de Mudança de Clima, com identificação de elementos da Agenda 21 Brasileira, capítulos 3 e 4 acima mencionados, que sejam convergentes com os propósitos ou ações daquele Plano;
- a3) análise de ações e programas do PPA federal à luz da Agenda 21 Brasileira;
- a4) disponibilização, na internet, de espaço virtual para apresentação de comentários, sugestões e informações sobre as ações e recomendações dos capítulos 3 e 4;
- a5) edição de texto preliminar.

No que se refere ao previsto no item (b), a equipe do projeto considerou para a identificação de grupos e segmentos sociais:

- setores representados na CPDS e em outros colegiados
- coletivos, redes e alianças da sociedade civil

Tendo esse histórico e essa visão como premissa, o presente produto desenvolveu a seguinte metodologia para o alcance de seus resultados:

- Análise das respostas ao questionário aos Ministérios, promovido Programa Agenda 21 do Ministério do Meio Ambiente;
- Realização de tabela contendo o cruzamento das ações contidas na Agenda 21 Brasileira com as do Plano Nacional sobre Mudança do Clima;
- Análise da tabela para definição das sinergias entre os dois documentos;
- Realização de levantamento dos grupos sociais, pessoas, lideranças, entidades e órgãos essenciais a serem consultados para colaborar na revisão e consolidação deste produto;
- Definição sobre a forma de consulta aos atores indicados, com consulta aos membros da CPDS sobre a forma de realização;
- Convite a pessoas selecionadas por seu conhecimento e vivência com a Agenda 21 para responder questionário que integra Anexo I do presente documento;
- Disponibilização, na página do Vitae Civilis, do questionário de avaliação da Agenda 21 Brasileira (Anexo II);
- Realização de debate, com membros da CPDS, para adquirir suas contribuições para a atualização da Agenda 21 Brasileira;
- Sistematização de todas as contribuições.

Sobre a consulta pública

Com o objetivo de colher subsídios ao texto-base, por um lado, e de experimentar o uso de ferramenta virtual de interação para a atualização da Agenda 21 brasileira, disponibilizamos na página www.vitaecivilis.org/atualizaagenda21 as ações e recomendações que integram os capítulos 3 e 4 da Agenda 21 brasileira. Membros da CPDS e integrantes de várias redes e listas eletrônicas nas quais o Vitae Civilis tem algum tipo de inserção receberam carta convite para apresentação de comentários sobre execução ou lacunas da Agenda 21 brasileira, entre as quais as listas do FBOMS, RMA, Rebal, etc., além do "mailing" com cerca de 14 mil endereços eletrônicos cadastrados no Vitae Civilis. O prazo inicial para registro de comentários foi dilatado posteriormente para 15 de dezembro de 2010.

Tanto os dados das ações realizadas pelos Ministérios, que atendem as deliberações da Agenda 21, quanto indicações de nomes de pessoas e instituições entrevistadas foram obtidos a partir de informações prestadas pelo Ministério do Meio Ambiente e por meio de contato com organizações e indivíduos parceiros do Vitae Civilis.

O questionário foi organizado de maneira a possibilitar a coleta de informações e sugestões que pudessem contribuir para melhor delimitar o escopo e avaliar expectativas quanto à atualização da Agenda 21 Brasileira. Foi disponibilizada a página <http://www.vitaecivilis.org/atualizaagenda21> para que os entrevistados pudessem ter acesso às recomendações/ações de cada um dos 21 objetivos que compõem os eixos temáticos da Agenda 21 e escolher os tópicos para os quais o entrevistado ou sua organização podem aportar respostas.

As contribuições poderiam ser realizadas quanto a 2 aspectos:

1. Quanto às ações e recomendações dos 21 objetivos principais que compõem o Capítulo 3 do volume "Ações Prioritárias" da Agenda 21 Brasileira, onde o entrevistado apresenta constatações ou análises sobre experiências ou resultados; com informações que pudessem indicar a efetivação, plena ou

parcial, das recomendações e ações propostas no Capítulo 3; com comentários sobre as eventuais lacunas ou oportunidades de inserção de novas ações e recomendações em qualquer um dos 21 objetivos da Agenda 21 Brasileira.

2. Quanto às recomendações do Capítulo 4 "Meios de Implementação foi colocada a questão: diante das afirmações abaixo, indicando possíveis meios que tornem possível implementar a Agenda 21 Brasileira, aponte quais deles foram levados adiante e postos em prática, quais ainda pendem de efetivação e, sendo o caso, quais não se aplicam para esta finalidade.

Apesar do prazo para recebimento das respostas ter sido até o dia 03 de dezembro de 2010, houve muita dificuldade, por parte da equipe executora de obter respostas, não obstante todos os esforços empregados para este fim como contatos por telefone e email, demonstrando total disponibilidade para, inclusive, realizar entrevista pessoalmente ou mesmo por telefone.

O fato do baixo número de respostas até então provocou a recomendação de que tanto o Programa Agenda 21 do MMA quanto a CPDS e a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, entre outros apoiadores da Agenda 21 Brasileira, devem investir no fortalecimento da iniciativa de atualização buscando, por exemplo, realizar o Seminário de Atualização da Agenda 21 Brasileira (Produto 4 deste contrato, considerado pela equipe do Vitae Civilis como parte integrante da metodologia de revisão da Agenda) de forma organizada, buscando o maior número de parceiros possível, vinculando-o a Rio+20, a ser realizada no Rio de Janeiro em abril de 2012.

Nesse sentido, os esforços de avaliação foram concentrados nos resultados dos questionários aplicados pela equipe do Programa Agenda 21 do MMA junto ao próprio órgão e aos demais ministérios. Ao todo foram x respostas de x órgãos. Através da interlocução direta com a coordenação do Programa, a equipe do Vitae Civilis recebeu as respostas no formato planilha, realizou análise aprofundada destas informações, consolidou-as na forma de texto para, então, inferir recomendações para a atualização da Agenda 21, considerando este o olhar e as atividades realizadas no âmbito governamental, federal.

Para se levantar as articulações deste documento em relação ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), foi realizado um estudo sobre este Plano, mais especificamente as ações de mitigação e adaptação nele propostas, e um cotejamento destas com as ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira. Foram assim levantadas as similaridades e discrepâncias de ambos os documentos, organizadas na forma de tabela (Anexo IV) para possibilitar a realização de uma análise aprofundada das sinergias de ambos e um cardápio de recomendações para a sua articulação.

4. Estágio e desafios de implementação da Agenda 21 Brasileira

Objetivo 1

O objetivo 1 trata da Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício.

A crise ecológica que o planeta atravessa tem como uma das principais causas o atual sistema de produção de bens e serviços, que exige alto nível de extração de recursos naturais e gera resíduos contaminados, tornando a auto-regeneração tarefa impossível para a natureza. Conseqüentemente, o crescimento desenfreado da pobreza e da distância entre a minoria rica e a maioria em situação de miséria nos países em desenvolvimento aponta para a urgência de uma análise das alternativas e dos métodos de implementação de um modelo de desenvolvimento que possa suprir as necessidades da população, com conservação dos recursos naturais não renováveis e geração de economias sustentáveis.

Atualmente, muitos são os instrumentos para se alcançar, na prática, uma nova forma de pensar o desenvolvimento, com produção e consumo conscientes. Os novos desafios globais e a importância de se promover uma agenda “que atenda às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades” têm como princípios a mudança de comportamento, a adoção de novas práticas éticas e responsáveis, e a criação de políticas e programas de responsabilidade socioambiental nos setores governamental e empresarial.

Como, porém, adquirir conhecimento e experiências para fortalecer essa agenda?

Com seis prioridades selecionadas para o primeiro ciclo, previsão de prazos e sob constante acompanhamento, o Programa Produção e Consumo Sustentável-PPCS do MMA está previsto para ser implementado em três anos (2011-2013). As prioridades inicialmente selecionadas são: educação para o consumo sustentável, construções sustentáveis, agenda ambiental na administração pública (A3P), varejo e consumo sustentáveis, compras públicas sustentáveis e aumento da reciclagem de resíduos sólidos.

Em harmonia com novos marcos legais, como as Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos e sobre Mudança do Clima, bem como as resoluções do Conama, o Plano quer mostrar que responsabilidade socioambiental dá lucro e ajuda a mover o País em direção ao desenvolvimento sustentável.

O objetivo 1 da Agenda 21 Brasileira aponta que a solução para esse problema é “mudar os padrões de consumo e combater a cultura do desperdício”.

Nesse sentido, propôs como primeira ação prioritária

1.1. desencadear uma campanha nacional contra o desperdício envolvendo os três níveis de governo, as empresas, a mídia, o terceiro setor e as lideranças comunitárias para tomada de consciência e mudança de hábitos.

Desde o lançamento da Agenda, algumas ações foram desenvolvidas para atender a esta recomendação. Pode-se destacar as Campanhas Saco é um Saco (SAIC/MMA) e a Passaporte Verde (Proecotur/SEDR/MMA).

A primeira, lançada no dia 23 de junho de 2009, teve como objetivo reduzir o consumo das sacolas plásticas no Brasil, chamar a atenção sobre o enorme impacto ambiental dos sacos plásticos e sugerir outros caminhos para um consumo consciente.

Em maio de 2010, foi apresentada a seguinte avaliação: 1.600 milhões de sacolas plásticas foram evitadas em todo o País; 2. mais de 195 mil sacolas retornáveis foram distribuídas por diversos parceiros da campanha; 3. um deles, o Carrefour, implementou as ecocaixas em suas lojas e anunciou o banimento das sacolas plásticas até 2014.

O consumo sustentável é a abordagem principal do Processo de Marrakech, um programa do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – que incentiva os países participantes a realizar ações de mudanças na produção e no consumo. O Brasil aderiu ao Processo em 2003 e se comprometeu a fazer dele uma diretriz do MMA.

A Campanha Global Passaporte Verde, por sua vez, tem por base a conscientização de turistas com o foco nas responsabilidades que tem perante o local que visita, o trabalho ou lazer, e as comunidades com as quais contata. Esta campanha promove uma campanha de consumo consciente, onde o turista deve cuidar até do peso de sua bagagem, contribuindo assim para a diminuição das emissões de gases estufa, e fomentando a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis.

A segunda ação recomendada no objetivo 1 da Agenda 21 Brasileira:

1.2. “Mobilizar os meios de comunicação – televisão, rádio e jornal – para serem usados em seu papel relevante de pedagogia social...”

Teve um grande avanço desde 2003. Para que sejam revelados os avanços no campo da divulgação sistêmica das campanhas e dados que promovam e conscientizem para o consumo e produção sustentáveis, o presente produto recomenda a seguinte ação imediata: que seja proposta ao Governo Federal a realização de um levantamento quantitativo e qualitativo dos espaços conquistados na mídia, assim como dos resultados de pesquisas já realizadas que contenham informações com este foco. Este levantamento deve incluir resultados quantitativos relativos à mudança de comportamento.

1.3. “Iniciar com uma campanha contra o desperdício de água e energia, que deve adquirir feição específica e diferenciada para as diferentes regiões brasileiras, bem como para os diferentes setores produtivos” e

É a terceira ação recomendada neste objetivo. Não é possível destacar “uma campanha” para atender a esta ação mas diversos programas governamentais como, por exemplo, o PNCD – Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água – SNSA/MCidades e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC. Com relação à energia, o PNMC prevê, entre seus objetivos, a manutenção da crescente taxa de consumo de bicomcombustíveis na matriz de transportes nacional, a manutenção da elevada participação da energia renovável na matriz elétrica, com destaque para a hidroeletricidade, e o aumento da eficiência energética por meio de melhores práticas existentes.

Dois outros programas relevantes, lançado pelo MAPA por meio do CMSP/DEPROS, foram a Ação de Apoio ao Uso e Manejo sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas e de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, onde a ação de apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas tem como metas a otimização do uso dos recursos naturais, com

ênfase no solo e na água, a valorização da biodiversidade, fundamentada na concepção e gestão da bacia hidrográfica (microbacia) como unidade de territorial de planejamento e o apoio a adequação de estradas vicinais no contexto de planos e projetos de manejo e conservação dos solos e da água, dentre outras.

Entretanto, um outro grande destaque do Governo Federal nesta área é, sem dúvida o Sistema de Aquecimento Solar de Água no Programa Minha Casa, Minha Vida. Se ampla e efetivamente implementada a instalação de equipamentos de aquecimento solar, tal medida poderá revelar-se como inovação de alta repercussão ambiental e social, pelos benefícios advindos de maior elasticidade à matriz energética, com melhor aproveitamento de fontes renováveis de energia, e de contribuição para a poupança de renda de camadas sociais atendidas pelo Programa

A participação das instituições públicas no processo de responsabilidade socioambiental é necessária, e o Estado é o principal interlocutor junto à sociedade, detendo fundamental papel indutor para tornar as iniciativas mais transparentes, incitando a inserção de critérios de sustentabilidade em suas atividades e gastos, e integrando ações sociais e ambientais ao interesse público.

A quarta ação deste capítulo,

1.4. “promover a cultura da poupança para a produção de bens e serviços, públicos e privados, evitando a superposição de ações, a irracionalidade dos procedimentos e os gastos supérfluos”,

encontra atendimento também em varias ações e programas governamentais. Destacam-se a Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P (MMA), as Compras Públicas Sustentáveis, o Programa de Gestão do Gastos Públicos, ambos alocados no MPOG.

A A3P é ação voluntária que promove a adoção de novos padrões de produção e consumo, sustentáveis, nas três esferas do governo. Tem como objetivos principais sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais; estimular a incorporação de critérios para gestão social e ambiental nas atividades públicas; promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais; e contribuir para a revisão dos padrões de produção e consumo, e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais.

Apesar de existir desde 1999, a A3P foi ampliada e estruturada somente a partir de 2007 sendo que, de 2008 a 2009 foi duplicado o numero de instituições que oficializaram a sua adesão ao programa. Hoje, são mais de 105 órgãos da administração pública já possuem o Termo de Adesão a A3P. Alguns resultados concretos de implantação da A3P são os seguintes: 1. a Prefeitura de Ubatuba (SP) reduziu em 70% o consumo de copos plásticos e papel nos edifícios públicos, destinou 135 toneladas de materiais para a reciclagem em apenas 4 meses de implantação do projeto; 2. projeto gerou 30% de economia energia em agência modelo da Caixa; 3. no MMA houve redução do consumo de água em 32% com a implementação do sistema de captação de água das chuvas que começou a funcionar em janeiro de 2009 e a redução no consumo de energia na ordem de 30% por servidor com a instalação de novos aparelhos de ar condicionado e medidas simples, como por exemplo a troca de

lâmpadas comum por econômicas e a instalação de calhas refletoras visando a diminuição do número de lâmpadas por luminária.

O programa Compras Públicas Sustentáveis visa à contratação preferencial de bens e serviços ecologicamente sustentáveis ou de menor impacto ambiental, o incentivo ao desenvolvimento de práticas de redução de impactos ambientais na produção e consumo de bens e serviços nas contratações públicas, para empresas identificadas com a responsabilidade ambiental e social, dentre outros. Além disso, objetiva estabelecer uma política continuada de uso do poder de compra do Estado para o desenvolvimento sustentável, de modo a gerar emprego e distribuir renda, apoiar minorias, proteger o meio ambiente, fomentar a inovação tecnológica, reduzir as desigualdades regionais e incentivar a economia local, e melhorar a competitividade internacional da economia nacional. O principal resultado deste programa foi a publicação da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MP que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

O Programa de Gestão dos Gastos Públicos tem como objetivo “melhorar a qualidade do gasto público por intermédio da eliminação do desperdício e da melhoria contínua da gestão dos processos, com a finalidade de otimizar a prestação de bens e serviços aos cidadãos.” Alguns resultados obtidos, implantados e em fase de implantação, são: o Pregão Eletrônico, a Manutenção do Consumo de Água em Nível Adequado Lavagem Pró-Ambiental de Carros Oficiais, Captação da Água da Chuva, Sistema de Esgotamento a Vácuo, Sistema Eletrônico de Controle de Combustível, Padronização dos Procedimentos de Concessão de Diárias e Passagens, Planilha de Demanda Ótima para gastos com energia elétrica, Não-Impressão de Contracheques, Regulamentação do uso de Telefonia Fixa e Móvel, Reajuste Contratual de Preços por Índices, Padronização das Categorias de Terceirizados, dentre outros.

Para a ação – “Estimular a simplificação das embalagens e restringir a produção de descartáveis garantindo ao consumidor a disponibilidade de produtos em embalagens retornáveis e/ou reaproveitáveis”,

Para a ação 1.5 deste objetivo, a Saco é um Saco é novamente um exemplo de campanha que atende mais a essa recomendação. Após 11 meses de implantação, um de seus resultados foi que mais de 195 mil sacolas retornáveis foram distribuídas por diversos parceiros da campanha.

A ação 1.6 deste objetivo

“Definir uma legislação de resíduos sólidos, com claras definições de obrigações e responsabilidades para os diferentes atores sociais, com base no reaproveitamento e na redução da geração de lixo”

e a ação 1.7

“Divulgar experiências inovadoras para que, em nível local, se adotem formas criativas de destinação dos resíduos. Divulgar catálogos de tecnologias apropriadas e disponibilizá-las, aos municípios brasileiros, para evitar investimento em caras e inadequadas usinas de lixo, frequentemente desativadas”

estão em vias de serem atendidas na medida em que foi sancionada, pelo presidente Lula, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em agosto de 2010. Esta Política tem o objetivo de incentivar a reciclagem de lixo e o correto manejo de produtos usados com alto potencial de contaminação. O objetivo das novas regras é estabelecer a responsabilidade compartilhada entre a sociedade, empresas, governos estaduais, a união e prefeituras no manejo correto do lixo, com inclusão social. Esta lei proíbe ainda a criação de lixões onde os resíduos são lançados a céu aberto. Todas as prefeituras terão que construir aterros sanitários ambientalmente sustentáveis, onde só poderão ser depositados resíduos sem qualquer possibilidade de reaproveitamento. Será vetado também catar lixo, morar ou criar animais nesses aterros.

Entre as novidades na nova lei está a criação da “logística reversa”, que obriga os fabricantes, distribuidores e vendedores a recolher embalagens usadas. A medida vale para materiais agrotóxicos, pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas e eletroeletrônicos.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a produção diária de lixo nas cidades brasileiras chega a 150 mil toneladas. Deste total, 59% vão para lixões e apenas 13% são reaproveitados. O ministério informou ainda que Orçamento de 2011 prevê R\$ 1 bilhão para financiamentos e incentivos do governo a reciclagem. Além disso, a Caixa Econômica Federal terá R\$ 500 milhões disponíveis em crédito para cooperativas de catadores e projetos que tratam de manejo de resíduos.

A pauta da “construção sustentável” esta, atualmente, sendo muito incentivada no Brasil devido a grandes eventos que ocorrerão no País nos próximos 10 anos, dentre eles, a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas no Rio de Janeiro; e a grandes programas governamentais como o PAC e o “Minha Casa Minha Vida”. Nesse sentido, a ação prioritária 1.8 do primeiro objetivo,

“Estimular o combate ao desperdício na construção civil pela adoção de tecnologias adequadas que promovam a segurança do trabalhador”,

encontra-se em fase de implementação no País. Seminários, projetos e programas de cooperação municipais, estaduais e nacionais tem sido realizados por todo o País. Exemplos destas iniciativas são

1. o Programa Temático de Tecnologias Sustentáveis – SECIS/MCT, que apóia o desenvolvimento e disseminação de técnicas construtivas sustentáveis para aplicação em empreendimentos solidários voltados às construções de interesse social;
2. a Etiquetagem Voluntária do Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos, proposta do MME para Regulamentação e classificação da eficiência de Edificações Comerciais e Públicas, em fase de implantação;
3. a Capacitação e Bioarquitetura e Bioconstrução promovida pelo PROECOTUR.

Como ações propostas para estímulo aos debates sobre Construções Sustentáveis, ocorridos durante a fase de elaboração do Plano e Política Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS (SAIC;MMA), pode-se destacar:

1. Utilizar os instrumentos existentes para a regularização fundiária sustentável;
2. Desenvolver e implantar metodologia para determinação do ciclo de vida dos principais materiais, componentes e sistemas usados na construção civil;
3. Desenvolver a indústria de reciclagem de resíduos da construção civil e normatizar os produtos reciclados; e
4. Fomentar o desenvolvimento de programas de etiquetagem para construção sustentável conforme o modelo PROCEL MME.

Estas, provavelmente, serão ações prioritárias a serem recomendadas pelo PPCS, que atualmente está no prelo. O presente trabalho, a depender da data do lançamento do PPCS, pode sugerir a implementação do PPCS como ao atualizar esta e outras ações do objetivo 1.

Outras ações mapeadas no Objetivo 1

1.1 Desencadear uma campanha nacional contra o desperdício envolvendo os três níveis de governo, as empresas, a mídia, o terceiro setor e as lideranças comunitárias para tomada de consciência e mudança de hábitos.

1.2 Mobilizar os meios de comunicação – televisão, rádio e jornal – para serem usados em seu papel relevante de pedagogia social. Enquanto concessão de interesse público, devem em seus horários obrigatórios de veiculação de informação de interesse social, produzir campanhas voluntárias de esclarecimento, gerando notícias capazes de conscientizar a opinião pública sobre a necessária mudança de comportamentos.

1.3 Iniciar com uma campanha contra o desperdício de água e energia, que deve adquirir feição específica e diferenciada para as diferentes regiões brasileiras, bem como para os diferentes setores produtivos.

Políticas Relacionadas:

001

Referência: Lei Nº 10.295, de 17 de outubro de 2001

Programa: Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia

Órgão Executor: – MP

Descrição: visa a alocação eficiente dos recursos energéticos e a preservação do meio ambiente.

Observações: Início – 2001.

Fonte: www.mme.gov.br/

002

Programa: Plano Nacional de Recursos Hídricos

Órgão Executor: – MMA

Descrição: É constituído pelos seguintes documentos principais: Síntese Executiva; Panorama e Estado dos Recursos Hídricos no Brasil (volume 1); Águas para o Futuro – Uma Visão para 2020 (volume 2); Diretrizes (volume 3); Programas Nacionais e Metas (volume 4)

Observações: Início – 2006.

Fonte: www.mma.gov.br/

1.4 Promover a cultura da poupança para a produção de bens e serviços, públicos e privados, evitando a superposição de ações, a irracionalidade dos procedimentos e os gastos supérfluos.

1.5 Estimular a simplificação das embalagens e restringir a produção de descartáveis garantindo ao consumidor a disponibilidade de produtos em embalagens retornáveis e/ou reaproveitáveis.

1.6 Definir uma legislação de resíduos sólidos, com claras definições de obrigações e responsabilidades para os diferentes atores sociais, com base no reaproveitamento e na redução da geração de lixo.

1.7 Divulgar experiências inovadoras para que, em nível local, se adotem formas criativas de destinação dos resíduos. Divulgar catálogos de tecnologias apropriadas e disponibilizá-las, aos municípios brasileiros, para evitar investimento em caras e inadequadas usinas de lixo, frequentemente desativadas.

1.8 Estimular o combate ao desperdício na construção civil pela adoção de tecnologias adequadas que promovam a segurança do trabalhador.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações – PROCEL EDIFICA

Órgão Executor: – MME/Eletrobrás

Descrição: O Programa atua de forma conjunta com o Ministérios de Minas e Energia, o Ministério das Cidades, as universidades, os centros de pesquisa e entidades das áreas governamental, tecnológica, econômica e de desenvolvimento, além do setor da construção civil.

Observações: Início – 2003.

Fonte: www.mme.gov.br/

Objetivo 2

O objetivo 2 trata da Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas.

As questões que remetem à responsabilidade socioambiental são globais, e sua compreensão é diferenciada por parte das empresas e instituições (governamentais ou não), dependendo dos impactos e da influência dos desafios econômicos, sociais e ambientais a serem enfrentados, bem como dos padrões internacionais e nacionais adotados como referência para o desenvolvimento em cada país. Entretanto, a importância da criação e adoção de políticas e programas de responsabilidade socioambiental aumentou e pode ser considerada, em grande medida, resultado do processo desigual e desequilibrado de globalização das economias, bem como da pressão exercida por organizações e movimentos sociais.

Quando se trata de buscar responsabilidades, as indicações apontam tanto para o setor público quanto para o setor privado. O desafio que se coloca é o de desenhar uma política que, simultaneamente, satisfaça às necessidades da sociedade, agregando valores éticos e culturais, e compromissos para educar e minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente, sem desconsiderar a sustentabilidade econômica.

Avançando nas questões sobre o fortalecimento da responsabilidade social no Brasil e no mundo, surge a tarefa de construção da ISSO 26000 por um grupo de trabalho internacional, composto por empresas, organizações da sociedade civil e Estados. O principal objetivo dessa norma é estabelecer entendimento comum sobre o que de fato significa responsabilidade social e orientar organizações sobre os cuidados e princípios que devem ser seguidos por quem deseja ser socialmente responsável. Está sendo construída pela International Organization for Standardization, Organização Internacional de Padronização – ISSO e seu lançamento está previsto para 2010.

A primeira ação prioritária do objetivo 2 da Agenda 21 Brasileira:

2.1 “Criar condições para que as empresas brasileiras adotem os princípios de ecoeficiência e de responsabilidade social, que aumentam a eficiência pela incorporação de valores éticos e culturais ao processo de decisão”

tem sido desenvolvida por diversos entes e organizações brasileiras. Um destaque que pode ser feito é o programa do MDIC de fomento à Ecoeficiência nas Cadeias Produtivas do Setor Industrial. Este programa visa articular o setor produtivo para a melhoria da qualidade ambiental e eficiência das cadeias produtivas, objetivando o uso racional dos recursos, com a redução dos resíduos e emissões de gases de efeito estufa, o aproveitamento das oportunidades de negócios com a geração de créditos de carbono e procurando facilitar a adaptação da indústria brasileira às consequências econômicas da mudança global do clima. Este Programa está em consonância com o Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC.

A segunda e a terceira ações, respectivamente

2.2 “Promover parcerias entre empresas de diferentes portes como forma de disseminar o acesso aos padrões de qualidade dos mercados nacional e internacional...”
e

2.3 “Promover parcerias entre as grandes, médias e pequenas empresas para a difusão do conceito de ecoeficiência, como sinônimo de aumento da rentabilidade, para a redução de gastos de energia, água e outros recursos e insumos de produção”

estão diretamente ligadas ao Plano e Política Nacional de Mudança do Clima – PNMC; MMA, ao Programa Nacional de Gastos Públicos – MPOG e a diferentes programas do MCT e do MAPA.

Um bom exemplo a ser citado é o do Programa Desenvolvimento da Agroenergia –MAPA. Seu objetivo é a transferência de tecnologia e apoio à organização produtiva (associativismo e cooperativismo), para aumentar a participação da agricultura familiar na produção de matérias primas e o fortalecimento da cooperação internacional, criando

oportunidades para empresas brasileiras (mercado para a exportação de bicomcombustíveis, tecnologias, equipamentos e serviços).

Cabe destacar que grande parte dos programas esta associada a empresas publicas, deixando a adesão das privadas a critério de seus conselhos. Nesse sentido, este documento recomenda que o Governo Federal se aproxime das orientações e recomendações da ISO 26000 visando acelerar o cumprimento e o estabelecimento de normas para o atendimento a estas 2 ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira.

A ação prioritária 2.4 deste objetivo,

“Incentivar a ecoeficiência empresarial por meio dos mecanismos de certificação, em complementação aos instrumentos tradicionais de comando e controle”

tem interface com os seguintes programas identificados e em andamento:

1. PROCONVE – Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – IBAMA/MMA;
2. Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE que, Coordenado pelo MDIC, promove a eficiência energética de equipamentos por meio de etiquetas informativas. Consta que 33 tipos de equipamentos já foram efetivamente etiquetados;
3. Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, coordenado pelo MME, que tem ações diretas junto aos setores da indústria, de edificações, de saneamento ambiental, de educação, de iluminação pública, residencial, de gestão energética municipal, etiquetagem, incluindo o Selo PROCEL, dentre outros, possibilitou, entre 1985 e 2007, economia de 28,5 TWh, reduzindo a demanda na ponta em aproximadamente 8.000 MW, e evitando a emissão de cerca de 8 milhões de tCO₂;
4. o Programa de Etiquetagem Veicular, de etiquetagem de veículos automotores leves no Brasil;
5. o Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE que, coordenado pelo INMETRO, promove a eficiência energética por meio da divulgação de informações sobre consumo e desempenho energéticos de máquinas e equipamentos;
6. Etiquetagem Voluntária do Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos – As edificações são responsáveis por 42% de toda a energia elétrica consumida no País, as quais se distribuem entre os setores residencial (23%), comercial (11%) e público (8%). No caso de prédios comerciais ou públicos, o condicionamento de ar é responsável por 48% desse consumo e a iluminação, por 24%. Conforme os ditames da Lei nº 10.295/2001, o MME deve orientar as ações para a definição de padrões de eficiência energética para edificações. Assim sendo, o MME elaborou uma proposta de Regulamentação de Edificações Comerciais e Públicas. De caráter voluntário, esta regulamentação especifica os métodos para classificação de edificações comerciais. A proposta de regulamentação já foi encaminhada ao INMETRO, para que este proceda às atividades de certificação das construções eficientes. Entretanto, ainda não está sendo implementada.

Para o atendimento da ação 2.5,

“Estimular a criação de centros de produção mais limpa e de energia renovável”

foram identificados grandes avanços no Programa Desenvolvimento da Agroenergia – MAPA, assim como programas de energia eólica e solar.

2.6 “Adotar os procedimentos adequados para minimizar efeitos adversos na saúde e no meio ambiente...”

Em consonância com esta recomendação estão os Programas PROCONVE – Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – IBAMA/MMA; do MAB – Movimento de Atingidos por Barragens – MS; de inclusão do setor saúde no licenciamento ambiental – MS, e o SAPI – Sistema Agropecuário de Produção Integrada – MAPA.

Pode-se destacar, ainda, e fundamentalmente, as deliberações da I Conferência de Saúde Ambiental (MCidades, MMA e MS), realizada em dezembro de 2009. O presente trabalho recomenda a aprovação, pelo MMA, da incorporação de parte dessas deliberações no documento final, considerando que se trata de atividade realizada com a metodologia das Conferências, e cujo resultados são um elenco de ações elencadas de forma participativa por todo o País.

Para

2.7. “promover a recuperação do passivo ambiental das empresas por meio de termos de ajuste de conduta, nos quais fiquem claramente estabelecidos os compromissos sobre as técnicas de recuperação, os investimentos alocados e os cronogramas de execução”,

o IBAMA, juntamente com resoluções do CONAMA, criaram e desenvolvem novas legislações para o tema.

A ação 2.8,

“facilitar o acesso a financiamentos às micro e pequenas empresas pelos bancos oficiais e agências de fomento de caráter nacional, regional e local, para a busca criativa de novas soluções técnicas e gerenciais visando à produção sustentável”

tem grande apoio tanto do Banco do Brasil quanto da CAIXA. Ao se levantar os resultados das políticas de fomento destas duas instituições, será possível:

1. realizar um balanço dos avanços obtidos nesse campo;
2. promover continuidade e/ou novas ações específicas para o incremento dessa ação.

O MDA, também, por meio do programa de Agricultura Familiar – Pronaf/SAF / MDA faz gestões sobre esta temática.

Na atual política de Educação, tanto o MMA quanto o MEC criaram políticas para

2.9 “Prover a capacitação, a conscientização e a educação dos empregados, para que eles se tornem agentes promotores da ecoeficiência em suas empresas”

O MMA, por meio da A3P, realizou cursos de responsabilidade socioambiental, incluindo ecoeficiência para diversos órgãos públicos. É necessário, entretanto, uma abordagem maior, que inclua as empresas privadas.

2.10 "Difundir amplamente a Convenção Quadro de Mudança do Clima e o Protocolo de Quioto, especialmente o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, para que, as micro, pequenas e médias empresas possam se beneficiar com recursos de projetos de redução de emissões de gases de efeito estufa e de seqüestro de carbono",

foi questão relevante e muito difundida na sociedade brasileira e global, principalmente entre os anos de 2006 até a atualidade. Houve, portanto, grandes avanços no debate, pesquisas, projetos e programas referentes a esta temática. Destacam-se o PNMC e os documentos advindos do Fórum Nacional de Mudanças do Clima. O presente documento recomenda fortemente a implementação do plano e política nacional sobre Mudança do Clima – PNMC.

2.11 "Promover parcerias entre as universidades, institutos de pesquisas, órgãos governamentais, sociedade civil e as empresas"

é a 11ª ação prioritária deste objetivo. Pode-se destacar, ainda, e fundamentalmente, as deliberações da I CNTCI – Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCT, realizada em 2010. O presente trabalho recomenda a aprovação, pelo MMA, da incorporação de parte dessas deliberações no documento final, considerando que se trata de atividade realizada com a metodologia das Conferências, e cujo resultados são um elenco de ações levantadas de forma participativa por todo o País.

A 12ª e última ação deste objetivo,

2.12 "Integrar as empresas brasileiras à ação internacional pelo desenvolvimento sustentável, criando oportunidades de negócios favoráveis ao seu crescimento e sua inovação"

vem sendo trabalhada por meio de parcerias com coletivos de empresas, tais quais o CEBDS e o ETHOS e por ONGs como o IBASE e o Instituto Vitae Civilis.

Ainda, com o objetivo de estimular o consumo eficiente de energia no setor público, o MME tem preparado, em conjunto com o MPOG e MMA, um marco legal que estabelecerá que as máquinas e equipamentos elétricos a serem adquiridos pela Administração Pública deverão ser portadores do Selo PROCEL ou do Selo CONPET. Assim, espera-se que sejam equipamentos com alto padrão de eficiência em consumo de energia elétrica e combustíveis. Tal medida terá influência direta nas ações da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), ação transversal coordenada pelo MMA, que tem como objetivo sensibilizar os gestores públicos para as questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades administrativas rotineiras.

O Decreto tem por objetivo definir medidas complementares às ações inerentes à Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, no que tange à aquisição de equipamentos, bem como à contratação de serviços de promoção da eficiência

energética. Toma como base as recomendações decorrentes do Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE e dos Selos de Eficiência Energética – Selo PROCEL e Selo CONPET, além da sistemática da celebração de contratos de desempenho.

Outras ações mapeadas no Objetivo 2

2.1 Criar condições para que as empresas brasileiras adotem os princípios de ecoeficiência e de responsabilidade social, que aumentam a eficiência pela incorporação de valores éticos e culturais ao processo de decisão.

Políticas Relacionadas:

001

Referência: Resolução CONAMA N ° 257, de 30 de junho de 1999

Programa: Resolução do CONAMA sobre reciclagem de pilhas e baterias

Órgão Executor: – MMA

Descrição: Estabelece a obrigatoriedade de procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada para pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos.

Observações: Início – 1999.

Fonte: www.mma.gov.br/

002

Referência: Resolução CONAMA N ° 358, de 29 de abril de 2005

Programa: Resolução do CONAMA sobre tratamento dos resíduos sólidos

Órgão Executor: – MMA

Descrição: Dispões sobre o tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.

Observações: Início – 2005.

Fonte: www.mma.gov.br/

2.2 Promover parcerias entre empresas de diferentes portes como forma de disseminar o acesso aos padrões de qualidade dos mercados nacional e internacional. As parcerias implicam cooperação tecnológica e transferência de tecnologia, para a produção mais limpa.

2.3 Promover parcerias entre as grandes, médias e pequenas empresas para a difusão do conceito de ecoeficiência, como sinônimo de aumento da rentabilidade, para a redução de gastos de energia, água e outros recursos e insumos de produção.

Políticas Relacionadas:

001

Referência: Lei N ° 9.991, de 24 de julho de 2000

Programa: Programas de Eficiência Energética

Órgão Executor: – ANEEL / Concessionárias

Descrição: Estabelece a aplicação de 0,5% de sua receita operacional líquida em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia.

Observações: Início – 2000.

Fonte: www.aneel.gov.br/

2.4 Incentivar a ecoeficiência empresarial por meio dos mecanismos de certificação, em complementação aos instrumentos tradicionais de comando e controle. Cada empresa deve ser, voluntariamente, um agente de controle ambiental.

2.5 Estimular a criação de centros de produção mais limpa e de energia renovável.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Nacional de Agroenergia 2006–2011

Órgão Executor: – Embrapa/MAPA

Descrição: Estabelece as diretrizes para as ações públicas e privadas de geração de conhecimento e tecnologia para a produção de energia a partir de produtos agrícolas.

Observações: Início – 2006.

Fonte: www.agencia.cnptia.embrapa.br/

002

Referência: Lei Nº 11.097/05

Programa: Programa Biodiesel

Órgão Executor: – MAPA

Descrição: Estabeleceu os percentuais mínimos de 2% e 5% de adição de biodiesel ao óleo diesel, a serem atingidos, respectivamente, a partir de janeiro de 2008 e 2013. Este decreto também determinou que setores específicos (frotas veiculares cativas ou específicas; transporte aquaviário ou ferroviário; geração de energia elétrica e certos processos industriais) podem misturar mais de 2 %, mediante autorização prévia.

Observações: Início – 2008.

Fonte: www.agencia.cnptia.embrapa.br/

003

Programa: Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa)

Órgão Executor: – MAPA

Descrição: Prevê a instalação de 3300 Megawatt de ERSs (energias renováveis sustentáveis) até o final de 2006. Desse total, um terço seria provido pela energia eólica. Prevê ainda a contratação de uma porcentagem de energia para a fonte eólica, outra para as PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) e outra para a fonte biomassa, incluindo o setor sucroalcooleiro e resíduos de madeira.

Observações: Início – 2002.

Fonte: www.agencia.cnptia.embrapa.br/

004

Programa: Programa Tecnológico de Energias Renováveis (Proger)

Órgão Executor: – Petrobrás

Descrição: Criado para realizar pesquisas com biomassa, biodiesel, álcool e outras energias renováveis sustentáveis.

Observações: Início – 2004.

Fonte: www.agencia.cnptia.embrapa.br/

2.6 Adotar os procedimentos adequados para minimizar efeitos adversos na saúde e no meio ambiente com a utilização de: i) desenvolvimento de padrões mais seguros de embalagem e rotulagem; ii) consideração dos conceitos de ciclo de vida dos produtos pelo uso de sistemas de gestão ambiental, técnicas de produção mais limpa e sistema de gerenciamento de resíduos; e iii) desenvolvimento de procedimentos voluntários de auto avaliação, monitoramento e relatórios de desempenho e medidas corretivas.

2.7 Promover a recuperação do passivo ambiental das empresas por meio de termos de ajuste de conduta, nos quais fiquem claramente estabelecidos os compromissos sobre as técnicas de recuperação, os investimentos alocados e os cronogramas de execução.

2.8 Facilitar o acesso a financiamentos às micro e pequenas empresas pelos bancos oficiais e agências de fomento de caráter nacional, regional e local, para a busca criativa de novas soluções técnicas e gerenciais visando à produção sustentável.

Políticas Relacionadas:

001

Referência: Resolução CODEFAT Nº59 de 1994

Programa: Programa de Geração de Emprego e Renda

Órgão Executor: – Embrapa/MAPA

Descrição: Incrementar a política pública de combate ao desemprego, mediante o financiamento a micro e pequenos empreendedores privados, nos setores formal e informal da economia.

Observações: Início – 1994.

Fonte: www.mte.gov.br/

002

Programa: Programa Economia Solidária em Desenvolvimento

Órgão Executor: – MTE

Descrição: Incrementar ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam das demais formas de organização do mundo do trabalho entre elas, as iniciativas de economia solidária.

Observações: Início – 2004.

Fonte: www.mte.gov.br/

003

Referência: Lei Nº 11.110, de 25 de abril de 2005.

Programa: Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

Órgão Executor: – MTE

Descrição: Tem por objetivo: Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares. disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado. oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

Observações: Início – 2005

Fonte: www.mte.gov.br/.

Objetivo 3

O objetivo 3 trata da retomada do planejamento estratégico, infraestrutura e integração regional.

A primeira ação do objetivo 3,

3.1 “Integrar o planejamento regional como parte explícita do planejamento para o desenvolvimento sustentável do país, visando à redução das desigualdades regionais e intra-regionais, e integrando programas e projetos, às diretrizes e aos parâmetros de âmbito nacional”

pode ser considerada diretriz política a partir da primeira gestão do governo Lula, ou seja, de 2003 aos dias de hoje. O conjunto do governo, por meio de seus ministérios, construiu tanto o Plano Pluri-Anual (2004-2007) – e o de 2008-2011, os programas setoriais e o próprio programa de governo baseado no princípio do desenvolvimento regional.. Entretanto, dependendo do objetivo, o território nacional é dividido em diferentes sub-regiões (com base no desenho de sub-bacias, ou na atividade econômica predominante), que se sobrepõem e, conseqüentemente, isso afeta a implementação das políticas. Entretanto, sabemos que isso (base regional) é condição necessária mas não suficiente para a sustentabilidade, ou seja, ainda há um distanciamento enorme dos planos regionais de princípios consistentes com a sustentabilidade e integração

Há, não obstante, a proposta do Programa “Territórios da Cidadania” propostos pela Casa Civil, por sua vez, tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

3.2 “Planejar a infra-estrutura de forma integrada, dentro das diretrizes que compatibilizem a vocação exportadora com os interesses do mercado interno, em função da promoção do desenvolvimento sustentável orientado para a integração nacional”

é a segunda ação prioritária deste objetivo da Agenda 21 Brasileira. Nesta linha, destacam-se o Programa de Apoio à Infraestrutura Turística – MT, o Programa Desenvolvimento da Agroenergia – MAPA.

A ação 3.3 deste objetivo é

“efetuar uma avaliação crítica das políticas regionais, inclusive dos incentivos fiscais, em execução no Brasil, com o objetivo de adaptá-las a planos coerentes de desenvolvimento sustentável dentro de uma lógica microrregional ou mesorregional”.

Nesse sentido e conforme o já citado sobre as diretrizes do governo para o desenvolvimento regional, planos como o de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte – MI; e os propostos pelo MAB – Movimento de Atingidos por Barragens (solicitação da Casa Civil) – MS.

3.4 Implantar projetos de infra-estrutura levando em conta as especificidades – potencialidades e fragilidades – do território, evitando impactos ambientais negativos mediante adoção de alternativas tecnologicamente mais sustentáveis.”

Para esta ação foram apontados pelo Governo avanços por meio do plano de inclusão do setor saúde no licenciamento ambiental – MS/SVS/DVSAST e do Grupo Interministerial para Elaborar o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte – MI. Foram também apontados o Programa 1346: Qualidade Ambiental – SMCQ/MMA; e o Projeto 8342: Aperfeiçoamento do Processo de Licenciamento Ambiental que trata do desenvolvimento e acompanhamento da implementação de instrumentos de gestão e planejamento, legais, técnicos e institucionais de apoio à aplicação do licenciamento ambiental, visando sua eficiência, eficácia e efetividade, a fim de propiciar o controle da implantação das atividades econômicas e dos projetos de infra-estruturas logística, energética, social e urbana, de forma sustentável, em tempo compatível com os planejamentos setoriais e com as políticas de desenvolvimento.

Avançaram no sentido do objetivo também o Programa 1305, de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental, SRHU/MMA; o Projeto Orla (Ação Programática 6642 – Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima; o Programa 0794–Gestão do Patrimônio Imobiliário da União) MMA e MPOG; o Programa Nacional do Meio Ambiente PNMA II – fase 2, do MMA, cujo é o aperfeiçoamento do licenciamento ambiental; o Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários e a Ação de Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários (SNPU;Ministério das Cidades).

3.5 Reforçar o papel do planejamento de longo prazo da infra-estrutura, indicando as instâncias executivas responsáveis por planejamento, regulação, etc.

3.6 Instituir mecanismos que garantam transparência na contabilidade ambiental de projetos de infra-estrutura, pela apropriação de seus custos diretos e indiretos, correntes e de capital, passados e futuros, neles incluindo os passivos ambientais.

Portal da Transparência – iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, com o objetivo de aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar.

Valoração Ambiental (tem sido feita no IBAMA????) – não sei o que é, não achei nada

3.7 Priorizar o aumento da eficiência e da conservação de energia, a promoção da intermodalidade no transporte, o planejamento integrado do transporte interestadual e urbano.

- Grupo Interministerial para Elaborar o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte – MIPNLT
- Plano Nacional de Logística e Transportes MtransportesProPass

- Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros – ANTT / MTransportes
- Programa 1346: Qualidade Ambiental – SMCQ / MMA
- Projeto 8342: Aperfeiçoamento do Processo de Licenciamento Ambiental

3.8 Promover a universalização do acesso a energia e comunicação como forma de aplicação do princípio da sustentabilidade na promoção da infra-estrutura.

Programa: Programa Luz Para Todos

Órgão Executor: – Eletrobrás/MME

Descrição: O Programa LUZ PARA TODOS, que tem a meta de levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executada pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural.

Para o atendimento da meta inicial, serão investidos R\$ 20 bilhões. O Governo Federal destinará R\$ 14,3 bilhões e o restante será partilhado entre governos estaduais e as empresas de energia elétrica. Os recursos federais são provenientes de fundos setoriais de energia – a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

Observações: Início – 1994.

Fonte: www.mme.gov.br/

3.9 Incorporar a dimensão ambiental nos processos de elaboração de planos e projetos, em especial nos macroeixos de integração e desenvolvimento, não só como restrições, mas também como oportunidades de investimentos.

3.10 “Definir com maior clareza o papel das agências reguladoras e aperfeiçoar seu poder arbitral e seus processos de regulação, permitindo inclusive a participação dos cidadãos no processo de acompanhamento e controle, garantindo a transparência das ações e dos custos envolvidos, bem como da relação entre o público e o privado.”

Para

3.11 “Implementar a interligação entre os macroeixos de integração e de desenvolvimento de forma a fortalecer seu papel indutor de desenvolvimento e impedir a fragmentação econômica, social e política do espaço nacional”,

O Grupo Interministerial para Elaborar o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte – MI avançou regionalmente neste sentido e o Programa 0512 – Zoneamento Ecológico Econômico – PZEE da SEDR, MMA avançou no nível nacional.

3.12 “Respeitar, na reformulação do sistema institucional de incentivos fiscais, o princípio constitucional da subsidiariedade, as questões federativas e as atribuições regionais, estaduais e municipais.”

3.13 "Criar um fórum nacional com ampla participação das agências regionais de desenvolvimento, entidades de desenvolvimento regional, órgãos municipais, estaduais, federais e representantes da sociedade civil, para discutir e avaliar a forma de adequar os fundos regionais para serem gerenciados pelas novas agências."

3.14 "Criar um suporte de infra-estrutura e instrumentos de atração local e nacional em cidades de médio porte, evitando a repetição de experiências negativas e de erros de planejamento urbano observados no desenvolvimento das metrópoles."

Para estas duas ações, registram-se o Projeto Orla (Ação Programática 6642 – Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima; do Programa 0794–Gestão do Patrimônio Imobiliário da União) – MMA/MPOG; o Programa – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários e da Ação de Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários (SNPU;Ministério das Cidades).

No sentido de avançar na direção da 15ª. ação deste objetivo,

3.15 "Elaborar um plano diretor nacional de transporte de passageiros a longa distância, para a viabilidade de programas e projetos de criação e desenvolvimento dos transportes ferroviário e marítimo de passageiros, bem como programas destinados à segurança rodoviária e à redução de acidentes."

Programa de Redução de Acidentes no Trânsito – PARE – Mtransportes e o PNLT – Plano Nacional de Logística e Transportes MTransportes

Outras ações mapeadas no Objetivo 3

Ações e recomendações

3.1 Integrar o planejamento regional como parte explícita do planejamento para o desenvolvimento sustentável do país, visando à redução das desigualdades regionais e intra-regionais, e integrando programas e projetos, às diretrizes e aos parâmetros de âmbito nacional.

3.2 Planejar a infraestrutura de forma integrada, dentro das diretrizes que compatibilizem a vocação exportadora com os interesses do mercado interno, em função da promoção do desenvolvimento sustentável orientado para a integração nacional.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO

Órgão Executor: – MI

Descrição: incentiva a interface entre as diversas ações do governo em espaços específicos, as chamadas mesorregiões diferenciadas – que nada mais são do que territórios que envolvem regiões de um ou mais Estados que compartilham características comuns em cultura, questões socioeconômicas, políticas e ambientais.

Observações: Início – 2004.

Fonte: www.integracao.gov.br/

002

Programa: Programa de Desenvolvimento Macrorregional Sustentável

Órgão Executor: – MI

Descrição: objetiva reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional; promover o desenvolvimento e a integração dos instrumentos de crédito e de financiamento público para o desenvolvimento regional e fornecer instrumentos relevantes para o planejamento e o desenvolvimento sustentável.

Fonte: www.integracao.gov.br/

003

Programa: Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF)

Órgão Executor: – MI

Descrição: O programa estimula o fortalecimento das regiões de fronteira e de seus subespaços, envolvendo a Amazônia, a região central e o MERCOSUL configura-se como uma oportunidade de adquirir a competitividade necessária para o desenvolvimento sustentável integrado com os países da América do Sul. Como uma das estratégias principais de combate às desigualdades, fortalecimento e viabilização dos potenciais endógenos e resgate de dívida social com uma população em histórica situação de vulnerabilidade, o Desenvolvimento Regional foi definido como prioritário nesse governo. A grande inovação desta política refere-se à abordagem dirigida a espaços sub-regionais, buscando a dinamização econômica, o fornecimento de infraestrutura econômica e social e a melhoria nas condições de cidadania, envolvendo o fortalecimento dos atores locais e o aproveitamento das peculiaridades da organização social e das características produtivas locais.

Fonte: www.integracao.gov.br/

004

Programa: Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER

Órgão Executor: – MI

Descrição: Reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas dos espaços regionais e sub-regionais com maior incidência de secas.

Fonte: www.integracao.gov.br/

Objetivo 4

O objetivo 4 trata da energia renovável, aproveitamento e eficiência energética e, especialmente, biomassa.

O texto do Objetivo 4 indica que o aproveitamento, eficiência e conservação de energia são prioritários e precedem as iniciativas destinadas ao aumento de oferta de energia, tendo em vista o menor custo e maior agilidade nos resultados. Constatam diversas iniciativas dos Ministérios concernentes a estes temas, em especial no Ministério de Minas e Energia e o Ministério das Cidades.

Segundo informações obtidas no site do Ministério de Minas e Energia, a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia visa à alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente, por meio do estabelecimento de níveis máximos de consumo específico de energia, ou mínimos de eficiência energética, de máquinas e aparelhos consumidores de energia fabricados ou comercializados no País, com base em indicadores técnicos pertinentes.

Os fabricantes e os importadores de máquinas e aparelhos consumidores de energia são obrigados a adotar as medidas necessárias para que sejam obedecidos tais níveis.

Neste âmbito, o Programa Brasileiro de Etiquetagem, existente desde a década de 80, promove a eficiência energética de equipamentos por meio de etiquetas informativas. A adesão ao Programa é voluntária, em primeira instância, e converte-se em obrigatória em passo seguinte. Dezenas de tipos de equipamentos já foram efetivamente etiquetados, dentre eles, refrigeradores, chuveiros, condicionadores de ar, motores elétricos trifásicos, lâmpadas fluorescentes compactas, incandescentes e decorativas, fogões e fornos domésticos a gás.

O PBE é decorrente do Protocolo firmado em 1984 entre o então Ministério da Indústria e do Comércio e a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE, com a interveniência do Ministério das Minas e Energia.

O PROCEL, coordenado pelo MME, investiu, ao longo de mais de vinte anos, o equivalente a R\$ 1 bilhão. O Programa possibilitou uma economia de energia acumulada, entre 1985 e 2007, de 28,5 TWh, reduzindo a demanda na ponta em aproximadamente 8.000 MW, e evitando a emissão de cerca de 8 milhões de tCO₂. Somente essa economia de energia corresponde a investimentos evitados de aproximadamente R\$ 20 bilhões.

No ano de 2004, os ministérios de Minas e Energia, das Cidades e a Eletrobrás firmaram parceria para o desenvolvimento de ações voltadas à economia de energia elétrica e à conservação de água em empresas de saneamento do país, no âmbito do PROCEL-SANEAR, programa criado para inserir a eficiência energética no setor de saneamento, que pretendia reduzir em aproximadamente 20% o consumo de energia elétrica nas empresas de saneamento básico nos três anos seguintes.

No mês de Dezembro de 2010, o Ministério de Minas e Energia publicou no Diário Oficial da União a Portaria de nº 944, que disponibiliza para Consulta Pública a minuta do “Plano Nacional de Eficiência Energética – Premissas e Diretrizes Básicas na Elaboração do Plano”. Após o recebimento de contribuições, deve ser consolidado e publicado o Plano. A minuta com as premissas e diretrizes básicas está na página <http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/noticias/2010/PNEf>.

No mês de Janeiro de 2011, o Ministério de Minas e Energia publicou Portarias (de números 1.007 e 1.008) que estipulam níveis mínimos de eficiência para lâmpadas incandescentes, além de divulgar o Programa de Metas das Lâmpadas Fluorescentes Compactas.

No ano de 2009, a Eletrobrás iniciou a substituição de 27 mil geladeiras por aparelhos de baixo consumo de energia elétrica, na regiões Norte e Nordeste do país.

Atualmente, no âmbito do Plano Nacional de Mudança Climática. Neste sentido, o Programa de Substituição e Promoção do Acesso a Refrigeradores Eficientes, no âmbito do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, pretende que em 10 anos, 10 milhões de refrigeradores obsoletos sejam substituídos, gerando uma economia de 14 TWh, bem como uma redução de mais de 7 milhões de tCO₂ pela não geração da energia elétrica, além da retirada de cerca de 5 milhões de toneladas de CFC, gás nocivo à camada de ozônio que também é um GEE.

O Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados de Petróleo e Gás Natural – CONPET –, criado em 1991, tem como principal objetivo incentivar o uso eficiente dos derivados de petróleo e do gás natural no transporte, nas residências, no comércio, na indústria e na agropecuária.

Também coordenado pelo MME, tem ações diretas junto aos setores de transporte de carga, passageiros e combustíveis, bem como ações educacionais, de marketing e o Selo CONPET.

Como resultado das ações do CONPET, são economizados mais de 300 milhões de litros de diesel anualmente, evitando-se com isso a emissão de 860 mil toneladas de CO₂ e de 20 mil toneladas de material particulado. Há que se destacar o desafio representado pelo setor de transportes, cujo consumo energético representa 27% da matriz energética nacional.

Entre os projetos deste Programa, destacam-se o Programa Brasileiro de Etiquetagem de Aparelhos Domésticos e a Gás, o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular. Além disso, foi criado o Selo de Eficiência Energética, destinado aos equipamentos consumidores de derivados de petróleo e de Gás Natural que obtenham menores índices de consumo de combustível.

Apesar de todas estas iniciativas promovidas desde os anos 80, o marco estrutural na eficiência energética surgiu com a Lei nº. 10.295, de 2001, conhecida como a Lei de Eficiência Energética, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Nacional de Energia.

4.1 “Tratar como prioridade o incentivo ao uso eficiente e à conservação de energia, que podem apresentar resultados mais rápidos, mais baratos e mais racionais que o aumento da oferta. O racionamento imposto pela escassez de chuvas no ano de 2001 mostrou que a sociedade e as empresas estão dispostas a cooperar.”

Existem, ainda, propostas de criação de um marco legal para estabelecer que as máquinas e equipamentos elétricos a serem adquiridos pela Administração Pública sejam portadores do Selo PROCEL ou do Selo CONPET. Assim, espera-se que sejam equipamentos com alto padrão de eficiência em consumo de energia elétrica e combustíveis,

Por fim, no que toca ao aproveitamento e eficiência energética, até o programa de financiamento de habitação popular Minha Casa Minha Vida incorporou incentivos ao uso de energia solar (obrigatória em alguns casos) e, ainda ao reaproveitamento de água.

Estima-se que entre 300 mil e 400 mil casas da segunda fase do programa “Minha Casa, Minha Vida” serão equipadas com painéis solares para aquecer a água do chuveiro.

4.2 “Retomar a função de planejamento de curto, médio e longo prazos, para o setor energético, por meio de um debate amplo, permanente e transparente sobre os planos de expansão para o futuro, inclusive introduzindo nas discussões a busca de alternativas sustentáveis à atual estratégia de consumo e uso de energia.”

Com relação à função de planejamento e diálogo permanente sobre os planos de expansão de oferta energia, importante ressaltar a participação de diversos Ministérios em reuniões do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, e o Plano de Expansão da Transmissão, coordenado pelo MME, que possui três etapas: o Plano Decenal de Energia – PDE, que possui um horizonte de dez anos, o Plano de Expansão da Transmissão (PET), que atualiza o plano anterior em um horizonte de 5 anos, e o Plano de Ampliação e Reforço (PAR), no qual o Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS – atualiza os planos anteriores em um horizonte dos três primeiros anos. Seu objetivo é interligar todo o País, de forma a levar melhor qualidade de fornecimento, redução de custos e benefícios ambientais.

4.3 “Desenvolver e incorporar tecnologias de fontes renováveis de energia, considerando sempre as disponibilidades e as necessidades regionais.”

O desenvolvimento e incorporação de tecnologias de fontes renováveis de energia, respeitando as disponibilidades e necessidades regionais, conforme previsto na Agenda 21 Brasileira, foram contemplados em iniciativas do Governo Federal, em especial no Programa de Incentivo ao Uso de Aquecimento Solar de Água. De acordo com Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL –, os chuveiros elétricos estão presentes em cerca de 90% dos lares brasileiros, com concentração maior nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Estima-se que os chuveiros elétricos instalados sejam responsáveis pelo consumo de cerca de 5% de toda a eletricidade produzida no País e, por aproximadamente, 18% da demanda de pico do sistema elétrico nacional.

No mesmo sentido, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia tem como seu braço de implementação as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Regulamentado em março de 2004, momento em que se iniciou sua implementação, o Programa inaugurou uma nova estratégia para a inserção sustentável das energias alternativas renováveis na matriz energética brasileira, reforçando a política brasileira de diversificação da matriz e de estímulo ao desenvolvimento de fontes renováveis.

No ano de 2005, o Programa contratou, por meio da Eletrobrás, 144 centrais geradoras, contemplando 19 estados da Federação, em um total de 3.299,40 MW de potência instalada, sendo 1.422,92 MW de usinas eólicas, 1.191,24 MW de PCHs e 685,24 MW de centrais a biomassa, gerando 150.000 empregos em todo o País, até o fim da implementação do programa em 2009.

Quanto às emissões de gases de efeito estufa, pode-se ressaltar que, com a implantação do PROINFA, estima-se uma redução anual de 3 milhões de toneladas de CO₂. Importante salientar que o PROINFA é considerado adicional no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e que os benefícios financeiros advindos da comercialização dos créditos de carbono gerados pelos projetos serão revertidos para o consumidor final, reduzindo o encargo do PROINFA e contribuindo para a modicidade tarifária. O Governo Federal vem realizando leilões para compra e venda de energia elétrica, que têm contado com a participação de fontes alternativas renováveis. Estas, entretanto, ainda necessitam, por vezes, de condições especiais de comercialização, por não se mostrarem competitivas com as fontes convencionais.

Nesse sentido, destaca-se a realização, em junho de 2007, do 1º Leilão de Compra de Energia Proveniente de Fontes Alternativas, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia. Esse leilão proporcionará o acréscimo ao Sistema Interligado Nacional – SIN, a partir de 2010, de uma potência instalada total de 643,90 MW em novas usinas, sendo 541,90 MW de termelétricas movidas a biomassa e 102 MW de pequenas centrais hidrelétricas.

4.4 "Reestruturar o Pró-Álcool e desvinculá-lo dos interesses do velho setor sucro-alcooleiro, propiciando sua reconversão."

Importante ressaltar que o PPA 2008/2011 prevê ampliação da agroenergia na matriz energética.

4.5 "Prover recursos financeiros e humanos para a pesquisa e desenvolvimento de opções para produção de energia renovável."

4.6 "Priorizar o uso de fontes alternativas renováveis, notadamente no meio rural e nas localidades urbanas isoladas, promovendo a universalização do acesso ao uso de energia elétrica."

O Programa Luz para Todos, cuja finalidade é a inclusão social de milhões de brasileiros por meio do investimento em energia elétrica, antecipando, em sete anos, o cronograma de universalização do atendimento no meio rural. O atendimento com fontes alternativas renováveis, no âmbito do LpT, mais que uma opção, é uma oportunidade de se iniciar um processo de substituição do diesel para geração de energia elétrica, especialmente na Região Amazônica. Nesse sentido, várias alternativas de atendimento às comunidades isoladas têm sido estudadas. Dentre as possíveis formas vislumbradas, estão a geração de energia elétrica com sistemas fotovoltaicos, associados a sistemas de distribuição com mini-redes, bem como as micro centrais hidrelétricas e os motores diesel operando com biodiesel.

Outras ações baseadas no Objetivo 4

Ações e recomendações

4.1 Tratar como prioridade o incentivo ao uso eficiente e à conservação de energia, que podem apresentar resultados mais rápidos, mais baratos e mais racionais que o aumento da oferta. O racionamento imposto pela escassez de chuvas no ano de 2001 mostrou que a sociedade e as empresas estão dispostas a cooperar.

Políticas Relacionadas:

001

Referência: Lei de Eficiência Energética, Lei N° 10.295/2001

Programa: Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.

Órgão Executor: – MME

Descrição: Estabelece níveis mínimos de eficiência energética para equipamentos consumidores de energia, além de mecanismos de promoção da eficiência energética nas edificações do país.

Observações: Início – 2001.

Fonte: www.mma.gov.br/

002

Programa: Política Nacional de Conservação de Energia (PROCEL)

Órgão Executor: MME / Eletrobrás

Descrição: Aplicado desde 1985, tem como objetivo promover a racionalização da produção e do consumo de energia elétrica, para eliminar desperdícios e reduzir os custos e os investimentos setoriais.

Observações: Início 1985

Fonte: www.mma.gov.br/

003

Programa: Programa de Qualidade Ambiental

Órgão Executor: MME

Descrição: O programa existe para melhorar as condições de vida de quem mora nas cidades. Seja através do monitoramento dessas condições, seja pesquisando e fiscalizando os fatores que colocam em risco as pessoas.

Observações: Início 2000

Fonte: www.abrasil.gov.br/

004

Referência: Lei Nº 9.991/00

Programa: Programa de Eficiência Energética das Concessionárias Distribuidoras (PEE)

Órgão Executor: MME

Descrição: O programa prevê a aplicação de 0,5% do percentual da receitas das concessionárias distribuidoras de energia em programas de eficiência energética.

Observações: Início 2000

Fonte: www.mma.gov.br/

005

Referência:

Programa: Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados de Petróleo e Gás Natural – CONPET

Órgão Executor: MME / Petrobrás

Descrição: O programa prevê o incentivo do uso eficiente de derivados de petróleo e de gás natural no transporte, residências, comércio, indústria e agropecuária.

Observações: Criado em 1991, segue as mesmas diretrizes do PROCEL

Fonte: www.mma.gov.br/

4.2 Retomar a função de planejamento de curto, médio e longo prazos, para o setor energético, por meio de um debate amplo, permanente e transparente sobre os planos de expansão para o futuro, inclusive introduzindo nas discussões a busca de alternativas sustentáveis à atual estratégia de consumo e uso de energia.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Plano Decenal de Energia

Órgão Executor: – MME

Descrição: Estabelece as bases quantitativas para o planejamento do setor elétrico brasileiro

Fonte: www.mme.gov.br

4.3 Desenvolver e incorporar tecnologias de fontes renováveis de energia, considerando sempre as disponibilidades e as necessidades regionais.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa de Incentivo ao Uso de Aquecimento Solar de Água

Órgão Executor: – MME

Descrição: Programa de incentivo ao uso do sistema de aquecimento solar.

Observações: Início – 2007.

Fonte: www.mme.gov.br

002

Programa: Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Órgão Executor: – MME

Descrição: Programa de estímulo ao desenvolvimento de fontes renováveis.

Fonte: www.mme.gov.br

003

Programa: Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.

Órgão Executor: – MME

Descrição: Programa interministerial de estímulo ao desenvolvimento de fontes renováveis

Observação: Instituído por Decreto em 23 de dezembro de 2004

Fonte: www.biodiesel.gov.br

4.4 Reestruturar o Pró-Álcool e desvinculá-lo dos interesses do velho setor sucro-alcooleiro, propiciando sua reconversão.

4.5 Prover recursos financeiros e humanos para a pesquisa e desenvolvimento de opções para produção de energia renovável.

4.6 Priorizar o uso de fontes alternativas renováveis, notadamente no meio rural e nas localidades urbanas isoladas, promovendo a universalização do acesso ao uso de energia elétrica.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Programa Luz Para Todos.

Órgão Executor: – MME

Descrição: Criado para acelerar o processo de inclusão social de 12 milhões de brasileiros, sendo 10 milhões deles no meio rural.

Observações: Início – 2003.

Fonte: www.mme.gov.br

Objetivo 5

O objetivo 5 trata da informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável.

As ações e recomendações contidas no Objetivo 05, indicam a necessidade de investimentos para pesquisas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, diversas são as iniciativas do Governo Federal por todo o território, tais como Programa de Grande Escala da Biosfera e Atmosfera da Amazônia, Programa de Pesquisa em Biodiversidade, Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPPBio, Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação Ambiental (GEOMA) –, Programa de Grande Escala da Biosfera e Atmosfera da Amazônia.

5.1 “Prover incentivos, inclusive financeiros, para as pesquisas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente nas áreas em que o Brasil já tem investido e em outras que possui vocação natural conferida por sua base de recursos naturais.”

Com vistas à promoção de alfabetização científica e tecnológica, o Programa Cultura Viva – Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, do Ministério da Cultura.

O Programa de TeleCentros BR – Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – objetiva desenvolver ações conjuntas entre órgãos do Governo Federal, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil que possibilitem a oferta, implantação e manutenção continuada, em larga escala, de TeleCentros.

O Governo Federal mantém uma página virtual na qual são elencados notícias, programas e órgãos destinados à promoção da inclusão digital.

O projeto VerCiência, do Ministério da Ciência e Tecnologia, promove e incentiva a disseminação do conhecimento e da cultura científica por meio de vídeos e programas televisivos. O Projeto OuvirCiência amplia a presença da Ciência e Tecnologia (C&T) nas rádios.

O Ministério da Ciência e Tecnologia promove ainda o projeto Ciência Móvel realiza atividades itinerantes de educação e divulgação científica e estimula o interesse pela ciência nas periferias das grandes cidades e no interior do país. A exposição da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência percorre o Brasil.

O Prêmio Jovem Cientista é uma promoção do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia.

5.3 “Assegurar a adequada formação e capacitação de recursos humanos em ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável, considerando as especificidades e necessidades regionais.”

O projeto Agenda Cidadã, do Ministério da Educação pretende apoiar o ensino de ciência e de tecnologia nas escolas de educação básica, em articulação com o sistema estadual e municipal, dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável através de um processo comunitário de construção da cidadania, da participação juvenil e do conhecimento do estudante.

5.4 “Democratizar a distribuição dos recursos humanos em ciência e tecnologia no espaço regional brasileiro e envolver diretamente os centros de pesquisas e as universidades, assim como os fundos setoriais, na promoção e na execução dos planos de desenvolvimento sustentável regionais, mesorregionais e microrregionais.”

5.5 “Prover recursos financeiros e materiais para a manutenção de pesquisadores e cientistas no Brasil.”

5.6 "Fortalecer os mecanismos de educação para a ciência e tecnologia e de disseminação da informação científica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável, promovendo integração entre os produtores do conhecimento e seus usuários."

5.7 "Incorporar, nas avaliações de projetos e outras iniciativas de C&T, os conceitos e as diretrizes do desenvolvimento sustentável, em adição aos já utilizados, tais como qualidade, relevância e mérito."

Ações e recomendações destinadas a promover a geração e a disseminação de conhecimentos sobre a utilização sustentável dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, existentes na Agenda 21 Brasileira, também foram realizadas pelo Governo Brasileiro.

O Projeto Sala Verde, coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de informação e Formação ambiental.

Segundo as informações constantes do site do Ministério do Meio Ambiente, a "dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental."

A Campanha Global Passaporte Verde é uma iniciativa da Força Tarefa Internacional para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável e está fundamentada nas políticas de Consumo e Produção Sustentáveis (CPS).

No âmbito desta Força Tarefa Internacional o Governo Federal brasileiro é representado pelo Ministério do Turismo e Ministério do Meio Ambiente, os quais, juntamente com o PNUMA e o Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da França, decidiram criar e implementar a Campanha Internacional Passaporte Verde para alcançar os objetivos propostos pela Força Tarefa Internacional.

A Campanha visa estimular o turista a adotar um comportamento de consumo responsável, e assim dar a sua contribuição para a conservação da natureza e a valorização da cultura dos destinos visitados e tem por base a aplicação de ferramentas de comunicação, a partir das quais o turista se conscientiza das responsabilidades que tem perante o local que visita, a trabalho ou lazer, e as comunidades com as quais contata.

Ainda com vistas ao uso responsável de recursos naturais, houve a implementação de medidas de manejo e ordenamento para a exploração de Peixes e Invertebrados Aquáticos. O "ordenamento pesqueiro" consiste na elaboração e implementação de medidas de ordenamento e de conservação para recursos pesqueiros com base na compilação de informações científicas sobre a biologia, distribuição geográfica, presença em unidades de conservação, principais ameaças, estratégias de conservação e uso sustentável, indicações de especialistas e de núcleos de pesquisa e conservação envolvidos com as espécies.

A Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente promoveu a Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Naturais. A campanha tem como objetivo viabilizar um maior esclarecimento aos visitantes e outros usuários das áreas protegidas sobre a importância da manutenção do estado original destas áreas, e incentivar uma prática consciente durante as atividades recreativas no ambiente natural.

5.9 “Estimular a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e práticas de produção agrícola sustentáveis, buscando associar aumento de produtividade com formas de produção apoiadas em técnicas que contemplem a conservação e a reconstituição da diversidade biológica.”

No mês de abril de 2009 foi lançado o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva junto ao público beneficiado, os Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares – PCTAFS.

Sob a coordenação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Plano Nacional é fruto de um esforço coletivo, envolvendo também outros Ministérios e setores nesse processo.

As primeiras cadeias de produtos trabalhadas, em virtude da sua relevância ambiental e socioeconômica, foram as da castanha-do-Brasil, do Bioma Amazônia, e a do babaçu, presente nas Zonas de Transição entre Amazônia, Cerrado e Caatinga. Essa estratégia envolve representantes que atuam em âmbito nacional, estadual e local com o objetivo de fortalecer as cadeias de produtos da sociobiodiversidade brasileira através da integração de ações que visam a construção de mercados sustentáveis.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, objetiva desenvolver ações voltadas para a aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica, o fomento à inovação no agronegócio, o apoio a sistemas de rastreabilidade agroalimentar em cadeias produtivas agrícolas, o apoio ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas, o apoio às cadeias produtivas pecuárias e ao cooperativismo e associativismo rural.

No sentido de fortalecer o desenvolvimento tecnológico e apoiar a utilização de fontes energéticas alternativas que sejam ambientalmente seguras e limpas, de forma a ampliar sua participação na matriz energética brasileira, podem ser citadas, além da participação permanente de Ministérios em reuniões do Movimento de Atingidos por Barragens, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e o Programa Desenvolvimento da Agroenergia.

5.14 “Contribuir para a criação de um ambiente favorável à inovação, prevendo mecanismos de transferência dos conhecimentos gerados para os setores público e privado e apoiando incubadoras de empresas, formação de redes de inovação, projetos cooperativos, arranjos locais, plataformas tecnológicas e a propriedade intelectual.”

A Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) tem por finalidade propor políticas, programas, projetos e ações que viabilizem o desenvolvimento econômico, social e regional. Além disso, proporciona a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas em comunidades carentes no meio rural e urbano.

No âmbito da SECIS são realizados os seguintes projetos: Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social; Programa de Inclusão Digital e o Programa Comunidades Tradicionais.

Para desenvolver e implementar estratégias para a proteção efetiva dos conhecimentos tradicionais, que garanta justa repartição de benefícios advindos do uso desses conhecimentos, consta a iniciativa de realizar o Programa de Conservação e Uso Sustentável de Biodiversidade e Recursos Genéticos, pelo Ministério de Meio Ambiente, no Departamento do Patrimônio Genético.

Outras ações baseadas no Objetivo 5

Ações e recomendações

5.1 Prover incentivos, inclusive financeiros, para as pesquisas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente nas áreas em que o Brasil já tem investido e em outras que possui vocação natural conferida por sua base de recursos naturais.

5.2 Promover a alfabetização científica e tecnológica em todos os níveis do ensino, estimulando, inclusive por meio da mídia, a curiosidade e o desejo de saber sempre mais.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Um Computador Por Aluno

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Criado com o objetivo de prover 1 milhão de alunos da rede pública com um computador.

Observações: Início – 2007.

Fonte: www.portalmeec.gov.br

002

Programa: Programa de Inclusão Digital

Órgão Executor: – MCT

Descrição: Destinado a apoiar projetos de inclusão social em diferentes âmbitos e setores.

Fonte: www.mct.gov.br

5.3 Assegurar a adequada formação e capacitação de recursos humanos em ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável, considerando as especificidades e necessidades regionais.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (Proinfo Integrado)

Órgão Executor: – MEC

Descrição: programa de formação voltada para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais.

Fonte: www.portalmec.gov.br

5.4 Democratizar a distribuição dos recursos humanos em ciência e tecnologia no espaço regional brasileiro e envolver diretamente os centros de pesquisas e as universidades, assim como os fundos setoriais, na promoção e na execução dos planos de desenvolvimento sustentável regionais, mesorregionais e microrregionais.

5.5 Prover recursos financeiros e materiais para a manutenção de pesquisadores e cientistas no Brasil.

5.6 Fortalecer os mecanismos de educação para a ciência e tecnologia e de disseminação da informação científica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável, promovendo integração entre os produtores do conhecimento e seus usuários.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Plano de Ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional – PACTI

Órgão Executor: – MCT/CNPq

Descrição: Prevê recursos para a capacitação de profissionais na área de criação de software e serviços de TI

Observações: Início – 2007.

Fonte: www.cnpq.gov.br

Objetivo 6

O objetivo 6 trata da Educação permanente e para o trabalho e a vida.

Ela é considerado no próprio texto do documento Agenda 21 Brasileira – Ações prioritárias (2001, p. 44) como prioridade máxima, onde devemos entender a educação como a dimensão mais nobre e relevante da vida, já que é a formação do ser humano que torna possível o pleno aproveitamento de suas potencialidades e do seu desenvolvimento moral, material e espiritual ao longo de toda a existência.

Seguindo esta premissa, foram propostas algumas ações prioritárias no documento Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias, que foram analisadas com o intuito de saber o que foi feito pelo Governo Federal para responder as demandas propostas nestas ações. Dentro deste objetivo, aparecem nove ações prioritárias, onde se pode considerar que todas as ações foram contempladas por algum programa ou projeto do governo federal. São programas e projetos geralmente ligados ao Ministério da Educação, mas também tem programas do Ministério dos Esportes, Ministério do Trabalho e também tem casos onde existe uma parceria entre os ministérios. Dentre os Programas, destacam-se:

- As instituições de Agendas 21 escolares e de bairro,
- As Com-Vidas que são as comissões de meio ambiente e qualidade de vida
- Os Coletivos Jovens
- O ProUni
- O Bolsa-Família Benefício Variável Jovem
- Os diversos ProJovem
- Programa Segundo Tempo
- Brasil Alfabetizado
- Programa Nacional de Livro Didático
- Pescando Letras.

O que se pode analisar é que existe um esforço por parte dos ministérios em se articular para poder contemplar estas ações prioritárias e como consequência dar um salto de melhoria na educação do país como um todo. Percebe-se que os programas tenta atingir diversos públicos, principalmente os jovens em idade escolar, como os ProJovens que trabalha com diversas condições: jovens de áreas urbanas(ProJovem Urbano), jovens em áreas rurais (ProJovens Campo). Ao mesmo tempo em que se pretende colocar dentro do espaço escolar as questões socioambientais, como a inserção de Coletivos Jovens ambientais, as Agendas 21 escolares e projetos de salas verdes. Também se observa a implantação de programas para dar estruturas e condições para o desenvolvimento da Educação com o intuito de erradicação do analfabetismo, como o Programa Nacional de Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos e o Programa Brasil Alfabetizado. Além dos programas direcionados a um público específico como a alfabetização de jovens e adultos pescadores, Programa Pescando Letras.

Portanto é observado um grande esforço dos ministérios para atingir este objetivo de educação permanente para o trabalho e a vida, porém, o Brasil que apresenta um atraso educacional crônico e estrutural, que ainda mostra o país bem aquém de sua importância. Um exemplo disso é o relatório do PISA(Programa Internacional de Avaliação de Alunos) de 2009, que divulgado em 07/12/2010 que é realizado pelo OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). O Brasil ocupa a 53ª posição em uma avaliação de 65 países, ficando atrás de alguns países da América Latina, como México, Chile, Uruguai e Colômbia. Porém o país melhorou sua posição em relação ao ano anterior. Segundo a OCDE, o país registrou crescimento em todas as notas que se deve à combinação de maior investimento, instrumentos de avaliação e melhores salários para professores. Isso indica que os esforços estão surtindo efeitos, porém ainda precisa de muito mais.

Outras ações baseadas no Objetivo 6

Ações e recomendações:

6.1 Instituir a Agenda 21 da escola e do bairro, buscando enfrentar em cada unidade escolar, seus múltiplos problemas, concentrando a energia coletiva em favor de mudanças que melhorem as condições de trabalho e de ensino.

Políticas Relacionadas:

001

Referência: – Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

Órgão Executor: – MMA

Descrição: Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.

Fonte: <http://www.aspea.org/TratadoEducAmbientInt7Abr.pdf>

002

Referência: – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Plano que atinge todos os 26 estados e o Distrito Federal e os 5.563 municípios que assinaram o Termo de Adesão ao Plano de Metas do PDE.

Observações: Início 2007.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>

003

Referência: – Educação para a Diversidade e Cidadania

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Reduzir as desigualdades étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar,

Fonte: <HTTP://portal.mec.gov.br/arquivos/redediversidade/pdfs/edc.pdf>

004

Referência: – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Criado para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino.

Observações: Início 2007.

Fonte: <http://portalideb.inep.gov.br/>

005

Referência: – Resolução N° 3, de 28 de março de 2007

Programa: – Programa Caminho da Escola

Órgão Executor: – MEC

Descrição: consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, mini-ônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Observações: Início 2007.

Fonte: www.fnede.gov.br/.../programas-caminho-da-escola

006

Referência: – Lei Nº 10.880, de 9 de junho de 2004

Programa: – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate)

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Visa garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

Observações: Início 2004.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php?...internacional>

007

Referência: Resolução Nº 6, de 24 de abril de 2007

Programa: – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância)

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação. Seu principal objetivo é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos municípios que efetuaram o Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e elaboraram o Plano de Ações Articuladas (PAR). Os recursos destinam-se à construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil.

Observações: Início 2007.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>

6.2 Introduzir no país, além da bolsa-escola e do programa de renda mínima por meio da educação, o sistema de bolsa de estudos por mérito, financiado pelos governos, pelas fundações privadas ou pelas empresas, com a ajuda do terceiro setor.

Políticas Relacionadas:

001

Referência: Lei Nº 11.096/2005

Programa: – Programa Universidade Para Todos (ProUni)

Órgão Executor: – MEC

Descrição: tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

Observação: Início 2005.

Fonte: <http://prouniportal.mec.gov.br/>

002

Programa: – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)

Órgão Executor: – MEC

Descrição: programa do Ministério da Educação destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação. Para candidatar-se ao Fies os estudantes devem estar regularmente matriculados em instituições de ensino não gratuitas cadastradas no programa, em cursos com avaliação positiva no SINAES.

Fonte: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/>

6.3 Universalizar o sistema de ensino em tempo integral e combater o analfabetismo funcional.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: – Programa Brasil Alfabetizado (PBA)

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. Os municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizando.

Observações: Início 2003.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id>

002

Programa: – Programa Educação do Campo (PRONERA)

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária

Fonte: <http://netica.org.br/.../a-politica-de-educacao-do-campo-e-o-programa-nacional-de-educacao-na-reforma-agraria-pronera-decreto-n.o-7.35220>

003

Programa: – Programa Brasil Escolarizado

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência

Fonte: <http://sidornet.planejamento.gov.br/docs/cadacao/.../1061.PDF>

6.4 Transformar a escola em centro de excelência e cidadania, integrando-a ao bairro e à cidade. Esses centros poderiam se converter numa rede conectando escolas próximas, e otimizando as boas bibliotecas, videotecas, centros culturais e esportivos.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: – Programa Livro Aberto

Órgão Executor: – MinC

Descrição: Formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura facilitando o acesso a bibliotecas, mantendo o controle bibliográfico nacional, e propiciando a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário.

Fonte: www.cultura.gov.br > ... > Notícias do MinC

6.5 Desenvolver planos de capacitação intensivos para qualificar professores, mobilizando as universidades e os mais diversos segmentos.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006, o Fundeb está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option>

002

Programa: – Desenvolvimento da Educação Especial

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade

Fonte: www.abrasil.gov.br/avalppa/.../av.../prog223.htm

6.6 Incentivar a participação de pais de alunos na gerência da escola, ajudando no aproveitamento escolar e contribuindo para captar recursos externos, públicos ou privados, para melhoria da qualidade do ensino e aproveitamento escolar.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: – Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Órgão Executor: – MEC

Descrição: O programa tem como objetivos: ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas; apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares; instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de conselhos escolares; promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares; estimular a integração entre os conselhos escolares; apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade; promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para a garantia da qualidade da educação.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option>

6.7 Desburocratizar a escola, evitando excessivas especializações funcionais e reduzir os seus custos quando e onde houver indícios de desperdício.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: – Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime)

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Criado com o objetivo de fortalecer e apoiar os dirigentes da educação municipal na gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais. O intuito do programa é contribuir para o avanço em relação às metas e aos compromissos do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é oferecer a todos os dirigentes municipais de educação um espaço permanente de formação, troca de experiências, acesso a informações sistematizadas e à legislação pertinente, que ajude a promover a qualidade da educação básica nos sistemas públicos municipais de ensino, focando as diversas dimensões da gestão educacional.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option>

6.8 Valorizar, por todos os meios, o ensino profissionalizante que irá oferecer mão-de-obra qualificada para as múltiplas tarefas que se desenham na nova sociedade da informação.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: – Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)

Órgão Executor: – MEC

Descrição: É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option>

002

Programa: – Programa Brasil Profissionalizado

Órgão Executor: – MEC

Descrição: O programa Brasil Profissionalizado visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. A iniciativa repassa recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas. Criado em 2007, o programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é integrar o conhecimento do ensino médio à prática.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php>

003

Programa: – Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Órgão Executor: – MEC

Descrição: É um programa educacional com o objetivo de Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/index.php>

004

Programa: – Programa Engenho das Artes

Órgão Executor: – MEC

Descrição: É um programa com o objetivo de Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais

Fonte: www.portaldodesenvolvimento.com.br/.../150-programa-engenho-das-artes

6.9 Converter os campi universitários em centros de referência, pesquisa e desenvolvimento, voltados para a capacitação em desenvolvimento sustentável, estimulando seus vínculos com os projetos de desenvolvimento regional, de combate à pobreza, de fortalecimento da identidade cultural e de implantação de projetos de interesse local.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: – Programa Brasil Universitário

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Visa Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.

Fonte: www.portaldodesenvolvimento.com.br

002

Ação: Lei Nº 10.558/2002

Programa: – Programa Diversidade na Universidade

Órgão Executor: – MEC

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10558.htm

003

Programa: – Programa Desenvolvimento do Ensino da Pos-Graduação

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

Fonte: www.scielo.br/pdf/rac/v10n4/a10v10n4.pdf

Objetivo 7

O objetivo 7 trata de promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS.

Sobre este objetivo é importante destacar a relação do ambiente natural, das condições de trabalho, de moradia, de higiene e salubridade tanto quanto a alimentação e a segurança com a saúde da população em geral. O documento Agenda 21 Brasileira – Ações prioritárias (2001, p. 48), destaca a importância de se aplicar na área de saúde mais do que em qualquer outra, o princípio ambiental da prevenção e da precaução, que pode reduzir tanto as doenças ligadas à pobreza quanto as que surgem sobre o impacto do progresso científico e tecnológico, mas cujos resultados sobre a saúde humana são ainda ignorados. Com isso as ações prioritárias inseridos neste objetivo inferem sobre criar mecanismos para melhorar o acesso a toda a população a um sistema universal de saúde e melhora nas ações de promoção de saúde, de pensar em políticas de ações educativas de saúde, como campanhas preventivas e curativas de saúde. Além de pensar nas melhoras estruturais da saúde. Foram pensadas oito ações prioritárias, onde sete foram contempladas por algum programa ou projeto do governo federal. Esses programas são diretamente implementados pelo Ministério da Saúde ou em alguma parceria entre este ministério com algum outro. Dentre os Programas, destacam-se:

Ações e recomendações

7.1 Promover a elaboração da Agenda 21 dos hospitais brasileiros, tendo em vista a melhoria dos seus serviços médicos e a qualidade do atendimento, introduzindo consultas com hora marcada, registrando o diagnóstico médico e o seu receituário de maneira a permitir, sobretudo para os mais pobres, o acompanhamento médico no curso da vida. Para isso, usar a caderneta-saúde ou seu equivalente eletrônico, que acompanharia o indivíduo do nascimento à morte.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: – Cartão Nacional de Saúde

Órgão Executor: – MS

Descrição: Instrumento que visa vincular os procedimentos executados no âmbito do SUS.

Observações: Início – 2004.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

7.2 Intensificar e universalizar ações de promoção à saúde, prevenção e controle de doenças e de assistência integral, com base em programas como dos agentes comunitários e de saúde de família, partes integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Políticas Relacionadas:

001

Referência: Portaria Nº 648, de 28 de Março de 2006

Programa: – Programa Saúde da Família

Órgão Executor: – MS

Descrição: A Saúde da Família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade.

Observações: Lançado em 1993 está em vigência até hoje. Atendeu em 2010, segundo dados do próprio Ministério, 103 milhões de brasileiros. Em 2006, torna-se prioridade para a reorganização da Atenção Básica.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

002

Referência: Portaria Nº 648, de 28 de Março de 2006

Programa: – Política Nacional de Atenção Básica

Órgão Executor: – MS

Descrição: conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Utiliza tecnologias de elevada complexidade e baixa densidade, que devem resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância em seu território. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

003

Referência: – Portaria Nº 648 de 28 de Março de 2006

Programa: Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS)

Órgão Executor: – MS

Descrição: Lançado em 1991, tornou-se peça importante da Política Nacional de Atenção Básica, criado pelo governo federal em 2006.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

004

Referência: – Portaria Nº 373, de 27 de fevereiro de 2002

Órgão Executor: – MS

Descrição: Amplia as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade no mecanismo, para fortalecimento da capacidade de gestão do Serviço Único de Saúde e procede à atualização dos critérios de habilitação dos estados e municípios.

Fonte: http://bvms.saude.gov/saudelegis/gm/2002/prt0373_27_02_2002.html

005

Referência: – Resolução Nº 399, de 22 de fevereiro de 2006

Programa: – Pacto Pela Saúde

Órgão Executor: – MS

Descrição: Divulga o Pacto Pela Saúde – Consolidação do SUS e aprova as diretrizes operacionais do referido Pacto.

Fonte: http://bvms.saude.gov/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html

006

Programa: – Programa Mais Saúde: Direito de Todos

Órgão Executor: – MS

Descrição: – Um conjunto de 86 metas e 208 ações visando uma melhor qualidade nos serviços públicos de saúde.

Observações: início 2007.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

007

Programa: – Programa Farmácia Popular do Brasil

Órgão Executor: – MS

Descrição: – Criado para ampliar o acesso da população aos medicamentos essenciais.

Observações: Início 2004.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

008

Programa: – Programa Nacional de Combate à Dengue

Órgão Executor: – MS

Descrição: – Programa de combate à doença.

Observações: Início 2002

Fonte: www.portal.saude.gov.br

009

Programa: – Programa Brasil Sorridente

Órgão Executor: – MS

Descrição: – Busca melhorar as condições de saúde bucal dos brasileiros de todas as idades.

Observações: Início 2004.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

010

Referência: Decreto Nº 3.990, de 30 de outubro de 2001

Programa: – Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados.

Órgão Executor: – MS

Descrição: – Desenvolver políticas que promovam o acesso da população à atenção hematológica e hemoterápica com segurança e qualidade.

Observações: Início – 2001.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

011

Referência: Portaria GM 1.120/05

Programa: – Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS-Fronteira)

Órgão Executor: – MS

Descrição: – projeto voltado para a integração de ações e serviços de saúde na região fronteira do Brasil.

Observações: Início – 2005.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

012

Programa: – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

Órgão Executor: – MS

Descrição: – conjunto de ações voltada para a saúde da população feminina.

Observações: Início – 2004.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

013

Referência: Lei Nº 10.216/02

Programa: – Política Nacional de Saúde Mental.

Órgão Executor: – MS

Descrição: – busca consolidar um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária.

Observações: Início – 2002.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

014

Referência: Portaria MS/GM Nº 1.060, de 5 de junho de 2002

Programa: – Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência

Órgão Executor: – MS

Descrição: – tem como propósito proteger a saúde da pessoa com deficiência; reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional e desempenho humano, contribuindo para a sua inclusão em todas as esferas da vida social; e prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências.

Observações: Início – 2002.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

015

Referência: Portaria Interministerial N° 1.777, de 9 de setembro de 2003

Programa: – Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário/PNSSP

Órgão Executor: – MS

Descrição: – Tem como objetivo garantir o acesso à saúde pelas pessoas privadas de liberdade, oferecendo ações e serviços de atenção básica dentro das unidades prisionais.

Observações: Início 2003.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

7.3 Melhorar a rede de saúde hierarquizando o atendimento médico em função de sua complexidade, nível de gravidade e de especialização; estabelecer um sistema coerente que comece com forte política preventiva e progressivamente envolva os postos de saúde, os hospitais de emergência e os especializados.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: – Programa QualiSUS

Órgão Executor: – MS

Descrição: – Prevê um conjunto de mudanças para proporcionar maior conforto ao usuário, atendimento de acordo com o grau de risco do paciente e redução do tempo de permanência nos hospitais da rede pública de saúde.

Observações: Início 2004.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

7.4 Promover a articulação entre os setores governamentais e destes com a sociedade, para uma política integrada de redução de risco à saúde e melhoria das condições de vida da população.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Política Nacional de Humanização do SUS– HumanizaSUS

Órgão Executor: – MS

Descrição: – Contagiar trabalhadores, gestores e usuários do SUS com os princípios e as diretrizes da humanização; fortalecer iniciativas de humanização existentes; desenvolver tecnologias relacionais e de compartilhamento das práticas de gestão e de atenção; aprimorar, ofertar e divulgar estratégias e metodologias de apoio a mudanças sustentáveis dos modelos de atenção e de gestão; implementar processos de acompanhamento e avaliação, ressaltando saberes gerados no SUS e experiências coletivas bem-sucedidas.

Observações: A Política Nacional de Humanização existe desde 2003 para efetivar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde pública no Brasil e incentivando trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

7.5 Aprimorar mecanismos de implementação da vigilância em saúde relacionada à qualidade de água, solo, produtos, serviços e ambientes de trabalho, de forma a eliminar ou reduzir fatores de risco à saúde.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: – Programa Nacional de Vigilância das Águas

Órgão Executor: – MS

Descrição: – Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental relacionada à qualidade da água para consumo humano foi concebido de forma abrangente, tendo em vista a sua execução descentralizada, conforme preconizado pelas diretrizes do SUS, respeitando as peculiaridades político-administrativas e diferenças sócio-econômicas e culturais do país. A implementação do Programa Nacional pressupõe a atuação nas distintas esferas de governo, de diferentes atores e setores institucionais, de forma conjunta, integrada e articulada. O processo de construção do Programa Nacional ocorreu de maneira ampla e participativa entre representantes de Secretarias Estaduais e Municipais de saúde, universidades, Organização Pan-Americana da Saúde, além de técnicos de diversas áreas, no âmbito do Ministério da Saúde.

Observações: Início 2003.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

7.6 Promover o desenvolvimento de ações educativas, preventivas e curativas, com o fim de diagnosticar, tratar e acompanhar alunos com problemas de saúde, impedindo que estes interfiram no processo de aprendizagem.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: – Projeto Olhar Brasil (2007)

Órgão Executor: – MS

Descrição: – Identificar problemas visuais, em alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental (1ª a 8ª série), no programa “Brasil Alfabetizado” do MEC e na população acima de 60 anos de idade, prestando assistência oftalmológica com o fornecimento de óculos nos casos de detecção de erros de refração. Propiciando assim, condições de saúde ocular favorável ao aprendizado do público alvo melhorando o rendimento escolar e a qualidade de vida desta população de forma a reduzir as taxas de evasão e repetência.

Observações: Início 2007

Fonte: www.portal.saude.gov.br

002

Programa: – Projovem Adolescente (antigo Agente Jovem)

Órgão Executor: – MDS

Descrição: – Oferece proteção social básica e assistência às famílias, visando elevar a escolaridade e reduzir os índices de violência, uso de drogas, de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.

Observações: Foi criado pela Medida Provisória nº 238, convertida na Lei nº 11.129/2005, de 30 de junho de 2005. Regulamentado pelo Decreto nº 5.557/200.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

7.7 Ampliar as ações de detecção precoce dos problemas de saúde, como hipertensão, diabetes, câncer de colo de útero, desnutrição, defeitos congênitos etc., garantindo condições para acompanhamento e tratamento.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: – Projeto Expande

Órgão Executor: – MS

Descrição: – Visa estruturar a integração da assistência oncológica no Brasil.

Observações: Início 2001.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

7.8 Priorizar como política de saúde pública as ações educativas quanto ao tabagismo, uso do álcool e outras drogas, dietas adequadas, direção perigosa, comportamento sexual seguro, de forma a evitar que esses fatores de risco se transformem em elementos desencadeadores de processos patológicos graves e irreversíveis.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: – Programa de Controle do Tabagismo

Órgão Executor: – MS

Descrição: – Pretende prevenir a incidência de câncer e de outras doenças relacionadas ao tabaco.

Observações: Início 2003.

Fonte: www.portal.saude.gov.br

002

Programa: – Campanha Nacional de Trânsito

Órgão Executor: – Mcdades

Descrição: – Campanhas educativas para a educação no trânsito

Fonte: www.denatran.gov.br

A única ação que ainda não teve nenhum programa ou projeto que pudesse se enquadrar é de “Ampliar as ações de detecção precoce dos problemas de saúde como hipertensão, diabetes, câncer de colo, desnutrição, defeitos congênitos, garantindo condições para acompanhamento e tratamento.” Porém pode-se considerar os mutirões e as campanhas realizadas periodicamente como uma ação para este controle. Os mutirões de exames para identificar estes tipos de doenças acontecem em todo o país em determinados períodos. O mesmo acontece com Campanhas de estímulos de detecção e tratamento destas doenças.

O que é observado é que como na educação, o Brasil ainda está muito aquém em relação à saúde, principalmente na democratização de um sistema de saúde eficiente para toda a população, principalmente a população mais pobre. No Documento Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias, é observado que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi incapaz de responder à altura das necessidades e expectativas, embora tenha conseguido, com sucesso, descentralizar os serviços para os municípios, definindo aos poucos formas efetivas de cooperação entre governo federal e o poder local, com a ajuda de conselhos de saúde. Isso mostra um esforço principalmente do ministério da saúde, ainda insuficiente, de tentar reverter o quadro da desigualdade brasileira em relação à saúde, onde o mais pobre ainda sofre com faltas de médicos, de remédios e de equipamentos.

Objetivo 8

O objetivo 8 trata da questão de inclusão social e de distribuição de renda.

Sobre este objetivo é importante destacar a importância de se pensar ações que vão ao caminho para a redução das desigualdades sociais e combate a pobreza. Para tanto são realizados esforços para tentar reverter este quadro, dentre disso as ações prioritárias a serem realizadas neste objetivo, que são catorze ações divididas em dois segmentos: ações para as mesorregiões pobres e as periferias metropolitanas e ações voltadas a proteção de segmentos mais vulneráveis da população: mulheres, negros e jovens

Em vários ministério (do Trabalho, Ciências e Tecnológicas, Meio Ambiente, Educação, das Cidades, da Integração, etc) e principalmente o de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, existe diversos programas e projetos que buscam responder as ações prioritárias, sendo que foi apurado que uma ação ainda nao foi contemplando, a ação de Mobilizar parcerias por meio da "responsabilidade social" das empresas, do trabalho voluntário do terceiro setor e, sobretudo de politicas publicas mais eficazes para reduzir a desigualdade de renda. O principal programa que se pode destacar é o Bolsa-Família, maior programa de transferencia de renda direta. Tecnicamente é chamado de mecanismo condicional de transferência de recursos e consiste-se na ajuda financeira às famílias pobres, definidas como aquelas que possuem renda per capita de R\$ 70,01 até 140,00 e extremamente pobres com renda per capita até R\$ 70,00. A contrapartida é que as famílias beneficiárias mantenham seus filhos e/ou dependentes com frequência na escola e vacinados. O programa visa a reduzir a pobreza a curto e a longo prazo através de transferências condicionadas de capital, o que, por sua vez, visa a quebrar o ciclo geracional da pobreza de geração a geração. Outros programas que valem destaque são:

- Programa de Formalização do Empreendedor Individual
- ProJovens
- Brasil Alfabetizado
- Programa de Zoneamento Ecológico Econômico
- Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaço Sub-regionais,
- Territórios da Cidadania
- Urbanização, Regularização e Integração de assentamentos Precarios,
- Ação de apoio à prevenção e Erradicação de riscos em assentamento precários,
- Programa Minha Casa, Minha Vida
- Programa Nacional de Documentação Civil e para a população rural
- PRONASCI
- Programas de microcréditos
- Estatuto da Igualdade Racial

É notório que a questão de distribuição de renda e a desigualdade social são um dos maiores entraves no desenvolvimento do Brasil. Hoje o país ainda ocupa um dos piores lugares no mundo em distribuição de riqueza, sendo que ainda grande parte das riquezas brasileira está concentrada nas mãos de poucos. Uma das ações diz respeito à redução o Índice Gini, que a cada ano o Brasil avança em 2009 o país passou a ocupar a 73ª colocação, desempenho suficiente para que integre o grupo de países de desenvolvimento humano elevado, porém o país ainda apresenta traços importantes de desigualdade social.

Outras ações mapeadas no Objetivo 8

Ações e recomendações

8.1 Reduzir o Índice de Gini, que mede o nível de distribuição da propriedade e da renda segundo padrões internacionais, e que varia de zero a um, levando-o a níveis mais aceitáveis, isto é, dos 0,6 atuais para 0,4.

8.2 Ampliar programas governamentais nos três níveis de governo, como o da bolsa-escola e de renda mínima. Reforçar iniciativas não-governamentais é, em tais casos, especialmente necessário, devido à sua eficácia em concentrar esforços para alcançar resultados a partir de experiências-piloto bem-sucedidas.

Políticas Relacionadas:

001

Referência: Lei Nº 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto Nº 5.209/04.

Programa: Programa Bolsa Família

Órgão Executor: – MDS

Descrição: Programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra a Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O Bolsa Família atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 a R\$ 200. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza. O 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aponta queda da pobreza extrema de 12% em 2003 para 4,8% em 2008.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

A gestão do Programa é descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios.

Observações: Início – 2004.

Fonte: www.mds.gov.br/

002

Programa: Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

Órgão Executor: – ME

Descrição: Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior.

Fonte: www.esportes.gov.br/

003

Programa: Programa Proteção Social Básica

Órgão Executor: – MDS

Descrição: Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

Observações: Início – 2004.

Fonte: www.mds.gov.br/

8.3 Investir maciçamente em capital humano e em capacitação profissional, especialmente em educação fundamental e no ensino médio, visando à melhor qualidade do ensino e seus instrumentos pedagógicos. A profissão do professor precisa ser valorizada socialmente e seu nível salarial precisa ser compatível com a sua missão social.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Brasil Escolarizado

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.

Fonte: www.portal.mec.gov.br/

002

Programa: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)

Órgão Executor: – MDA

Descrição: Desde que foi criado, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) já beneficiou cerca de 450 mil jovens e adultos que vivem no meio rural, sendo 346.629 deles no período de 2003 a 2010, quando foram investidos cerca de R\$ 201,7 milhões. O programa oferece cursos de educação básica (alfabetização e ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores e de especialização.

O PRONERA é desenvolvido a partir de parcerias do Incra com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais, além de 65 instituições, entre entidades públicas de ensino, instituições comunitárias sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.

Observação: Início 1998

Fonte: www.mda.gov.br/

003

Programa: Programa Livro Aberto

Órgão Executor: – MinC

Descrição: Formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura facilitando o acesso a bibliotecas, mantendo o controle bibliográfico nacional, e propiciando a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário

Fonte: www.abrasil.gov.br/

004

Programa: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)

Órgão Executor: – MDA

Descrição:

Observação: Início 1998

Fonte: www.portal.mec.gov.br/

8.4 Adotar a gestão integrada de políticas públicas de desenvolvimento sustentável nas 17 mesorregiões já oficialmente reconhecidas, como áreas-foco das desigualdades sociais do país favorecendo a inserção das três mesorregiões ainda não inseridas no atual Plano Plurianual do Governo Federal.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO

Órgão Executor: – MI

Descrição: Aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais

Fonte: www.portaldodesenvolvimento.gov.br/

8.5 Melhorar a qualidade de vida e a justiça social nas regiões metropolitanas, pela democratização do acesso aos serviços públicos de qualidade, e pelo investimento em infraestrutura social, especialmente transporte de massas, habitação, infraestrutura, saúde e educação.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

Órgão Executor: – MS

Descrição: Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde, na busca da equidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação

Fonte: www.fns.saude.gov.br/

002

Programa: Programa Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Órgão Executor: – MS

Descrição: Promover o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos

Fonte: www.fns.saude.gov.br/

003

Programa: Política Nacional de Educação Especial

Órgão Executor: – MEC

Descrição: Apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade

Fonte: www.portaldomec.gov.br/

004

Programa: Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat

Órgão Executor: – MCidades

Descrição: Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda.

Fonte: www.abrasil.gov.br/

005

Programa: Projetos de Infraestrutura Hídrica

Órgão Executor: – MI

Descrição: Inserido no Programa Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) visa desenvolver obras estruturantes de infraestrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade.

Fonte: www.integracao.gov.br/

006

Programa: Programa de Inclusão Digital

Órgão Executor: – MP

Descrição: Promover a consolidação de uma Sociedade do Conhecimento inclusiva, orientada ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico

Fonte: www.inclusaodigital.gov.br/

007

Programa: Programa Luz para Todos

Órgão Executor: – MME

Descrição: Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água

Fonte: www.mme.gov.br/

008

Programa: Programa Nacional de Acessibilidade

Órgão Executor: – SEDH/MJ

Descrição: Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

Fonte: www.portal.mj.gov.br/

8.6 Desburocratizar procedimentos que dificultam a vida e a sobrevivência do cidadão; melhorar o atendimento integrado das demandas da população, facilitando o acesso aos serviços públicos oferecidos pelos governos, ao registro civil e aos documentos oficiais que garantam a cidadania.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Qualidade dos Serviços Previdenciários

Órgão Executor: – MPS

Descrição: Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade.

Fonte: www.previdencia.gov.br/

8.7 Universalizar as regras de acesso ao crédito, tornando-o mais acessível à maioria da população, incentivando os pequenos e novos empreendedores.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Órgão Executor: – MF

Descrição: Melhorar a capacidade de atendimento aos clientes e facilitar à população o acesso ao crédito e aos serviços bancários

Fonte: www.planalto.gov.br/

002

Programa: Programa de Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda

Órgão Executor: – MTE

Descrição: Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito produtivo, capaz de gerar emprego, trabalho e renda

Fonte: www.mte.gov.br/

003

Programa: Programa de Microcrédito Produtivo Orientado

Órgão Executor: – MTE

Descrição: Ampliar o acesso ao crédito bem como apoiar e estimular o segmento de instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local

Fonte: www.mte.gov.br/

8.9 Mobilizar parcerias por meio da "responsabilidade social" das empresas, do trabalho voluntário do terceiro setor e, sobretudo, de políticas públicas mais eficazes, para reduzir a desigualdade de renda.

Proteger os segmentos mais vulneráveis da população: mulheres, negros, jovens.

Ações e recomendações

8.19 Promover uma ampla campanha de mobilização das diferentes instituições públicas e privadas, bem como no terceiro setor, para discutir, propor e implementar soluções sobre o destino das "crianças de rua", entendendo que o

problema é de todos os brasileiros e que sua solução é de responsabilidade de toda sociedade.

8.11 Estabelecer políticas de renda mínima para mulheres chefes de família.

8.12 Estabelecer política de equivalência salarial entre negros e brancos.

8.13 Implementar programas de treinamento e capacitação profissional para jovens articulados com programas de promoção do primeiro emprego.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem

Órgão Executor: – MTE

Descrição: Promover a Reintegração do jovem ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano

Fonte: www.projovem.gov.br/

002

Programa: Programa Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo

Órgão Executor: – ME

Descrição: Visa democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens

Fonte: www.esporte.gov.br/

Objetivo 9

O objetivo 9 trata de Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde.

Sobre este objetivo vale ressaltar a importância de pensar o saneamento ambiental como prevenção de doenças. Porém, segundo dados do PNAD, mais de 20% da população brasileira não é atendida por abastecimento de água, 57% não tem seus esgotos ligados a rede de coleta pública e 80% não têm tratamento de esgoto. No documento Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias (2001, p. 53) observa que eticamente é inaceitável que expressiva parcela da população brasileira não disponha de coleta de esgoto e lixo. Pensando na importância do acesso ao saneamento ambiental por parte de toda a população foram formulados doze ações prioritárias, que priorizam os investimentos em obras de saneamentos em todo o país, eliminação de lixões e destinos inadequados aos resíduos sólidos, promover o acesso universal de água e esgoto, promover hábitos de redução de lixo e coleta seletiva e promover programas de geração de renda a partir desta prática, além de ações de proteção a corpos hídricos. Os programas e projetos que visam dar respostas a essas ações prioritárias, muitos se concentram no Ministério das Cidades, porém há programas no Ministério do Meio Ambiente e da Integração, principalmente os ligados a questão de proteção de corpos hídricos. Dentre os principais programas se destacam:

- Saneamento para todos;
- Revitalização de Bacias Hidrográfica em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental;
- Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto, ligado ao Ministério das Cidades;
- Vigilância da qualidade da água para consumo humano;
- Campanha Saneamento Básico Participativo;
- PEAMSS – Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento;
- Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- PPCS – Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis;
- PSAU – Pagamentos por serviços ambientais urbanos;
- Programa Temático de Tecnologias Sustentáveis, Vigilância em Saúde em Situação de desastre, Ministério da Saúde.

Dentre as ações prioritárias a que ainda não tem nenhum programa ou projeto são a de Adotar medidas de incentivo à redução da impermeabilidade do solo das cidades, o que agrava os efeitos de enchentes nas áreas urbanas, por meio de adoção de medidas compensatórias, redução de impostos predial em função da área permeável remanescente ou punitiva, cobranças por impermeabilização proporcional à área impermeabilizada do imóvel. Mesmo não tendo programas que dê respostas a esta ação, no geral, a questão de saneamento existe um esforço concentrado com as obras do PAC para dar conta deste objetivo de universalizar o saneamento ambiental no país.

Outras ações mapeadas no Objetivo 9

Ações e recomendações

9.1 Priorizar os investimentos em infraestrutura urbana, especialmente os destinados à universalização do saneamento básico, nos próximos dez anos. Estima-se serem necessários US\$ 20 bilhões para abastecimento de água e coleta e tratamento primário e secundário de esgoto.

9.2 Promover a universalização do acesso à água e ao esgoto, ampliando para 60% o tratamento secundário de esgoto na próxima década.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Política de Infraestrutura Hídrica

Órgão Executor: – MI

Descrição: Desenvolver obras estruturantes de infra-estrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade

Fonte: www.integracao.gov.br/

001

Programa: Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Órgão Executor: – MCidades

Descrição: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Fonte: www.cidades.gov.br/

9.3 Atuar em conjunto com organizações não-governamentais e governos para divulgação das boas práticas de saneamento ambiental.

9.4 Estimular as comunidades a fiscalizar a correta e completa execução das obras de saneamento ambiental, abrindo-lhes canais que permitam a apresentação de reclamações e a formulação de denúncias.

9.5 Priorizar a proteção dos corpos hídricos poluídos, em bacias hidrográficas críticas e nas baías e zonas costeiras densamente povoadas, por exemplo, em trechos das bacias do Paraíba do Sul, do Tietê, do São Francisco e da Baía da Guanabara.

9.6 Eliminar os lixões, até o final desta década, promovendo o tratamento adequado em aterros sanitários, evitando a contaminação das águas pluviais e subterrâneas.

9.7 Promover hábitos de redução do lixo e a implantação da coleta seletiva voltada para reciclagem e aproveitamento industrial.

9.8 Promover programas de geração de renda para população mais pobre dos grandes centros urbanos, por meio da coleta e reciclagem do lixo.

9.9 Inserir a drenagem urbana como questão de saúde pública e desenvolver programas de combate à impermeabilização excessiva do solo urbano, causa de inundações potencialmente geradoras de doenças e deseconomias urbanas.

9.10 Divulgar técnicas seguras e higiênicas de obtenção e consumo de água na zona rural, bem como métodos corretos de disposição de esgotos e de lixo.

9.11 Adotar medidas de incentivo à redução da impermeabilização do solo das cidades, o que agrava os efeitos das enchentes nas áreas urbanas, por meio de adoção de medidas compensatórias, redução de imposto predial em função da área permeável remanescente, ou punitivas, cobrança por impermeabilização proporcional à área impermeabilizada do imóvel.

9.12 Criar um sistema de saneamento ambiental no país com forte controle social.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa de Saneamento Rural

Órgão Executor: – MS

Descrição: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais

Fonte: www.funasa.gov.br/

Objetivo 10

O objetivo 10 trata da Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana.

Várias foram as ações e recomendações previstas para o Objetivo 10, quais sejam: *promover a reforma do Estado, dentro da nova filosofia do federalismo cooperativo, tornando-o mais ativo e promotor do desenvolvimento urbano sustentável; garantir a governança e a sustentabilidade das cidades, criando a Autoridade Metropolitana. Na prática, significa criar uma legislação comum e consórcios participativos entre as prefeituras das regiões metropolitanas para a gestão integrada de seus serviços públicos; fortalecer a dimensão territorial no planejamento estadual, estimulando a regionalização interna dos estados federados e a cooperação entre municípios que tenham problemas urbanos e ambientais comuns por integrarem região metropolitana, aglomeração urbana, microrregião ou a mesma bacia hidrográfica; combater a produção irregular e ilegal de lotes urbanos e o crescimento desnecessário da área de expansão urbana das cidades, pela aplicação efetiva de instrumentos de regulação do solo _ urbano e rural _ e da adoção de mecanismos de controle e fiscalização eficazes; desenvolver linhas específicas para a locação social, pelo aproveitamento do estoque existente e recuperação das áreas centrais degradadas, visando ampliar a oferta de alternativas habitacionais e o acesso à moradia adequada para aqueles que não têm condições de adquirir uma unidade habitacional; criar e/ou fortalecer órgãos de planejamento urbano e regional reforçando a dimensão ambiental em suas estruturas técnico-burocráticas, aperfeiçoando suas bases de dados sobre unidades territoriais de gestão e planejamento; implementar instrumentos de recuperação, pelo Poder Público, de parcela da valorização fundiária, resultante dos investimentos em infra-estrutura e melhorias urbanas, visando gerar recursos para programas habitacionais e de melhorias do meio ambiente; promover a elaboração dos planos diretores, conforme exigência do Estatuto da Cidade que põe à disposição dos governantes e da população, novos instrumentos de ação, negociação e de controle da intervenção urbana; promover o aperfeiçoamento do sistema tributário brasileiro nos três níveis de governo visando à incorporação e à viabilização de instrumentos econômicos que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a adoção de princípios de extrafiscalidade que estimulem ações, empreendimentos e comportamentos sustentáveis dos agentes públicos e privado e implementar sistemas integrados de gestão urbana e que contemplem a descentralização e as parcerias, melhorando a qualidade e a eficiência tanto institucional quanto dos serviços prestados à população.*

Contudo, cabe destacar que nem todas alcançaram êxito no momento de suas implementações. As ações ministeriais que merecem destaques são as dos Programa Nacional de Capacitação das Cidades – PNCC. M/cidades ,Programa de fortalecimento da Gestão Municipal Urbana. MCidades, Programa 0512– Zoneamento Ecológico-MMA–SEDR–DZT, Projeto Orla (Ação Programática 6642 – Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima, do Programa 0794–Gestão do Patrimônio Imobiliário da União), Programa Habitacional Popular – Minha Casa Minha Vida. M/cidades e Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. M/cidades e, finalmente, a mais visível que foi a do Programa:urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, desenvolvido pelo Ministério das Cidades, pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos e pela Diretoria de Assuntos Fundiários Urbanos.

Nota-se que foram várias as recomendações, mas não se mostrou, pelo levantamento feito, que houve, de fato, integração e participação de Ministérios, no Geral. O Ministério das Cidades mostrou-se mais ativo no que se refere à participação no objetivo 10. Cabe no entanto enfatizar que a interação entre Ministérios na feitura de Programas geraria mais resultado positivo.

Outras ações mapeadas no Objetivo 10

Ações e recomendações

10.1 Promover a reforma do Estado, dentro da nova filosofia do federalismo cooperativo, tornando-o mais ativo e promotor do desenvolvimento urbano sustentável.

10.2 Garantir a governança e a sustentabilidade das cidades, criando a Autoridade Metropolitana. Na prática, significa criar uma legislação comum e consórcios participativos entre as prefeituras das regiões metropolitanas para a gestão integrada de seus serviços públicos.

10.3 Fortalecer a dimensão territorial no planejamento estadual, estimulando a regionalização interna dos estados federados e a cooperação entre municípios que tenham problemas urbanos e ambientais comuns por integrarem região metropolitana, aglomeração urbana, microrregião ou a mesma bacia hidrográfica.

10.4 Combater a produção irregular e ilegal de lotes urbanos e o crescimento desnecessário da área de expansão urbana das cidades, pela aplicação efetiva de instrumentos de regulação do solo – urbano e rural – e da adoção de mecanismos de controle e fiscalização eficazes.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Órgão Executor: – MCidade

Descrição: Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade.

Fonte: www.cidades.gov.br/

10.5 Desenvolver linhas específicas para a locação social, pelo aproveitamento do estoque existente e recuperação das áreas centrais degradadas, visando ampliar a oferta de alternativas habitacionais e o acesso à moradia adequada para aqueles que não têm condições de adquirir uma unidade habitacional.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

Órgão Executor: – MCidade

Descrição: Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em Capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, de forma a otimizar a infraestrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica

Fonte: www.cidades.gov.br/

002

Programa: Programa de Revitalização dos Bens do Patrimônio Histórico Nacional

Órgão Executor: – MCidade

Descrição: Estimular a revitalização dos bens do patrimônio histórico nacional; instrumentalizar e fortalecer o IPHAN.

Fonte: www.cidades.gov.br/

10.6 Criar e/ou fortalecer órgãos de planejamento urbano e regional reforçando a dimensão ambiental em suas estruturas técnico-burocráticas, aperfeiçoando suas bases de dados sobre unidades territoriais de gestão e planejamento.

10.7 Implementar instrumentos de recuperação, pelo Poder Público, de parcela da valorização fundiária, resultante dos investimentos em infraestrutura e melhorias urbanas, visando gerar recursos para programas habitacionais e de melhorias do meio ambiente.

10.8 Promover a elaboração dos planos diretores, conforme exigência do Estatuto da Cidade que põe à disposição dos governantes e da população, novos instrumentos de ação, negociação e de controle da intervenção urbana.

Políticas Relacionadas:

001

Referência: Lei Federal Nº 10.247/2001

Programa: Estatuto da Cidade

Órgão Executor: – MCidade

Descrição: Estabeleceu que cerca de 1.682 municípios deveriam elaborar e aprovar seus Planos Diretores Participativos até outubro de 2006

Observações: Início – 2001.

Fonte: www.cidades.gov.br/

10.9 Promover o aperfeiçoamento do sistema tributário brasileiro nos três níveis de governo visando à incorporação e à viabilização de instrumentos econômicos que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a adoção de princípios de extra fiscalidade que estimulem ações, empreendimentos e comportamentos sustentáveis dos agentes públicos e privados.

10.10 Implementar sistemas integrados de gestão urbana e que contemplem a descentralização e as parcerias, melhorando a qualidade e a eficiência tanto institucional quanto dos serviços prestados à população.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa de Fortalecimento da Gestão Urbana

Órgão Executor: – MCidade

Descrição: Prevê a capacitação e o estímulo para a implementação dos Planos Diretores.

Fonte: www.cidades.gov.br/

Objetivo 11

O objetivo 11 trata do Desenvolvimento sustentável do Brasil rural.

É um dos mais extensos, porém não exaustivos, da Agenda 21.

Apresenta como recomendações as seguintes: *revogar o Decreto-Lei n. 311, de 1938, substituindo-o por legislação que contenha novas definições legais de cidade e de vila, baseadas em critérios funcionais semelhantes aos que hoje são internacionalmente adotados, descentralizar as ações de desenvolvimento rural, priorizando as organizações e atores locais, a partir de diretrizes básicas definidas em planos quadrienais de desenvolvimento sustentável do Brasil rural, promover a parceria da União com os estados e os municípios nas políticas de desenvolvimento rural, mediante: incentivos à diversificação das atividades econômicas, a começar pela diversificação dos sistemas produtivos do setor agropecuário; incentivos à participação local no processo de zoneamento ecológico-econômico; incentivos ao surgimento de articulações locais participativas, tanto municipais como intermunicipais; incentivos à valorização da biodiversidade, ao aproveitamento da biomassa e à adoção de biotecnologias baseadas no princípio da precaução; incentivos à expansão e ao fortalecimento das empresas de pequeno porte de caráter familiar, a começar pela agricultura familiar; incentivos à redução das desigualdades de renda, gênero, etnia e idade; incentivar, por meio das políticas de desenvolvimento rural da União e dos estados, os municípios de pequeno e médio porte a formarem articulações intermunicipais microrregionais com o objetivo de valorizar o território que compartilham; seja mediante pactos informais, associações e consórcios, ou pela criação de agências microrregionais de desenvolvimento; promover a desconcentração fundiária e o acesso à terra, pelos trabalhadores rurais, por meio de projetos de sustentabilidade social, econômica e ecológica, por meio de mecanismos como a desapropriação e/ou aquisição de imóveis, a destinação de terras públicas e o arrendamento rural; elaborar política integrada de assistência técnica e capacitação das famílias assentadas que contemple demandas decorrentes da instalação, estruturação e integração dos projetos de assentamento às políticas de desenvolvimento local, promover as ações necessárias para implementar a lei de registros públicos e elaborar os planos integrados de destinação das terras públicas, para o ordenamento territorial; ampliar e consolidar rede de parcerias públicas e privadas, propiciando o fomento e racionalização dos recursos, práticas e gestão do Programa Nacional de Reforma Agrária; assegurar que o Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos/PDA – seja elaborado de forma a garantir sustentabilidade econômica, social e ambiental para os projetos de reforma agrária, como forma de minimizar os impactos sobre os recursos naturais e evitar o abandono das áreas, pelos assentados; o apoio e ajuda da União às articulações intermunicipais devem ser dirigidos prioritariamente: à realização do zoneamento ecológico-econômico; à expansão e ao fortalecimento das empresas de*

pequeno porte de caráter familiar, a começar pela agricultura familiar, que inclui aqüicultores, extrativistas e pescadores; aos agricultores familiares dos assentamentos de reforma agrária; as políticas de desenvolvimento rural da União e dos estados deverão integrar pelo menos as seguintes dez dimensões das ações governamentais: I) educação, capacitação e profissionalização; II) assistência técnica e extensão integradas às redes de pesquisa; III) manejo dos recursos naturais das microbacias hidrográficas; IV) saúde; V) habitação; VI) infra-estrutura e serviços; VII) crédito; VIII) seguro; IX) cooperativismo e associativismo; X) comercialização; o desenvolvimento sustentável do Brasil rural deve se tornar um dos macroobjetivos do Plano Plurianual (PPA), composto de diversos programas, entre os quais pelo menos quatro devem ser considerados estratégicos: a) a promoção do acesso à terra (pelos assentamentos de reforma agrária e das ações de crédito fundiário para combate da pobreza rural); b) o fortalecimento da agricultura familiar (pelas cinco diretrizes do Pronaf: crédito, infra-estrutura e serviços públicos municipais, capacitação, assistência técnica e comercialização); c) a diversificação das economias rurais, por meio do apoio à criação de micro e pequenas empresas; d) a reconstrução sobre novas bases da educação rural; todos os programas de desenvolvimento sustentável do Brasil rural deverão ter um forte componente de ações afirmativas voltadas às mulheres, às crianças, aos negros, aos índios, e aos deficientes; todos os programas de desenvolvimento sustentável do Brasil rural deverão ter um forte componente de educação ambiental, particularmente no que se refere ao manejo dos recursos naturais das microbacias hidrográficas.

Como já dito anteriormente, é um dos mais extensos, porém foi um dos que mais teve a participação dos Ministérios, no geral. Apresentam-se como protagonistas do desenvolvimento de alguns pontos principais do Objetivo o MMA, o INCRA, o MDA, o MTur, o MJ e o MAPA. Destacam-se o Projeto de Gestão Ambiental Rural, o Programa Territórios da Cidadania, o Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos, o Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palma, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa de Desenvolvimento da Agroenergia, o Programa Nacional de Crédito Fundiário, enfatizando-se a Ação Terra Sol.

A Ação foi criada em 2004 e faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Plano Plurianual (PPA) que define os programas prioritários do Governo Federal. Durante esse período, foram disponibilizados, para esta Ação, recursos da ordem de R\$ 44 milhões que propiciaram a implantação de 102 projetos e beneficiaram 147 mil famílias em todo o Brasil.

Vale ressaltar que se valorizaram projetos e/ou programa sobre desenvolvimento sustentável rural em que os componentes voltassem para ações afirmativas. Exemplo disso foi o Projeto de Etnodesenvolvimento Sustentado para a Sociedade Krahô, o Pronaf Mulher. A questão da Educação Ambiental também esteve presente.

Apesar de serem extensas as recomendações, diferente do objetivo 10, houve mais, de fato, integração e participação de Ministérios, no geral, o que proporcionou a geração de resultados positivos.

Outras ações mapeadas no Objetivo 11

Ações e recomendações

11.1 Revogar o Decreto-Lei n. 311, de 1938, substituindo-o por legislação que contenha novas definições legais de cidade e de vila, baseadas em critérios funcionais semelhantes aos que hoje são internacionalmente adotados.

11.2 Descentralizar as ações de desenvolvimento rural, priorizando as organizações e atores locais, a partir de diretrizes básicas definidas em planos quadrienais de desenvolvimento sustentável do Brasil rural.

11.3 Promover a parceria da União com os estados e os municípios nas políticas de desenvolvimento rural, mediante: incentivos à diversificação das atividades econômicas, a começar pela diversificação dos sistemas produtivos do setor agropecuário; incentivos à participação local no processo de zoneamento ecológico-econômico; incentivos ao surgimento de articulações locais participativas, tanto municipais como intermunicipais; incentivos à valorização da biodiversidade, ao aproveitamento da biomassa e à adoção de biotecnologias baseadas no princípio da precaução; incentivos à expansão e ao fortalecimento das empresas de pequeno porte de caráter familiar, a começar pela agricultura familiar; incentivos à redução das desigualdades de renda, gênero, etnia e idade.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Política Nacional de Agroenergia 2006–2011

Órgão Executor: – MAPA

Descrição: O Plano Nacional de Agroenergia tem como principal objetivo desenvolver e transferir conhecimento e tecnologias que contribuam para a produção sustentável da agricultura de energia e para o uso racional da energia renovável, visando à competitividade do agronegócio brasileiro e dando suporte às políticas públicas. São, ainda, objetivos do plano, apoiar a mudança da matriz energética na busca da sustentabilidade; e propiciar condições para o aumento da participação de fontes de agroenergia na composição da matriz energética. O plano desenvolvido pela Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura tem como meta, também, contribuir para a interiorização e a regionalização do desenvolvimento, fundadas na expansão da agricultura de energia e na agregação de valor à cadeia produtiva.

O Plano Nacional de Agroenergia estimula o surgimento de oportunidades de expansão do emprego no âmbito do agronegócio; a ampliação das oportunidades de renda, com distribuição mais equitativa entre os atores; a redução das importações de petróleo e exportação dos biocombustíveis; e, entre outros, a contribuição à redução das emissões de gases de efeito estufa.

Observações: Início – 2006.

Fonte: www.agricultura.gov.br/

002

Programa: Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Órgão Executor: – MAPA

Descrição: O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário dá suporte às necessidades do setor agropecuário, principalmente ao fomento da agricultura familiar conduzida em pequena escala em sítios, chácaras e assentamentos rurais. Viabilizadas por contratos e convênios, selecionadas pelo ministério, as emendas parlamentares direcionadas à agropecuária, contemplam as operações de custeio e de investimento.

Os contratos podem ser feitos por duas modalidades. A primeira, por intermédio da Caixa Econômica Federal (CEF), abrange apenas as operações de investimentos como obras, máquinas e equipamentos. A segunda é feita por intermédio da Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais (CGPI), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, e contempla os contratos de custeio como feiras, eventos, insumos e serviços.

Com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), viabilizados pelas emendas parlamentares destinadas a prefeituras, as ações acontecem em duas fases. Inicialmente, as entidades beneficiadas são comunicadas e orientadas a apresentar seus planos de trabalho ao ministério. Depois, os planos são submetidos à Caixa Econômica Federal, responsável pelas análises técnicas e acompanhamento da execução do empreendimento.

Fonte: www.agricultura.gov.br/

003

Programa: Plano Estratégico do Mapa (2006–2011)

Órgão Executor: – MAPA

Descrição: O Plano Estratégico tem por objetivo apresentar a missão, a visão de futuro, os valores organizacionais e as estratégias do Ministério da Agricultura para o período que iniciou em 2006 e vai até 2015. As projeções contemplam 18 produtos do agronegócio: milho, soja, trigo, laranja, suco de laranja, carne de frango, carne bovina, carne suína, açúcar, etanol, algodão, farelo de soja, óleo de soja, leite in natura, feijão, arroz, batata inglesa e mandioca. Foram consideradas estimativas para produção, consumo, exportação, importação e área plantada. O plano elaborado pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) permite que os atores envolvidos no agronegócio se posicionem com segurança no mercado, conhecendo as tendências de produção mundial e ajudando o Brasil a ampliar as exportações.

Observações: Início – 2006.

Fonte: www.agricultura.gov.br/

004

Programa: Política Nacional de Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE.

Órgão Executor: – MAPA

Descrição: O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE – é um instrumento de gestão territorial e ambiental. Inicialmente planejado para a Amazônia Legal, devido à visibilidade da floresta nos organismos internacionais, à pressão de entidades ligadas ao meio ambiente e às formas inadequadas de uso dos recursos naturais, o ZEE tornou-se, posteriormente, um Programa do Plano Plurianual – PPA – para todo o país.

O ZEE nasceu com a pretensão de integrar aspectos naturais e sociais na gestão do território. Essa foi uma demanda proveniente da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, promovida em Estocolmo em 1972, que se tornou ponto de referência para a questão ambiental. Nessa época, a clivagem entre desenvolvimento e meio ambiente saudável era uma visão de mundo predominante e a demanda por proteção ambiental uma necessidade inadiável.

Fonte: www.agricultura.gov.br/

11.4 Incentivar, por meio das políticas de desenvolvimento rural da União e dos estados, os municípios de pequeno e médio porte a formarem articulações intermunicipais microrregionais com o objetivo de valorizar o território que compartilham; seja mediante pactos informais, associações e consórcios, ou pela criação de agências microrregionais de desenvolvimento.

11.5 Promover a desconcentração fundiária e o acesso à terra, pelos trabalhadores rurais, por meio de projetos de sustentabilidade social, econômica e ecológica, por meio de mecanismos como a desapropriação e/ou aquisição de imóveis, a destinação de terras públicas e o arrendamento rural.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa de Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Órgão Executor: – MDA

Descrição: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária

Fonte: www.abrasil.gov.br/

11.6 Elaborar política integrada de assistência técnica e capacitação das famílias assentadas que contemple demandas decorrentes da instalação, estruturação e integração dos projetos de assentamento às políticas de desenvolvimento local.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento

Órgão Executor: – MDA

Descrição: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária

Fonte: www.abrasil.gov.br/

11.7 Promover as ações necessárias para implementar a lei de registros públicos e elaborar os planos integrados de destinação das terras públicas, para o ordenamento territorial.

11.8 Ampliar e consolidar rede de parcerias públicas e privadas, propiciando o fomento e racionalização dos recursos, práticas e gestão do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Paz no Campo

Órgão Executor: – MDA

Descrição: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos

Fonte: www.mda.gov.br/

11.9 Assegurar que o Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos/PDA – seja elaborado de forma a garantir sustentabilidade econômica, social e ambiental para os projetos de reforma agrária, como forma de minimizar os impactos sobre os recursos naturais e evitar o abandono das áreas, pelos assentados.

11.10 O apoio e ajuda da União às articulações intermunicipais devem ser dirigidos prioritariamente: à realização do zoneamento ecológico-econômico; à expansão e ao fortalecimento das empresas de pequeno porte de caráter familiar, a começar pela agricultura familiar, que inclui aquicultores, extrativistas e pescadores; aos agricultores familiares dos assentamentos de reforma agrária.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura

Órgão Executor: – SEAP/MAPA

Descrição: Desenvolver a aquicultura sustentável, considerando sua diversidade e promovendo o fortalecimento de sua cadeia produtiva, de forma a gerar aumento da produção, proporcionar inclusão social e contribuir para o incremento da renda e da oferta de emprego

Fonte: www.agricultura.gov.br/

002

Programa: Programa Desenvolvimento Sustentável da Pesca

Órgão Executor: – SEAP/MAPA

Descrição: Promover o fortalecimento sustentável da cadeia produtiva da pesca, considerando sua diversidade, de forma a contribuir para a inclusão social, garantir a ocupação das águas jurisdicionais brasileiras e ampliar a pesca nas águas internacionais

Fonte: www.agricultura.gov.br/

003

Programa: Programa de Incentivo à Comercialização da Produção da Agricultura Familiar

Órgão Executor: – MDA

Descrição: Incentivar a agricultura familiar por meio da aquisição direcionada de alimentos.

Fonte: www.agricultura.gov.br/

004

Programa: Programa Recursos Pesqueiros Sustentáveis

Órgão Executor: – MMA

Descrição: Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação

Fonte: www.mma.gov.br/

11.11 As políticas de desenvolvimento rural da União e dos estados deverão integrar pelo menos as seguintes dez dimensões das ações governamentais: I) educação, capacitação e profissionalização; II) assistência técnica e extensão integradas às redes de pesquisa; III) manejo dos recursos naturais das microbacias hidrográficas; IV) saúde; V) habitação; VI) infra-estrutura e serviços; VII) crédito; VIII) seguro; IX) cooperativismo e associativismo; X) comercialização.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Nacional de Saneamento Rural

Órgão Executor: – Funasa/MS

Descrição: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais

Fonte: www.funasa.gov.br/

002

Programa: Programa Nacional de Crédito Fundiário

Órgão Executor: – MDA

Descrição Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infraestrutura nesses imóveis

Fonte: www.mda.gov.br/

003

Programa: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)

Órgão Executor: – MDA

Descrição: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária

Observação: Criado em 1998 já beneficiou 450 mil jovens e adultos que vivem no meio rural.

Fonte: www.mda.gov.br/

11.12 O desenvolvimento sustentável do Brasil rural deve se tornar um dos macroobjetivos do Plano Plurianual (PPA), composto de diversos programas, entre os quais pelo menos quatro devem ser considerados estratégicos: a) a promoção do acesso à terra (pelos assentamentos de reforma agrária e das ações de crédito fundiário para combate da pobreza rural); b) o fortalecimento da agricultura familiar (pelas cinco diretrizes do Pronaf: crédito, infra-estrutura e serviços públicos municipais, capacitação, assistência técnica e comercialização); c) a diversificação das economias rurais, por meio do apoio à criação de micro e pequenas empresas; d) a reconstrução sobre novas bases da educação rural.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Órgão Executor: – MDA

Descrição: Promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como o fortalecimento institucional e a dinamização de sua economia.

Fonte: www.mda.gov.br/

002

Programa: Programa de Abastecimento Agroalimentar

Órgão Executor: – MDA

Descrição: Visa contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.

Fonte: www.portaldodesenvolvimento.gov.br/

003

Programa: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Órgão Executor: – MDA

Descrição: Visa fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores.

Fonte: www.mda.gov.br/

004

Programa: Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA

Órgão Executor: – MDA

Descrição: Plano pretende garantir acesso à terra à 530 mil família até 2008.

Fonte: www.mda.gov.br/

005

Programa: Programa de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Órgão Executor: – MI

Descrição: Pretende desenvolver a agricultura irrigada, com aumento da produtividade, como contribuição para o desenvolvimento regional.

Fonte: www.integracao.gov.br/

11.13 Todos os programas de desenvolvimento sustentável do Brasil rural deverão ter um forte componente de ações afirmativas voltadas às mulheres, às crianças, aos negros, aos índios, e aos deficientes.

11.14 Todos os programas de desenvolvimento sustentável do Brasil rural deverão ter um forte componente de educação ambiental, particularmente no que se refere ao manejo dos recursos naturais das microbacias hidrográficas.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Nacional de Educação Ambiental

Órgão Executor: – MEC/MMA

Descrição: Subsidiado pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, referência para a educação ambiental, propõe-se construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.

Fonte: www.portal.mec.gov.br/

002

Programa: Programa de Desenvolvimento do Agronegócio

Órgão Executor: – MAPA

Descrição: Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.

Fonte: www.agricultura.gov.br/

Objetivo 12

O objetivo 12 trata da Promoção da agricultura sustentável.

O objetivo acima teve a participação mais ativa do Ministério do Meio Ambiental, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. E atuação em duas frentes do Ministério da Saúde e o da Ciência e Tecnologia.

As recomendações são: incentivar o manejo sustentável dos sistemas produtivos adotando as bacias hidrográficas como unidades de planejamento e gestão ambiental e promovendo a realização do zoneamento ecológico-econômico, inclusive com a utilização da vinculação de crédito; promover a reestruturação dos órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, nos setores de pesquisa, ensino, assistência técnica, extensão rural e meio ambiente, para a otimização de suas atribuições na promoção do desenvolvimento sustentável; adotar o 'princípio da precaução' em relação ao uso e plantio de alimentos transgênicos vegetais e animais, até que se tenham informações científicas claras e precisas, assim como o consenso da sociedade, sobre todos os aspectos jurídicos, de segurança ambiental e de saúde, que envolvem esses insumos; criar obrigatoriedade de rotulagem visível para os produtos transgênicos, cuja produção e comercialização tenham sido liberadas, de acordo com o 'princípio da precaução; adotar práticas de manejo de solo que satisfaçam aos três princípios básicos de controle da erosão: evitar o impacto das gotas de chuva; dificultar o escoamento superficial e facilitar a infiltração de água no solo; instituir mecanismos políticos, legais, educacionais e científicos que assegurem programas de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, inclusive importados, e no meio ambiente, particularmente nos corpos d'água superficiais e subterrâneos; identificar e sistematizar nos diferentes biomas e ecossistemas físicos, as principais experiências produtivas em bases sustentáveis, valorizando-as e disseminando-as por meio de diversificados mecanismos de difusão e sensibilização; desenvolver um conjunto de indicadores de sustentabilidade para a agricultura, para fins de monitoramento comparativo de diferentes categorias de sistemas produtivos e para estimular o gerenciamento ambiental de unidades de produção agrícola ; identificar e sistematizar um conjunto de pesquisas necessárias à transição para a agricultura sustentável, contemplando, prioritariamente, aspectos relacionados a: gestão ambiental; manejo sustentável dos sistemas produtivos; ampliação da diversidade biológica dos agroecossistemas; melhoria nas condições dos solos; redução do uso de agrotóxicos e de outros poluentes; fortalecer a base de conhecimento e desenvolvimento de sistemas de informação e monitoramento para as regiões suscetíveis à desertificação e à seca, incluindo os aspectos econômicos e sociais desses ecossistemas; estimular a construção de sistemas de informação que permitam retratar as reais condições de saúde da população em geral e dos trabalhadores, em particular, criando as condições para sua prevenção e tratamento; estimular a

capacitação dos profissionais de saúde que atuam na rede pública, em sintonia com a realidade do trabalho rural, inclusive para a realização de pesquisas regionais que levem a um adequado balanceamento da dieta da população rural, como forma de suprimir a chamada desnutrição.

Os projetos/ programas que mais se destacaram, nesse objetivo, foram os Projeto de Gestão Ambiental Rural – GESTAR – SEDR/MMA, Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio. Ação de apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas. CMSP – DEPROS – SDC – MAPA, Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Cooperativismo, PDPI – Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDA / PPG7), Pró-Orgânico – Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica. MAPA, Programa 1426, Programa 1080 – Combate à Desertificação, Política Nacional de Alimentação e Nutrição – MS e Programa Nacional de Tele-saúde. MS e MCT.

Apesar de programas concretos terem sido projetados, a recomendação de “criar obrigatoriedade de rotulagem visível para os produtos transgênicos, cuja produção e comercialização tenham sido liberadas, de acordo com o ‘princípio da precaução’” ficou sem qualquer projeto de participação ministerial.

Outras ações mapeadas no Objetivo 12

Ações e recomendações

12.1 Incentivar o manejo sustentável dos sistemas produtivos adotando as bacias hidrográficas como unidades de planejamento e gestão ambiental e promovendo a realização do zoneamento ecológico-econômico, inclusive com a utilização da vinculação de crédito.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE

Órgão Executor: – MMA

Descrição: Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.

Fonte: www.mma.gov.br/

12.2 Promover a reestruturação dos órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, nos setores de pesquisa, ensino, assistência técnica, extensão rural e meio ambiente, para a otimização de suas atribuições na promoção do desenvolvimento sustentável.

12.3 Adotar o ‘princípio da precaução’ em relação ao uso e plantio de alimentos transgênicos vegetais e animais, até que se tenham informações científicas claras e precisas, assim como o consenso da sociedade, sobre todos os aspectos jurídicos, de segurança ambiental e de saúde, que envolvem esses insumos.

12.4 Criar obrigatoriedade de rotulagem visível para os produtos transgênicos, cuja produção e comercialização tenham sido liberadas, de acordo com o 'princípio da precaução'.

12.5 Adotar práticas de manejo de solo que satisfaçam aos três princípios básicos de controle da erosão: evitar o impacto das gotas de chuva; dificultar o escoamento superficial e facilitar a infiltração de água no solo.

12.6 Instituir mecanismos políticos, legais, educacionais e científicos que assegurem programas de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, inclusive importados, e no meio ambiente, particularmente nos corpos d'água superficiais e subterrâneos.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Órgão Executor: – MAPA

Descrição: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores

Fonte: www.agricultura.gov.br/

12.7 Identificar e sistematizar nos diferentes biomas e ecossistemas físicos, as principais experiências produtivas em bases sustentáveis, valorizando-as e disseminando-as por meio de diversificados mecanismos de difusão e sensibilização.

12.8 Desenvolver um conjunto de indicadores de sustentabilidade para a agricultura, para fins de monitoramento comparativo de diferentes categorias de sistemas produtivos e para estimular o gerenciamento ambiental de unidades de produção agrícola.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Minimização de Riscos no Agronegócio

Órgão Executor: – MAPA

Descrição: Minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos

Fonte: www.agricultura.gov.br/

12.9 Identificar e sistematizar um conjunto de pesquisas necessárias à transição para a agricultura sustentável, contemplando, prioritariamente, aspectos relacionados a: gestão ambiental; manejo sustentável dos sistemas produtivos; ampliação da diversidade biológica dos agroecossistemas; melhoria nas condições dos solos; redução do uso de agrotóxicos e de outros poluentes.

12.10 Fortalecer a base de conhecimento e desenvolvimento de sistemas de informação e monitoramento para as regiões suscetíveis à desertificação e à seca, incluindo os aspectos econômicos e sociais desses ecossistemas.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

Órgão Executor: – MMA

Descrição: Visa reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação.

Observação: Início 2005.

Fonte: www.mma.gov.br/

12.11 Estimular a construção de sistemas de informação que permitam retratar as reais condições de saúde da população em geral e dos trabalhadores, em particular, criando as condições para sua prevenção e tratamento.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Segurança e Saúde no Trabalho

Órgão Executor: – MTE

Descrição: Tem por objetivo proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre Segurança e Saúde do Trabalho

Fonte: www.mte.gov.br/

12.12 Estimular a capacitação dos profissionais de saúde que atuam na rede pública, em sintonia com a realidade do trabalho rural, inclusive para a realização de pesquisas regionais que levem a um adequado balanceamento da dieta da população rural, como forma de suprimir a chamada desnutrição.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Política Nacional de Atenção Básica

Órgão Executor: – MS

Descrição: Visa expandir a estratégia de Saúde da Família e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, de qualidade, integral e humanizada.

Fonte: www.bvsmms.saude.gov.br/

002

Programa: Programa de Abastecimento Agroalimentar

Órgão Executor: – MAPA

Descrição: Visa contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.

Fonte: www.portaldodesenvolvimento.gov.br/

Objetivo 13

O objetivo 13 trata de Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável.

Houve o envolvimento do MMA, MAPA e MDA.

As recomendações do objetivo são a de: definir, inclusive inserindo no PPA, que os órgãos de governo devem dar prioridade ao financiamento de ações municipais que constem da Agenda 21 local, por meio de planos estratégicos e processos participativos locais, microrregionais ou mesorregionais; incentivar a realização da Agenda 21 Local em parceria governo/sociedade, com o objetivo de definir um plano estratégico e participativo envolvendo ações no plano econômico, social e ambiental para o desenvolvimento das pequenas, médias e grandes cidades brasileiras; elaborar indicadores de desenvolvimento sustentável adotando os princípios e estratégias contidos na Agenda 21 Brasileira; realizar o zoneamento ecológico-econômico como instrumento de apoio à definição de um plano de desenvolvimento local integrado; estimular parcerias intermunicipais e de consórcios para solução de problemas comuns e otimização de recursos humanos e financeiros; promover o fortalecimento de cadeias produtivas locais, como meio de fortalecer a economia sustentável dos pequenos e médios municípios; definir a vocação produtiva da cidade em harmonia com sua identidade cultural e ambiental como forma de planejar oportunidades de ampliação de emprego e renda, bem como construir o espaço social de integração e convivência de trabalho e lazer.

Os programas de mais destaque são Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC, PROGRAMA 0512 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO – PZEE – MMA – SEDR / DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL – DZT, Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC, Programa Agenda 21 /DCRS/SAIC/MMA, Programa Territórios da Cidadania – PTC, PRONAT – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – SDT/MDA, Programa 1305 – Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental. SRHU / MMA, Programa 1409 – Programa Desenvolvimento da Agroenergia – PPA 2008/2011. MAPA, Programa Territórios da Cidadania – PTC, PRONAT – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – SDT/MDA, Plano Nacional das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade – SEDR/MMA, Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – SDT/MDA, PTPC – Planos Territoriais de Cadeias Produtivas e Programa Comunidades Tradicionais.

Outras ações mapeadas no Objetivo 13

Ações e recomendações

13.1 Definir, inclusive inserindo no PPA, que os órgãos de governo devem dar prioridade ao financiamento de ações municipais que constem da Agenda 21 local, por meio de planos estratégicos e processos participativos locais, microrregionais ou mesorregionais.

13.2 Incentivar a realização da Agenda 21 Local em parceria governo/sociedade, com o objetivo de definir um plano estratégico e participativo envolvendo ações no plano econômico, social e ambiental para o desenvolvimento das pequenas, médias e grandes cidades brasileiras.

13.3 Elaborar indicadores de desenvolvimento sustentável adotando os princípios e estratégias contidos na Agenda 21 Brasileira.

13.4 Realizar o zoneamento ecológico-econômico como instrumento de apoio à definição de um plano de desenvolvimento local integrado.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE

Órgão Executor: – MMA

Descrição: Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.

Fonte: www.mma.gov.br/

13.5 Estimular parcerias intermunicipais e de consórcios para solução de problemas comuns e otimização de recursos humanos e financeiros.

13.6 Promover o fortalecimento de cadeias produtivas locais, como meio de fortalecer a economia sustentável dos pequenos e médios municípios.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Economia Solidária em Desenvolvimento

Órgão Executor: – MTE

Descrição: O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento marcou a introdução de políticas públicas específicas para a economia solidária em âmbito nacional, em um contexto de novas realidades do mundo do trabalho que demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado. Foi neste contexto, e a partir das demandas do próprio movimento da economia solidária, que o Governo Federal, por meio de seu Ministério do Trabalho e Emprego, assumiu o desafio de implementar políticas que estendam ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam das demais formas de organização do mundo do trabalho entre elas, as iniciativas de economia solidária. Ao constituírem um modo de produção alternativo ao capitalismo, onde os próprios trabalhadores/as assumem coletivamente a gestão de seus empreendimentos econômicos, as iniciativas de economia solidária vêm apontando para soluções mais definitivas à falta de trabalho e renda.

Observação: Início – 2004

Fonte: www.mte.gov.br/

002

Programa: Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

Órgão Executor: – MTE

Descrição: objetivos gerais: Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

Observação: Início – 2005

Fonte: www.mma.gov.br/

13.7 Definir a vocação produtiva da cidade em harmonia com sua identidade cultural e ambiental como forma de planejar oportunidades de ampliação de emprego e renda, bem como construir o espaço social de integração e convivência de trabalho e lazer.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa Esporte e Lazer da Cidade

Órgão Executor: – MMA

Descrição: Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão

Fonte: www.portal.esporte.gov.br/

Apesar da participação dos Ministérios, ainda faltam dados mais substanciais para comprovar que os Programas foram executados como o próprio da Agenda 21.

Objetivo 14

O objetivo 14 trata de Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável.

14.1 "Promover a implantação de redes de transportes integrados de massa nas grandes aglomerações, especialmente metrô e trens rápidos, articulados a outros meios complementares, com a adoção do cartão eletrônico. Tais projetos devem ser concebidos preventivamente nas cidades e regiões metropolitanas em formação ou em franca expansão."

No que tange ao primeiro ponto do objetivo 14, podemos verificar alguns avanços no sentido de implementá-lo, como por exemplo O Programa Mobilidade Urbana que é um dos programas do Ministério das Cidades e que tem como objetivo "promover a articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade, a fim de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável". Segundo o Ministério este projeto "prioriza a implementação de sistemas de transportes coletivos, dos meios não motorizados (pedestres e ciclistas), a integração entre as diversas modalidades de transportes, bem como a implementação do conceito de acessibilidade universal para garantir a mobilidade de idosos, pessoas com deficiência ou restrição de mobilidade". Entre as ações do Programa Mobilidade Urbana, destaca-se ações de apoio a elaboração de projetos de rede estrutural metro-ferrovia integrada em grandes metrópoles como Rio de Janeiro e Rio Grande do sul, assim como, ações de apoio a projetos de corredores estruturais de transporte coletivo urbano e a projetos de acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.

Verifica-se que, desde 2007, várias ações vêm sendo desenvolvidas no sentido de viabilizar esta Política, como por exemplo, a realização de seminários e a disseminação dos conceitos propostos no Programa em Conselhos e na Conferência Nacional das Cidades.

É imprescindível que sejam feitos investimentos diretos nas propostas prioritárias do Programa, através do Orçamento Geral da União – OGU.

Ainda analisando o que vem sendo desenvolvido no Brasil no sentido de promover a implantação de redes de transportes integrados de massa nas grandes aglomerações, encontramos outro projeto do Governo Brasileiro que tem por objetivo a implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV). Estes sistemas ferroviários de alta velocidade compreendem linhas projetadas para trens capazes de atingir velocidades em torno de 200 KM/h. Sistemas deste tipo são idéias para atuar entre cidades com distancia média de 500 a 600 Km e, neste sentido, O governo brasileiro está iniciando o processo de licitação para concessão da exploração do serviço de transporte ferroviário de passageiros ligando as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas.

Estudos apontam que, de forma geral, em função de suas características, a implantação e operação desses sistemas estão associadas às seguintes vantagens:

- indução ao desenvolvimento regional, aliviando áreas de maior densidade urbana;
- redução de gargalos dos subsistemas de transporte aeroportuário, rodoviário e urbano;
- postergação de investimentos na ampliação e construção de aeroportos e de rodovias;
- menor uso do solo comparado à construção ou ampliação de rodovias;
- redução de impactos ambientais e emissão de gases poluentes em decorrência do desvio da demanda do transporte aéreo e rodoviário para o TAV;
- redução dos tempos de viagem associados à baixa probabilidade de atrasos;
- aumento do tempo produtivo para os usuários;
- geração de empregos diretos e indiretos;
- redução dos níveis de congestionamento e do número de acidentes em rodovias.

14.2 "Promover a descentralização das cidades, incentivando a instalação de empresas fora dos centros urbanos mais adensados. A descentralização deverá ser executada simultaneamente com a melhoria das opções de transporte."

Em se tratando do tópico 02 do presente objetivo, podemos analisar o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais que tem como uma de suas principais diretrizes promover a habitação social nas áreas centrais, favorecendo a melhoria da qualidade de vida e a democratização do acesso à cidade.

Seu maior objetivo é "a Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais por meio da recuperação do estoque imobiliário subutilizado promovendo o uso e a ocupação democrática dos centros urbanos, propiciando o acesso à habitação com a permanência e a atração de população de diversas classes sociais, principalmente as de baixa renda, além do estímulo à diversidade funcional recuperando atividades econômicas e buscando a complementaridade de funções e a preservação do patrimônio cultural e ambiental".

Assegura o Programa que "esses objetivos são parte integrante da política urbana que utiliza os princípios e instrumentos contidos no Estatuto da Cidade, compreendendo a função social da propriedade através da reutilização de edificações ociosas, de áreas vazias ou abandonadas, subutilizadas ou insalubres, bem como a melhoria da infra-estrutura, dos equipamentos e dos serviços urbanos".

Com recursos da União, disponibilizados a fundo perdido, o Programa apóia Estados e Municípios em duas ações: (1) Apoio à elaboração de planos de reabilitação de áreas urbanas centrais e (2) Apoio a projetos de infra-estrutura e requalificação de espaços de uso público em áreas centrais.

Para a viabilização do Programa foram assinados convênios com a RFFSA e o INSS no sentido de alienar terrenos e imóveis públicos vazios e subutilizados em áreas centrais nos municípios, tendo em vista os Planos Municipais de Reabilitação.

Também foram estabelecidas parcerias entre cinco ministérios, a saber: Ministério das Cidades (responsável pelo Programa), Ministério do Turismo, Cultura, Planejamento e Transportes, além da Caixa Econômica Federal.

Foram estabelecidos Acordos de Cooperação Técnica e Convênios, com a instituição de Grupos Executores e seus fóruns temáticos e duas cooperações internacionais, com os governos da Espanha e da França, para apoio técnico aos municípios, envolvidas no Programa.

Outro Programa do Governo Federal que visa o fortalecimento dos municípios nas ações de descentralização e melhoria da mobilidade é o Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana – Ministério das cidades.

Chama a atenção a campanha “Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos”, lançada em maio de 2005, que tinha como objetivo a elaboração dos Planos Diretores Participativos, afinados com os “princípios” do Estatuto das Cidades. “O esforço de planejamento empreendido pelos municípios e pela rede de atores mobilizados pela Campanha reforçou o Plano Diretor Participativo como instrumento de planejamento urbano associado ao Estatuto da Cidade”.

Os programas do Ministério das Cidades, de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais e o de Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana também avançaram no sentido desta ação.

14.3 “As empresas devem estudar a possibilidade de instituir o escalonamento nos horários de trabalho, assim como a opção de oferecer transporte a seus funcionários. Instituir, na medida do possível, o trabalho em casa, o que já é plenamente possível em uma variedade de atividades econômicas.”

14.4 “Conceber os instrumentos e as agências político-institucionais adequadas, nas esferas municipal, estadual e federal, capazes de garantir recursos públicos e privados, materiais e financeiros, para viabilizar investimentos em transportes de massa.”

No que tange a instrumentos e recursos para viabilizar investimentos em transporte de massa, encontramos o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana – Pró-Transporte, atuando no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Política Setorial de Transporte e da Mobilidade Urbana. O Programa “é implementado de forma a propiciar o aumento da mobilidade urbana, da acessibilidade, dos transportes coletivos urbanos e da eficiência dos prestadores de serviços, de maneira a garantir o retorno dos financiamentos concedidos e conferir maior alcance social às aplicações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS”.

O Programa “é voltado ao financiamento do setor público e privado, à implantação de sistemas de infra-estrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana, contribuindo na promoção do desenvolvimento físico-territorial, econômico e social, como também para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação do meio ambiente”.

Constitui público-alvo do Programa os estados, municípios e o Distrito Federal, órgãos públicos gestores e as respectivas concessionárias ou permissionárias do transporte público coletivo urbano, bem assim as sociedades de propósitos específicos – SPEs.

A Portaria N. 428, de 30 de setembro de 2005 (Ministério das Cidades) abre a primeira chamada de projetos para o PRO-MÓB – Programa de Financiamento de Infra-estrutura para Mobilidade Urbana.

Este programa tem como objetivo “o apoio à intervenções que promovam a melhoria da mobilidade urbana através da implementação de projetos terminais e abrigos de ônibus, ciclovias, calçadas, reurbanização de áreas degradadas e obras de recuperação ou pavimentação de itinerários de ônibus que agreguem os preceitos da acessibilidade universal, do apoio da circulação não-motorizada (pedestre e bicicleta) e da priorização dos modos de transporte coletivo”.

14.5 “Criar programas consistentes de otimização dos sistemas integrados de transportes urbanos, principalmente nas regiões metropolitanas, a fim de priorizar projetos que incluam sistemas estruturadores (trens, metrô e o hidrovião, onde possível), que façam uso de energia limpa, como eixos de integração intermodal.”

Podemos dizer que neste sentido, o Programa Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades e o TAV – Trem de Alta Velocidade – ANTT, ligado ao Ministério dos Transportes (ambos descritos no item 01 da análise deste artigo), foram os encontrados para análise.

14.6 “Evitar a concentração dos recursos no provimento de infra-estrutura voltada preferencialmente para o transporte individual, que provoca engarrafamentos, sobrecarrega o sistema viário e marginaliza a periferia excluída, agravando seus problemas habitacionais.”

O já citado (tópico 04) Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana – Pró-Transporte é o que encontramos no âmbito do Governo Federal.

Outra iniciativa interessante é o Passe Livre para Pessoas Carentes Portadoras de Deficiência, que terão garantidos direitos como:

- Assentos reservados, de preferência na primeira fila das poltronas;
- Acompanhantes devem ser instalados em poltronas próximas às dos portadores de deficiência;
- A bagagem e os equipamentos especiais devem ser transportados gratuitamente;
- Os equipamentos indispensáveis à locomoção da pessoa portadora de deficiência devem ser transportados em lugar adequado e de fácil acesso;

14.7 “Incentivar a produção e o uso de veículos movidos por energia com menor potencial poluidor, especialmente aqueles a serem utilizados nos sistemas de transporte coletivo.”

Além do já citado TAV – Trem de Alta Velocidade – ANTT, encontramos o Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta – Bicicleta Brasil, dentro do conceito de Mobilidade Urbana Sustentável. Seus objetivos são:

- Inserir e ampliar o transporte por bicicleta na matriz de deslocamentos urbanos;
- Promover sua integração aos sistemas de transportes coletivos, visando reduzir o custo de deslocamento, principalmente da população de menor renda;
- Estimular os governos municipais a implantar sistemas cicloviários e um conjunto de ações que garantam a segurança de ciclistas nos deslocamentos urbanos; e
- Difundir o conceito de mobilidade urbana sustentável, estimulando os meios não motorizados de transporte, inserindo-os no desenho urbano.

14.8 “Incentivar o uso de combustíveis como álcool e gás, menos poluentes que gasolina e diesel.”

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC; o CIM – Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, coordenado pela Casa Civil e o GEx – Grupo Executivo sobre Mudança do Clima, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (instituídos pelo Decreto 6263/2007) caminharam nesse sentido.

Na área de transporte e energia destacam-se as iniciativas de manter a crescente taxa de consumo de bicomcombustíveis na matriz de transportes nacional, a manutenção da elevada participação da energia renovável na matriz elétrica, com destaque para a hidroeletricidade e as iniciativas de aumento da eficiência energética por meio de melhores práticas existentes.

Para incentivar o uso de combustíveis menos poluentes temos, por iniciativa do Governo Federal, o Plano Nacional de Agroenergia que “objetiva, a partir da análise da realidade e das perspectivas futuras da matriz energética mundial, organizar uma proposta de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e de Transferência de Tecnologia, com vistas a conferir sustentabilidade, competitividade e maior equidade entre os agentes das cadeias de agroenergia, em conformidade com os anseios da sociedade, as demandas dos clientes e as políticas públicas das áreas energética, social, ambiental, agropecuária e de abastecimento”.

“A atuação ocorrerá no cerne das principais cadeias produtivas (etanol, biodiesel, biomassa florestal, biogás e resíduos agropecuários e da agroindústria) e sistemas conexos, de forma integrada com os princípios do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”.

14.9 “Implementar sistemas de gestão de trânsito para minimizar os congestionamentos e os respectivos efeitos de desperdício de energia e aumento da poluição.”

14.10 “Envolver no planejamento da mobilidade sustentável, os transportes de carga, para racionalização do trânsito nas cidades e nas estradas próximas.”

Novamente nos remete ao Programa Mobilidade Urbana: “é um dos programas do Ministério das Cidades com o qual pretende-se promover a articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade, a fim de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável.

Para tanto, prioriza a implementação de sistemas de transportes coletivos , dos meios não motorizados (pedestres e ciclistas), da integração entre as diversas modalidades de transportes, bem como a implementação do conceito de acessibilidade universal para garantir a mobilidade de idosos, pessoas com deficiência ou restrição de mobilidade.

Ao valorizar o direito à circulação para todos os cidadãos, bem como a redução dos efeitos negativos produzidos por ela – poluição, congestionamentos e acidentes, buscamos melhorar a qualidade de vida em nossas cidades”.

Programa Pró-Transporte – ações financiáveis:

Implantação, ampliação, modernização e/ou adequação da infra-estrutura dos sistemas de transporte público coletivo urbano, incluindo-se obras civis, equipamentos, investimentos em tecnologia, sinalização e/ou aquisição de veículos e barcas e afins:

- a) veículos do sistema de transporte sobre trilhos;
- b) veículos do sistema de transporte sobre pneus;
- c) veículos do sistema de transporte público hidroviário;

14.11 “Aplicar rigorosamente o princípio da prevenção contra a violência no trânsito, criar intensa mobilização em torno do Código de Trânsito, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, mas sujeito às mais diversas pressões e retrocessos.”

14.12 “Monitorar as estatísticas oficiais e os índices de mortes e acidentes nas estradas e nas ruas, como forma de mobilizar os cidadãos contra a violência no trânsito, que tantas perdas e danos vêm infligindo à vida humana, à economia do país e ao Sistema Único de Saúde, obrigado a arcar com os custos crescentes na área de traumatologia.”

Em 1993, através da Portaria Ministerial 621, foi criado o Programa PARE, com o seguinte objetivo:

“combater os altos índices de acidentes de trânsito. Sua base é o resgate da postura de cidadania no trânsito, utilizando-se de alternativas que mudem o comportamento dos indivíduos, resultando em uma convivência harmônica, preventiva e defensiva no cotidiano das ruas e estradas”.

O Programa estava sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, através de sua Secretaria Executiva em conjunto com o Ministério da Justiça.

Em 2008, através da Lei 11.705/08, o Ministério das Cidades e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) lançam a campanha com o tema “Viver essa é a Lei”, que tem como objetivo alertar sobre a importância de não dirigir sob os efeitos de bebidas alcoólicas.

Ainda sob a coordenação do Ministério das cidades são lançadas as Campanhas de Trânsito Motorista legal é motorista Consciente, em 2009 e a Campanha Álcool e Direção.

Verifica-se que para a implementação dos objetivos previstos na Agenda 21 Brasileira e suas Recomendações respectivas, especificamente no artigo 14 da, que trata da implantação do transporte de massa e a mobilidade sustentável, o Governo Federal lançou alguns Programas e está procurando viabilizá-los.

Os Ministérios envolvidos diretamente com o objetivo 14 da Agenda 21 Brasileira são prioritariamente o das Cidades e o dos Transportes.

Alguns Programas lançados e desenvolvidos por estes ministérios têm parcerias com outros Ministérios e órgãos governamentais nas esferas municipal, estadual e federal. elencamos abaixo, os principais Programas ligados ao objetivo 14 da Agenda 21 Brasileira, com os respectivos Ministérios envolvidos:

- Programa Mobilidade Urbana – Ministério das Cidades
- Trem de Alta Velocidade (TAV) – Ministério dos Transportes
- Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais – Ministério das Cidades (responsável pelo Programa), Ministério do Turismo, Cultura, Planejamento e Transportes, além da Caixa Econômica Federal.– convênios com a RFFSA e o INSS e cooperações internacionais, com os governos da Espanha e da França.
- Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana.– Ministério das cidades em apoio ao “Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos”, em consonância com os “princípios” do Estatuto das Cidades.
- Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana – Pró-Transporte, atuando no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Política Setorial de Transporte e da Mobilidade Urbana
- Passe Livre para Pessoas Carentes Portadoras – Ministério dos Transportes
- Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta – Bicicleta Brasil – Ministério das Cidades
- Plano Nacional de Agroenergia – MAPA
- Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC
- Programa PARE – Ministério dos Transportes
- Campanhas de Trânsito: “Viver essa é a Lei”, “Motorista legal é motorista Consciente” e “Álcool e Direção” – Ministério das Cidades e Departamento Nacional de Trânsito (Denatran)

Outras ações mapeadas no Objetivo 14

Ações e recomendações

14.1 Promover a implantação de redes de transportes integrados de massa nas grandes aglomerações, especialmente metrô e trens rápidos, articulados a outros meios complementares, com a adoção do cartão eletrônico. Tais projetos devem ser concebidos preventivamente nas cidades e regiões metropolitanas em formação ou em franca expansão.

14.2 Promover a descentralização das cidades, incentivando a instalação de empresas fora dos centros urbanos mais adensados. A descentralização deverá ser executada simultaneamente com a melhoria das opções de transporte.

14.3 As empresas devem estudar a possibilidade de instituir o escalonamento nos horários de trabalho, assim como a opção de oferecer transporte a seus funcionários. Instituir, na medida do possível, o trabalho em casa, o que já é plenamente possível em uma variedade de atividades econômicas.

14.4 Conceber os instrumentos e as agências político-institucionais adequadas, nas esferas municipal, estadual e federal, capazes de garantir recursos públicos e privados, materiais e financeiros, para viabilizar investimentos em transportes de massa.

14.5 Criar programas consistentes de otimização dos sistemas integrados de transportes urbanos, principalmente nas regiões metropolitanas, a fim de priorizar projetos que incluam sistemas estruturadores (trens, metrô e o hidrovião, onde possível), que façam uso de energia limpa, como eixos de integração intermodal.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Política Mobilidade Urbana

Órgão Executor: – MCidades

Descrição: O Programa Mobilidade Urbana é um dos programas do Ministério das Cidades com o qual pretende-se promover a articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade, a fim de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável.

Para tanto, prioriza a implementação de sistemas de transportes coletivos, dos meios não motorizados (pedestres e ciclistas), da integração entre as diversas modalidades de transportes, bem como a implementação do conceito de acessibilidade universal para garantir a mobilidade de idosos, pessoas com deficiência ou restrição de mobilidade.

Ao valorizar o direito à circulação para todos os cidadãos, bem como a redução dos efeitos negativos produzidos por ela – poluição, congestionamentos e acidentes, buscamos melhorar a qualidade de vida em nossas cidades

Fonte: www.cidades.gov.br/

14.6 Evitar a concentração dos recursos no provimento de infraestrutura voltada preferencialmente para o transporte individual, que provoca engarrafamentos, sobrecarrega o sistema viário e marginaliza a periferia excluída, agravando seus problemas habitacionais.

14.7 Incentivar a produção e o uso de veículos movidos por energia com menor potencial poluidor, especialmente aqueles a serem utilizados nos sistemas de transporte coletivo.

14.8 Incentivar o uso de combustíveis como álcool e gás, menos poluentes que gasolina e diesel.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Política Mobilidade Urbana

Órgão Executor: – MME

Descrição: Promover o uso de gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a capacidade e a flexibilidade de seu transporte

Fonte: www.mme.gov.br/

14.9 Implementar sistemas de gestão de trânsito para minimizar os congestionamentos e os respectivos efeitos de desperdício de energia e aumento da poluição.

14.10 Envolver no planejamento da mobilidade sustentável, os transportes de carga, para racionalização do trânsito nas cidades e nas estradas próximas.

14.11 Aplicar rigorosamente o princípio da prevenção contra a violência no trânsito, criar intensa mobilização em torno do Código de Trânsito, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, mas sujeito às mais diversas pressões e retrocessos.

14.12 Monitorar as estatísticas oficiais e os índices de mortes e acidentes nas estradas e nas ruas, como forma de mobilizar os cidadãos contra a violência no trânsito, que tantas perdas e danos vêm infligindo à vida humana, à economia do país e ao Sistema Único de Saúde, obrigado a arcar com os custos crescentes na área de traumatologia.

Políticas Relacionadas:

001

Programa: Programa de Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Órgão Executor: – MCidades

Descrição: Visa melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais

Fonte: www.cidades.gov.br/

002

Programa: Programa de Qualidade dos Serviços de Transporte

Órgão Executor: – MT

Descrição: Pretende garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infraestrutura e na prestação de serviços de transportes

Fonte: www.planejamento.gov.br/